

# HISTÓRIA UFRN

ANO II ÓRGÃO DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA - Nº 2



1888  
1988

100 ANOS



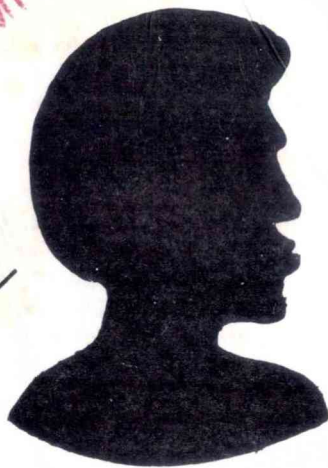
# HISTÓRIA UFRN

ANO II ÓRGÃO DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA - Nº 2



FORA DE EMPRÉSTIMO

1888  
1988



100 ANOS







## APRESENTAÇÃO

Editamos, agora, o segundo número da revista História UFRN, em co-edição com a FUNPEC, justamente, na data comemorativa dos cem anos da abolição. Uma justa homenagem ao negro brasileiro.

Ontem, no passado, um escravo.

Hoje, no presente, um homem livre.

Esta edição reúne trabalhos sobre a problemática do negro no Brasil, sendo que os quatro primeiros estudam temas relacionados com o homem de cor escura no país e os cinco restantes, especificamente sobre o preto no Rio Grande do Norte. Trabalhos feitos por historiadores, sociólogos e antropólogos, dedicados à pesquisa na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Com relação aos trabalhos publicados, continuamos dando toda liberdade aos autores, sem nenhuma limitação, eliminando, assim, qualquer tipo de modelo. Preferimos, desta maneira, perder em homogeneidade e ganhar, por outro lado, em criatividade.

Agradecemos a todos que colaboraram, direta ou indiretamente, quer escrevendo artigos, quer trabalhando na secretaria, quer apresentando sugestões.

Natal, dezembro, 1988

Alberto Pinheiro de Medeiros  
Chefe do Departamento de História



## A DIFERENÇA ENTRE BRANCO E PRETO NO BRASIL

Anita M<sup>a</sup> Q. Monteiro

Para podermos entender com clareza essa questão tão polêmica (devido a diversidade de opiniões que existe ainda hoje), precisamos em primeiro lugar, analisar a nossa formação sócio-cultural desde o tempo do Brasil colônia.

A nossa organização social era constituída por um tipo de família denominada patriarcal, que nesse período até o princípio do século XX era o grupo que detinha o poder. Ele tinha em mãos: a responsabilidade de criar leis, e por direito a iniciativa econômica e política.

A base desse grupo era a solidariedade de parentesco, a qual, constituía a maior garantia no que diz respeito a segurança e estabilidade familiar com relação ao status social. A sua estrutura era dual: o núcleo formado por pessoas brancas de origem portuguesa, e a periferia composta dos escravos, índios e negros, concubinas e filhos ilegítimos, na sua maioria mestiços.

Como podemos perceber, desde o início da formação da sociedade brasileira, ou seja, na fase da colonização, o negro fez parte na situação de escravo; mas apesar desse fato, a mestiçagem existiu entre branco e negro em larga escala. Essa mestiçagem ocorreu devido às seguintes circunstâncias:

- a) a mistura interracial entre portugueses e mouros;
- b) a escassez da mulher branca;
- c) as mulheres negras subjugadas por sua condição de escrava aos desejos dos brancos;
- d) pela própria estrutura social poligâmica das sociedades africanas.

Quanto a diferenciação branco x negro, surgiu através da defesa do núcleo familiar legal, em detrimento daqueles que perteciam a periferia da família patriarcal. Essa diferenciação aconteceu mais no âmbito do social que do racial. Ao longo dos 400 anos da sociedade brasileira, essa diferença entre branco e negro permaneceu e está representada numa forma de preconceito, o de cor.

O preconceito é uma atitude negativa, adotada por um grupo ou por uma pessoa em relação a um outro grupo ou outra pessoa, com base no processo de comparação social segundo o qual, o julgador (pessoa ou grupo) é considerado

como ponto positivo de referência. Essas atitudes negativas que os homens manifestam com respeito a outros, podem estar situadas em diversos domínios como raça, religião, profissão, sexo, idade, região, filiação, política, etc.

As atitudes negativas baseadas na cor da pele, ou em diferenças biológicas constituem o "preconceito de cor" ou "raça". O preconceito discrimina e segrega. Ambas as situações separam. Na discriminação há tolerância racial; é o caso do Brasil. Na segregação há separação pela força como em outras sociedades que mantêm o preconceito contra o negro, como os Estados Unidos e a África do Sul.

No Brasil a ideologia manipulada pelo branco sobre o negro, aconteceu ao nível de representações estereotipadas, que foram sendo incorporadas à população brasileira. Essa ideologia se apoia até hoje em correntes científicas do passado, que concluem ser o europeu superior ao homem de cor. Uma delas refere-se a inferioridade do negro no domínio completo da inteligência, que se associa a uma inferioridade não menos acentuada no domínio das sensações. A própria ciência antropológica tradicional, principalmente no período evolucionista era etnocêntrica. Hoje, com o avanço no campo científico, ela desmistifica tais afirmações.

Atualmente, essa diferença acontece de maneira sutil e ao nível do comportamento. Em vez da maneira violenta do passado, o branco trata o negro de forma caridosa e paternalista; em vez de chamar "negro" prefere dizer "crioulo".

Segundo Teófilo de Queiroz, essa atitude paternalista do branco brasileiro evoca duas características da boa educação do brasileiro: de um lado, oposição à miscigenação, e de outro, a abstenção de tensões raciais e de atitudes abertas de preconceito. Tudo isto, certamente sustentado oficialmente por uma "democracia racial".

Com o tempo, essa imagem negativa formulada pelo branco acaba sendo incorporada pelo negro. Para sair dessa inferioridade imposta, ele projeta como reação, a prática de branqueamento através do casamento com cônjuge branco, através de certas imitações estéticas, como a mulher negra passa a usar peruca e a alisar os cabelos, etc. Sobre essa prática um negro escreve: uma das consequências nefastas dessa alienação é a perda da consciência pelo negro de seus verdadeiros problemas.

No presente, existe uma tendência por parte do contingente negro residente na zona urbana, de conquistar a consciência de si e de sua dignidade como pessoa. Essa tendência se manifesta através do surgimento dos movimentos negros. Esses grupos estão divididos em duas correntes: uma composta dos negros que desejam a recuperação de seus direitos através da integração ou entendimento entre brancos e negros. A outra é radical, deseja a ruptura com os brancos.

Para esses negros urbanizados e conscientes dos graves problemas que lhe são impostos, a dificuldade para a solução do preconceito apresenta-se pela forma de decisão imposta pelas autoridades, de combater o preconceito de cor, que não será suficiente para modificar um antigo hábito.

Para Kabengele Munanga o problema é complexo, porque 70% dos negros brasileiros são analfabetos, o que os impedem de compreender o mecanismo de discriminação, gerando inclusive a falta de solidariedade do grupo negro, como os mulatos, que, graças ao tipo de preconceito de cor, são mais favorecidos



que os outros negros de cor mais escura. Para ele, toda essa divisao não favorece a formação de uma consciência negra, mas desde já adianta que uma educação de massa através de lutas ideológicas deverá preceder toda decisão política.

### 2. A EDUCAÇÃO E A ESCRAVIDÃO NO BRASIL

ESTANISLAU DE SOUZA

A educação brasileira, desde os primeiros tempos da colonização, sempre esteve ligada à formação de uma elite branca e à manutenção do sistema escravagista. O ensino era restrito a poucos filhos de portugueses, visando a preparar uma pequena camada da sociedade para assumir funções administrativas e intelectuais. A grande maioria da população negra e indígena não tinha acesso à escola. Essa situação refletiu-se na literatura, que permaneceu por séculos centrada no mundo da elite branca, ignorando as condições de vida e as aspirações da população escravizada. Somente no século XIX, com o advento do movimento abolicionista e a luta pela libertação dos negros, a literatura brasileira começou a refletir, de forma mais ampla, sobre a realidade social e política do Brasil. Ainda assim, a maioria dos autores permaneceu dentro da perspectiva da elite, tratando a escravidão como um problema de ordem moral e jurídica, em vez de uma questão social profunda.

### 3. A EDUCAÇÃO E A LUTA ABOLICIONISTA

Com o movimento abolicionista, a educação tornou-se um campo de batalha ideológica. Os intelectuais brancos que se identificavam com a causa dos negros começaram a incorporar temas relacionados à escravidão em seus trabalhos literários e intelectuais. Surgiram jornais, revistas e livros que buscavam conscientizar a população sobre as condições de vida dos escravizados e promover a luta por sua libertação. No entanto, mesmo entre os intelectuais abolicionistas, havia uma preocupação com a manutenção dos valores culturais da elite branca. A educação continuava sendo vista como o caminho para o progresso e a modernização do Brasil, mas agora com o objetivo de preparar uma classe dirigente capaz de implementar reformas sociais e políticas que garantissem a liberdade dos negros e o desenvolvimento do país.



## A IGREJA E A ESCRAVIDÃO NO BRASIL

ITAMAR DE SOUZA

### I. Introdução

O Brasil comemora, neste ano, o centenário da Abolição da Escravatura. Debates, simpósio, conferência, enfim, todas as formas de aglutinação de pessoas em torno deste evento estão sendo promovidas por universidades, instituições culturais, religiosas e políticas. O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, sob a liderança do seu presidente, Dr. Enélio Lima Petrovich, não poderia silenciar no transcurso deste efeméride. Assim as elites intelectuais brasileiras páram para refletir sobre o significado passado e atual da escravidão negra no Brasil. Escravidão - esta instituição abominável, tão indigna da pessoa humana e cada vez mais incompreensível aos olhos do homem contemporâneo.

O tema que nos foi proposto para abordar nesta noite é - **A Igreja e a Escravidão no Brasil**. Tema polêmico, controverso e desafiador. À medida que penetramos nos seus meandros, sentimos a presença dos arêtes hemiplégicos das ideologias extremistas, pouco comprometidas com a verdade histórica. Por isso, na literatura pertinente ao assunto, chegam às nossas mãos textos eivados de interpretações tendenciosas. Mesmo assim, lançamo-nos à luta imbuídos do desejo de fazer uma explanação abrangente, sincera e equilibrada sobre o tema em apreço

### II. A Antiguidade da Escravidão

Antes de tudo, é preciso deixar bem claro que a escravidão não foi inventada pelo cristianismo nem foi exclusiva dos povos africanos. Encontramo-la nos tempos mais remotos da história da humanidade, tanto no Oriente quanto no Ocidente. Segundo **Mendelsohn** há documentos que dão conta da existência de escravos 3.000 anos Antes de Cristo. Em quase todos os livros do Antigo Testamento, encontramos referências a grupos e nações que, uma vez derrotados nas guerras, foram reduzidos à escravidão pelos vencedores.<sup>1</sup>

No pedestal glorioso das civilizações grega e romana, ela foi intensamente praticada e até justificada por grandes pensadores. Assim, Aristóteles, no seu livro **Ética e Nicômaco**, fez esta afirmação tão chocante à mentalidade atual:

1 - I, Mendelsohn - Slavery in the Ancient Near East, 1949, pp. 1-3

"O escravo é incapaz de felicidade, como incapaz de livre arbítrio".

Em Atenas, cerca de 20 mil cidadãos livres dispunham de 400 mil escravos. Em Roma, a escravidão tomou dimensões de comuns devido à grandeza territorial do Império. Todos os povos submetidos ao poder dos Césares eram, em grande parte, reduzidos à escravidão. Por isso, a Cidade Eterna estava sempre lotada de cativos expostos à venda. César, após a conquista da Gália, vendeu mais de um milhão de escravos. (2)

Durante a Idade Média, apesar de atenuada graças à influência do cristianismo, a escravidão continuou a ser praticada, variando suas formas de país para país.

### III. O Que Fez a Igreja em favor dos Escravos, na Antiguidade e na Idade Média?

O anúncio do Evangelho de Jesus Cristo representou uma verdadeira revolução social no contexto do Império Romano escravocrata. Contra a desigualdade vigente, Cristo pregou a igualdade de todos os homens perante Deus, contra o ódio entre senhores e escravos, Ele anunciou um novo mandamento: "Que vos ameis uns aos outros, assim como eu vos amei".<sup>3</sup>

A pregação de São Paulo e dos outros Apóstolos foi mais contundente. Dirigindo-se aos Colossenses, São Paulo lembra-lhes que, em Cristo ressuscitado, não há mais distinção entre grego e judeu, circunciso e incircunciso, bárbaro, cita, escravo, livre, mas Cristo é tudo em todos. (4)

É verdade que Cristo e os seus apóstolos não formularam uma condenação explícita à escravidão. Todavia, o ideal do homem novo que o Evangelho espalhou contrapunha-se profundamente à estrutura social escravocrata da velha Roma. Em vez de apelar para uma revolução social sangrenta e imediata, de consequências imprevisíveis para os oprimidos, entre os quais a Igreja se incluía, os apóstolos e os seus sucessores optaram por medidas reformistas. A paulatina conversão de vários segmentos da sociedade pagã aos valores cristãos resultou na transformação da mentalidade greco-romana em relação à escravidão. Esta estratégia de ação viabilizou um longo processo de libertação gradual dos escravos.

Verdade é que, por causa da influência cristã, já a partir do século II, "foram proibidas as práticas de exposição e venda de crianças, ou o oferecimento das mesmas em pagamento de dívidas; as mutilações, praticadas com frequência nos jovens, passaram a ser punidas com o exílio e a morte; suspendeu-se o costume do devedor insolvente tornar-se escravo do seu credor; encorajaram-se as manumissões e honram-se os libertinos; retirou-se dos senhores o poder de vida e morte sobre seus escravos, suprimindo-se também as prisões subterrâneas; em uma palavra, humanizou-se o tratamento dispensado ao elemento servil". (5)

No início do século IV, a doutrina cristã já penetrou amplamente nas camadas mais pobres da sociedade e conseguiu a adesão de vários grupos da

2 - Revista Pergunte e Responderemos, Ano II, nº 22, outubro de 1959, p. 437.

4 - Epístola de São Paulo aos Colossenses, 3, 11. Idéia semelhante encontramos em Gálatas, 3, 27-28; I Cor. 12,13.

5 - Grande Enciclopédia Delta Larousse, Rio de Janeiro, Ed. Delta, 1978. p.2486



elite romana. Por outro lado, cessaram igualmente as perseguições, que duraram três longos séculos. A partir de 313, com a conversão do Imperador Constantino, a Igreja munuiu-se de excelentes condições para agir no sentido de transformar aquela realidade econômica e social. Segundo o escritor francês, **Louis Veuillot**, o Imperador Constantino, uma vez convertido ao cristianismo, tomou várias medidas visando à humanização dos escravos e oprimidos. Proibiu que “marcassem com ferrete na testa os condenados à labutação das minas, ou ao mister de gladiadores; e não menos acabou com o uso cruel de quebrar as pernas aos escravos... Concedeu aos bispos e sacerdotes o direito de alforriarem escravos na Igreja na presença do povo... Será havido por homicida, todo senhor que voluntariamente matar escravos à paulada ou à pedrada, o ferir de morte, ou o enforçar em laço; o mesmo, todo o que o envenenar, todo o que o der em pasto as feras, ou lhe crestar o corpo com carvões ardentes.” (6)

Nos séculos IV e VI, por influência do cristianismo, os patrões costumavam libertar os seus escravos quando resolviam batizar-se, ou quando ingressavam num mosteiro, ou ainda no leito de morte. (7),

Dentro da instituição eclesiástica, não havia distinção entre livres e escravos. A qualquer um era dado acesso à hierarquia eclesiástica. O exemplo mais brilhante do que acabamos de afirmar é o caso do Papa Calixto I, que governou a Igreja de 218 a 222. Trata-se de um ex-escravo do pagão Marco Aurélio Cópforo, que trabalhou nas minas da Sardenha e conseguiu emancipar-se. No trono de Pedro, Calixto I fez muito em favor dos escravos.

Vários outros Papas lutaram em prol da mesma causa. Assim, **Gregório Magno** (590-604) resgatou grande número de escravos; **Adriano I** (772-795) ensinou que os escravos podiam contrair matrimônio livremente, mesmo contrariando a vontade dos seus senhores; **Alexandre III** (1159-1181) apelou insistentemente para que o rei mouro de Valença não escravizasse os cristãos.

Em plena Idade Média, ordens religiosas foram fundadas para libertar escravos. Em 1198, **São João da Matta e São Félix de Valois** organizaram, na França, a “**Ordo Sanctissimae Trinitatis de Redemptione Captivorum**”. No ano seguinte, os primeiros religiosos desta ordem partiram rumo à África, de onde regressaram com 186 escravos libertos. Estimam-se em noventa mil os escravos que foram libertos das mãos dos mouros, Vale salientar que esta ordem foi aprovada pelo **Papa Inocêncio III** (1198-1216),

Com o mesmo objetivo, **São Pedro Nolasco** fundou, em 1233, na catedral de Barcelona, a “**Orden de Nuestra Señora de la Merced, Redención de Cautivos**”. Seus seguidores iniciaram as suas atividades em Valença e Granada (Espanha), ocupadas pelos mouros, de onde regressaram com quatrocentos cativos libertos. Ao todo, calcula-se que esta ordem libertou setenta mil escravos. O **Papa Gregório IX** (1227-1241) deu-lhe total aprovação. (8)

6 - Veuillot, Louis - Jesus-Chisto, Paris, Typ. Firmim-Didot, s/d., p.376, citado por Carvalho, José Geraldo Vidigal de - A Igreja e a Escravidão, Rio de Janeiro, Presença Edições, 1958, pp. 21-22.

7 - Revista Pergunte e Responderemos, Ano II, n° 22, outubro de 1959, p. 437

8 - Llorca, Bernadino, S.J. - Nueva Visión de la História del Cristianismo, Madrid, Editorial Labor, S.A., tomo 2°, 1956. pp. 1547 e 1190-93.

Não obstante as severas críticas que os Papas **Inocêncio IV** (1243-1254), **João XXII** (1316-1334) e **Martinho I** (1417-1431) fizeram ao tráfico de cativos comerciantes de Veneza e de Gênova compraram muitos escravos no Oriente Médio para vendê-los na Europa.

Do ponto de vista doutrinário, todos os padres da Patrística são unânimes em afirmar que a escravidão não é natural ao ser humano. Pelo contrário, é fruto do pecado e da violência dos mais fortes sobre os mais fracos. Assim posicionaram-se São Gregório Nazianzeno, o grande Santo Agostinho, São João Crisóstomo, Inácio de Antioquia, Clemente de Alexandria, o grande Santo Tomás de Aquino, e vários outros luminares do pensamento cristão. Suas doutrinas foram citadas por religiosos que viveram aqui, no Brasil, durante o período colonial, mas de maneira bastante desfigurada. Falou mais alto o interesse do projeto colonizador.

Não obstante todo este processo de humanização, que durou mais de doze séculos, a escravidão não desapareceu totalmente na Europa medieval. É verdade que a Igreja conseguiu libertar milhares de escravos e transformar a escravatura em servidão, mas nos últimos anos da Idade Média ainda havia escravos, em número reduzido, desempenhando atividades domésticas nos castelos medievais.

#### **IV – A Queda de Constantinopla e o Temor da Igreja Romana**

Para se entender a posição da Igreja em relação à escravidão no Brasil, é mister lembrar as consequências da queda de Constantinopla para a cristandade ocidental.

Dois meados do século XV e começo do século XVI, a situação política da Igreja era bastante difícil e depressiva. Em consequência do grande cisma entre a Igreja do Oriente e a do Ocidente, ocorrido em 1054, há quase quinhentos anos que os cristãos da Rússia e da Ásia já não obedeciam à autoridade do Bispo de Roma. Com a conquista de Constantinopla, em 1453, pelos muçulmanos, a situação ficou mais difícil. A partir daquele ano, as tropas muçulmanas começaram a avançar em direção à Europa Ocidental, chegando ao território italiano em 1480. Lembra o grande historiador francês, **Daniel Rops**, que "em toda península retiniu um grito de horror e de desespero". (9)

Além disso, é importante não esquecermos que às vésperas da Reforma de Lutero, 1517, a Igreja Católica estava reduzida às dimensões de uma Igreja européia, de uma pequena Europa. (10)

Diante desta conjuntura, só restava à Igreja aliar-se aos soberanos amigos para compensar estas perdas. As relações entre a Igreja e Portugal sempre foram de grande amizade. À Coroa portuguesa o Papa ajudou profundamente quando Portugal queria ser um estado independente da Espanha. Durante a reconquista da península ibérica das mãos dos mouros, estes países contaram com o apoio decisivo da Igreja. Por estas razões, estabeleceu-se uma forte aliança entre a Igreja e estes países, visando à difusão da fé católica nas

9 - Rops Daniel - História da Igreja de Cristo, Porto. Livraria Tavares Martins, 1962, IV, 1º, PP. 244-5

10 - Post, Reineurus - "A Igreja na Véspera da Reforma" in Concilium-Revista Internacional de Teologia, nº 7, setembro de 1967, p.51



novas terras descobertas na África, na Ásia e na América. Por isso, tivemos na história da Igreja uma série de Bulas papais, editadas entre 1455 e 1515, que institucionalizaram o padroado nas novas colônias e mudaram a posição da Igreja em relação à escravidão.

A primeira destas Bulas foi a **Romanus Pontifex** editada pelo **Papa Nicolau V**, em 8 de janeiro de 1455, e dirigida a D. Afonso, Rei de Portugal. Nela, o Pontífice dava exclusividade aos portugueses nos negócios africanos e assegurava-lhes o direito de conquistar as terras dos infiéis e reduzi-los à servidão. Os negros apressados deveriam ser enviados para a metrópole ou trocados por coisas não proibidas. Mas, todos deveriam ser batizados, assegurando-se, deste modo, a sua conversão à fé cristã.

As bulas subseqüentes - **Inter Caetera**, do **Papa Calixto II** datada de 13 março de 1456; a **Aeternis Regis** de **Sixto IV** de junho de 1481; e as três do **Papa Leão X**, intituladas **Praecelsas Devotions**, **Dum Fidei Constantiam** e **Pro Excelente**, todas editadas em 1514 - reafirmaram as posições assumidas por Nicolau V e ampliaram os direitos de padroado dos Reis de Portugal sobre as novas terras descobertas além-mar.

A leitura atenta destas bulas nos permite inferir que elas representam um lamentável desvio em relação às posições que a Igreja assumira anteriormente.

## V - A Igreja e a Escravidão no Brasil

A descoberta do Brasil, em 1500, e a sua posterior colonização resultaram de uma ação integrada - do Estado português e da Igreja Católica - objetivando a expansão das fronteiras do Império e a difusão da fé cristã no Novo Mundo. A Cruz e a Espada, símbolos dos poderes civil e religioso, uniram-se na realização de uma empresa de imensas conseqüências sociais, econômica e culturais.

### 5.1 A Igreja e a Escravidão Indígena

Logo que começou a tarefa do povoamento e da colonização do Brasil, surgiu o problema da mão de obra. Inicialmente, o colonizador lançou mão do elemento aborígine, por ser mão de obra ao seu alcance, procurando escravizá-lo.

Não obstante a subordinação da Igreja ao Governo português em decorrência do padroado, os jesuítas opuseram-se veementemente à escravidão dos índios. É importante lembrar que, em 2 de junho de 1537, portanto no alvorecer da colonização, o **Papa Paulo II** editou a **Bula Sublimis Deus** na qual ele declarou que os "índios e todas as suas gentes, que daqui em diante vieram à notícia dos cristãos, ainda que estejam fora da Fé de Cristo, não estão privados, nem devem sê-lo de sua liberdade, nem do domínio de seus bens, e que não devem ser reduzidos à servidão".(11) Note-se que esta Bula se contrapõe à **Romanus Pontifex** do Papa Nicolau V e às de **Leão X**, às quais nos referimos anteriormente.

Foi, por conseguinte, escudados na Bula **Sublimis Deus** que os jesuítas lutaram bravamente em defesa dos índios, contrariando o ímpeto escravizador

dos colonizadores. Assim, os padres Manoel da Nóbrega, José de Anchieta e Antonio Vieira e vários outros de menor importância notabilizaram-se nesta luta em favor dos índios. A reação dos colonizadores veio incontinente e violenta. Verdade é que, em 1553, os jesuítas foram expulsos da Paraíba. (12)

Em 22 de abril de 1639, o **Papa Urbano VIII** (1623-1644) editou o Breve **Comissum Nobis** no qual defende a liberdade dos índios do continente americano. O Papa ameaçou com as punições do Santo Ofício e até com excomunhão, a ele reservada, quem ousasse desobedecer às suas determinações. (13)

A reação dos colonizadores foi terrível e generalizada. Como observou adequadamente o Cônego José Geraldo Vidigal de Carvalho, os portugueses “moveram as mais soezes perseguições aos missionários e à Igreja. Calúnias, motins depredações, ameaças de morte se verificaram por toda a parte do Brasil.”(14)

## 5.2. Os Religiosos e os Escravos Africanos

É lamentável que os jesuítas e os outros religiosos não tenham demonstrado a mesma bravura e altivez em relação à escravidão dos negros africanos, como manifestaram em defesa dos índios. Assim, desde o início da colonização, quando os escravos africanos começaram a chegar ao Brasil, em 1516 ou 1526, que todas as instituições eclesiásticas valeram-se deles para sobreviver. Com admirável perspicácia, o historiador Eduardo Hoonart afirmou que, no Brasil, “à escravidão era funcional. A opção não era: ter escravos ou não ter escravos no Brasil, mas sim: ter escravos ou não viver no Brasil, pelo menos não viver dentro do sistema colonial estabelecido no Brasil”. (15)

A falta de braços para o trabalho era imensa. Por isso o Padre Manoel da Nóbrega pediu “esmola de escravos”, em diversas cartas, ora a D. João III, Rei de Portugal, ora ao Superior da Companhia de Jesus. Por causa disso, em 1558, travou-se uma polêmica entre ele e o Padre Luís de Grã, o qual “duvidava que a Companhia os pudesse possuir”. (16) Em 1568, a Congregação Provincial de Portugal resolveu a questão aprovando a escravidão africana por motivos de subsistência da missão. Resumia o Padre Serrão: “não se encontra gente de trabalho para se contratar; o único remédio é ter escravos”.(16)

Com base nesta justificativa, os jesuítas fizeram tráfico de escravos entre as suas fazendas no Brasil, assim como entre o nosso país, Angola e Portugal. Até porque, em Angola, o escravo era a moeda do país. (17)

Nas suas fazendas e colégios, os escravos africanos trabalharam foram batizados, catequizados e socialmente assistidos.

“A assistência religiosa ao negro - observou o escritor João Manoel Lima Mira - começava dentro do navio negreiro. O navio negreiro deveria ter um capelão a bordo, sob pena de prisão de 30 dias ou multa de 400 mil réis

12 - Idem - Op. cit. p. 53

13 - Idem, - Op. cit. pp. 41-43

14 - Idem - Op. cit. p. 44

15 - Hoonart, Eduardo = “A Cristandade durante a Primeira Época Colonial” in História da Igreja no Brasil, Petrópolis, Editora Vozes, Tomo II, 2ª edição, 1979, p.258

16 - Idem = Op. cit. p.259

17 - Idem, - Op. cit. p.260



(registro de 1756)". Protegendo o navio durante a travessia ia em geral a imagem de N. Sra. do Rosário, símbolo da dominação portuguesa sobre a África."(18)

Na catequese dos africanos no Brasil, vários jesuítas se destacaram no desempenho da sua missão. Entre outros, destacamos os padres Antonio de Passos, João de Araújo, Miguel Cardoso, Francisco de Lima, Manoel de Lima, Antonio Cardoso e João Cunha. Quase todos eles falavam bem o idioma angola a fim de poderem comunicar-se com os escravos. O Padre Manoel de Lima, natural de Luanda, escreveu um "Catecismo na Língua dos Ardas" publicado por volta do final do século XVII. O Padre Pedro Dias, por sua vez, escreveu "Arte e Língua de Angola", publicado em 1697. (19)

Todavia, a dispersão em que viviam os escravos, as dificuldades criadas pelos senhores e até pela própria Metrópole, são fatores que obstaculizaram uma melhor catequese dos africanos no Brasil.

Diante do descaso dos senhores para com a educação religiosa dos seus escravos, a Igreja recorreu à criação de Irmandades com o intuito de complementar a obra evangelizadora. Na sociedade colonial, estas Irmandades de pretos, de pardos e mulatos funcionaram como válvula de escape, permitindo aos escravos a conquista paulatina de um espaço no seio da sociedade. Por isso, sempre foram mal vistas pela Metrópole.

É importante ressaltar que desde o século XI que "os santos negros eram cultuados em Portugal". Aqui no Brasil, além da grande devoção que os negros africanos dedicavam a N.Sa. do Rosário, cultuavam também Santa Ifigênia, São Benedito, Santo Onofre, Santo Antonio e São Gonçalo. (20)

Com o passar do tempo, estas Irmandades foram utilizadas como instrumento de libertação dos escravos.

Quanto à assistência social aos seus escravos, os jesuítas destacaram-se dos demais religiosos. Assim, na Fazenda Santa Cruz, que eles possuíam no Rio de Janeiro, os escravos tinham o direito de possuírem algumas cabeças de gado. Além disso, construíram no Rio de Janeiro um hospital onde os seus escravos recebiam também assistência médica. (21)

Mas, entre os jesuítas, nem tudo foi subserviência e concordância com Portugal. Houve vozes discordantes e consideradas subversivas. O Padre Antonio Vieira não fez da sua pregação apenas um anestésico espiritual para sublimar o sofrimento dos escravos, como muitos afirmam. Em vários dos seus célebres sermões, ele pregou a igualdade entre brancos e pretos. Num deles, profligou o regime escravocrata, dizendo: "Oh! trato desumano, em que a mercancia são homens! Oh! mercancia diabólica, que os interesses se tiram das almas alheias, e os ricos são das próprias". Adiante, expôs aos presentes a desigualdade da sociedade colonial brasileira: "os senhores poucos, os escravos muitos; os senhores rompendo galas, os escravos perecendo à fome; os senhores nadando em ouro e prata, os escravos carregados de ferro; os senhores tratando-os

18 - Mira, João Manoel Lima - A Evangelização do Negro no Período Colonial Brasileiro, S. Paulo, Edições Loyola, 1983, p. 167

19 - Leite, Serafim - História da Companhia de Jesus no Brasil, Rio de Janeiro, Porto, Ed. Civilização Brasileira/Livraria Portugália, 1938-1950, T. VII, pp. 274-275 e T. VIII, pp. 199 e 318.

20 - Mira, João Manoel de Lima - Op. cit. p. 131

21 - Idem, - Op. cit. p. 182

como brutos, os escravos adorando-os e temendo-os como deuses; os senhores em pé, apontando para o açoite como estátuas da soberba e da tirania, os escravos prostrados com as mãos atadas atrás, como imagens vilíssimas da servidão e espetáculos da extrema miséria. "Finalizando, indagou: "...que Teologia há ou pode haver que justifique a desumanidade e sevícia dos exorbitantes castigos com que os escravos são maltratados?" (22)

Outras vozes discordantes foram as dos Padres Miguel Garcia e Gonçalo Leite. Contrariando a maioria dos seus colegas da Companhia de Jesus, eles rejeitaram radicalmente a mentalidade escravista reinante. Por isso, os seus superiores resolveram mandá-los de volta ao Velho Mundo. (23).

Com exceção destas vozes discordantes, a grande maioria dos Jesuítas trabalhou no sentido de amenizar o sofrimento dos escravos. Esta estratégia fica bem clara após a leitura **Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos**, publicado em 1700. Nesta obra, seu autor, o jesuíta **Jorge Benci** lembra aos senhores os deveres espiritual a materiais que eles tinham para com os seus escravos e recomenda-lhes moderação aos castigá-los. Adverte ainda os senhores para o dever que eles tem de proporcionar repouso aos seus escravos nos domingos e dias santificados. Vale salientar que os dias santos foram multiplicados, no Brasil colonial, como uma estratégia para amenizar o trabalho e o sofrimento dos escravos, pois, se dependesse somente dos senhores, os escravos trabalhariam ininterruptamente, todos os dias, de janeiro a janeiro.

Com o mesmo sentido agiu outro jesuíta, André João Antonil, quando no seu livro - **Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas**, escrito em 1711 referiu-se aos escravos.

Em 1707, realizou-se o Primeiro Sínodo Diocesano do Brasil, do qual resultaram as **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. Neste documento, a Igreja dedicou vários itens ao tratamento que os senhores deveriam dispensar aos seus escravos. Entre outras coisas defendeu a observância do repouso dominical e a guarda dos dias santificados, assim como, a liberdade para os escravos contraírem casamento com quem assim desejassem, escravo ou livre. Recomenda também que os senhores não vendam seus escravos para lugares distantes, "para onde suas mulheres, por serem escravas ou terem outro impedimento legítimo, os não possam seguir."(24) Diga-se, de passagem, que, na prática, isto foi muito pouco obedecido.

### 5.3 O Papa Bento XIV condenou a Escravidão - 1741

Impressionado com a crueldade praticada pelos senhores contra os escravos, conhecido através de informes enviados pelos missionários da África e das Américas, o Papa Bento XIV (1740-1758) resolveu enviar ao episcopado brasileiro e aos de outras colônias portuguesas a **Bula Immensa Pastorum** editada em 1741.

Neste documento, em pleno século XVIII, ele condenou veementemente a escravidão e a violência contra todos os infieis, sejam eles indígenas ou escravos. A certa altura, Bento XIV afirma: "...recebemos não sem gravíssima

23 - Mira, João Manoel Lima - Op. cit. p. 183

24 - Boozzo, José Oscar - "A Igreja na Crise do Império" in História da Igreja no Brasil, Petrópolis, Ed. Vozes, 1980. Tomo II/2, p. 267.



tristeza de nosso ânimo paterno, depois de tantos conselhos, dados pelos mesmos Romanos Pontífices, nossos Predecessores, depois de Constituições publicadas prescrevendo que aos Infieis, do melhor modo possível, dever-se-ia prestar trabalho, auxílio, amparo, não de descarregar injúrias, não flagelos, não ligames, não escravidão, não morte violenta, sob gravíssimas penas e censuras eclesiásticas..." Compreendendo a abrangência das palavras do Romano Pontífice, o Marquês de Pombal, através do Alvará de 1758, só permitiu a divulgação desta Bula naquilo que se referia à escravidão dos indígenas. (25)

#### 5.4. **A Igreja e o Movimento Abolicionista no Brasil**

O século XIX foi, por excelência, um século abolicionista. O espírito libertário da Revolução Francesa, consubstanciado na Declaração dos Direitos do Homem, influenciava fortemente as correntes abolicionistas de vários países. O resultado prático desta influência foi a abolição da escravatura em vários países ocidentais, a começar pela Inglaterra em 1833, seguida pela Suécia (1846), França e Dinamarca (1848), Portugal (1856), Holanda (1860) e Estados Unidos (1865).

O Brasil foi o último país de formação cristã a abolir a escravidão (1888).

E, no Brasil, que fez a Igreja pela abolição? Em 1883, quando publicou o seu livro - **O Abolicionismo** Joaquim Nabuco fez a seguinte afirmação: "A deserção, pelo nosso clero, do ponto que o Evangelho lhe marcou, foi a mais vergonhosa possível; ninguém o viu tomar a parte dos escravos, fazer uso da religião para suavizar-lhe o cativo, e para dizer a verdade moral aos senhores. Nenhum padre tentou, nunca, impedir um leilão de escravos, nem condenou o regime religioso das senzalas. A Igreja, apesar do seu imenso poderio em um país ainda em grande parte fanatizado por ela, nunca elevou no Brasil em favor da emancipação." (26).

Será isto verdade? Hoje, entendemos esta afirmação como, a atitude emocional, feita no fragor da luta abolicionista. Aliás, diga-se, in passant, que depois, no seu livro - **Minha Formação** Joaquim Nabuco modificou a sua opinião.

Na verdade, desde o início do século XIX que se verificou, em ritmo crescente, uma explosão abolicionista no seio da Igreja. Papa, Bispo, religiosos e leigos assumiram uma postura inequivocamente anti-escravista.

Começemos a retrospectiva do movimento abolicionista dentro da Igreja pela Bula **In Supremo** do **Papa Gregório XVI** (1831-1846), lançada em 3 de dezembro de 1839. O sumo Pontífice reiterou as posições anti-escravistas assumidas pelos seus predecessores. Convocou os cristãos para que "se abstenham do desumano tráfico dos negros, ou de quaisquer outros homens que sejam". Ao concluir a sua mensagem, condenou veementemente a escravidão negra nos seguintes termos: "Admoestamos e conjuramos por Jesus Cristo todos os fiéis, de qualquer estado ou condição que sejam, para que, daqui em diante, não continuem a oprimir tão injustamente os índios, negros ou outros quaisquer homens, privando-os de seus bens ou fazendo-os escravos, nem mesmo se atrevam a dar auxílio ou favor àqueles que tal tráfico exercitam, por meio do qual os negros, como se fossem animais bravios, e não homens,

25 - Carvalho, José Geraldo Vidigal de - Op. cit. p. 45

26 - Nabuco, Joaquim - O Abolicionismo, São Palo, Instituto Progresso Editorial, 1949, p. 18

são reduzidos à escravidão de qualquer maneira que seja e, sem respeito para as leis da justiça e da humanidade, comprados, vendido e condenados aos mais duros trabalhos; além do inconveniente de eternizar as guerras e as discórdias nos países em que se faz o comércio da escravidão, em razão da esperança do ganho com que se animam os que se ocupam na apreensão dos negros. Tudo isso, portanto, nós reprovamos, como altamente indigno de nome do Cristo, em virtude da autoridade apostólica que nos compete e, com essa mesma autoridade, proibimos que qualquer eclesiástico ou leigo, sob qualquer pretexto que seja, se atreva a favorecer ou proteger e ensinar, em público ou particular de qualquer maneira que seja, coisa alguma contra o que nesta nossa letra se acha determinado.”(27)

Por sua vez, os Bispos brasileiros não tardaram em palmilhar o mesmo caminho. Verdade é que, em 1827, bem antes da Bula **In Supremo D, Romualdo Antonio de Seixas**, primeiro Arcebispo da Bahia, numa sessão da Câmara dos Deputados profligou todos os argumentos de Cunha Matos em favor da escravidão e manifestou-se como um paladino da abolição em nosso país.

Treze anos depois, em 1840, **D. Antonio Ferreira Viçoso** Bispo de Mariana (Minas Gerais), quando era ainda um simples missionário lazarista, publicou um epúsculo refutando os argumentos do Padre Leandro Rabelo Peixoto e Castro, o qual procurava justificar a escravidão à luz do direito natural. Nos seus **arrazoados**, D. Antônio Viçoso afirmava que “a escravidão não pode conciliar-se com o cristianismo, com a razão, com a moralidade, com a felicidade da nação; antes de saber se temos o direito de comprar, era necessário examinar se alguém tem o direito natural de os vender; os sentimentos de humanidade, a justiça, a caridade universal e **doçura** são mais necessários a todas as nações que o açúcar e o café; de nenhum modo é lícita a escravatura; não há livre que queira ser escravo, nem escravo que não queira ser **forro**,...”(28) Depois à frente da Diocese de Mariana, continuou combatendo a escravidão.

Um abolicionista admirável do episcopado brasileiro foi **D. João Antonio dos Santos** primeiro Bispo de Diamantina, considerado como “o maior paladino da abolição” do clero mineiro. Verdade é que, em 1846, publicou vários artigos na **Selecta Católica** contra a escravidão negra. Atitudes semelhantes assumiu no jornal **Jequitinhonha** em 1862. É apontado, pelos historiadores mineiros, como um dos fundadores da Associação “**Patrocínio de Nossa Senhora das Mercês**”, organizada em 7 de julho de 1870, com a finalidade de alforriar escravos. Foi de sua autoria a idéia de o governo abolir a escravidão no Brasil, como uma homenagem ao jubileu sacerdotal do Papa Leão XIII. Lançou esta sugestão numa Carta Pastoral dirigida aos seus diocesanos, assim manifestou-se: “é nossa convicção que aos olhos do Soberano Pontífice da religião da caridade e fraternidade nenhuma prenda seria de maior valor de que o decreto ou o golpe de estado em letras de ouro extinguindo a escravidão no Brasil desde o dia 31 de dezembro de 1887. É uma bela ocasião do governo resolver a difícil questão do elemento servil, sancionando o seu ato pela Religião e bênção do céu; seria uma **reparação** solene da clamorosa **injustiça** com que conserva nos grilhões da escravidão centenas de milhares de nossos irmãos, vítimas dos interesses de particulares e das rendas do Estado”. (29)

27 - Carvalho, José Geraldo Vidigal Op. cit. p.48

28 - Idem, - Op. cit. p.p 106

29 - Furtado de Menezes - In: Clero Mineiro.V.I, Rio de Janeiro, 1933.pp.182-83 citado por Carvalho, José Geraldo Vidigal de - Op. cit. p.113



Esta pastoral teve imensa recuperação na sua diocese. Além disso, "D. João Antonio dos Santos saiu de porta em porta, pregando a Abolição e obteve duas mil cartas de alforria, dezoito anos antes da Abolição".(30)

Outro prelado mineiro abolicionista foi, sem dúvida, **D. Antonio Maria Corrêa de Sá e Benevides** Bispo de Mariana. Em 1880, indo a Macaúbas, baixou uma portaria libertando os escravos do **Recolhimento da Irmandade da Conceição**.(31)

No Parlamento brasileiro foram muitos os sacerdotes que levantaram a sua voz contra o tráfico negreiro e sobre outros aspectos da escravidão negra. Alguns portaram-se como verdadeiro abencerragens da dignidade humana naquela quadra da nossa história. Entre eles, destacaram-se figuras como o Padre Antonio Feijó, autor da Lei que traz o seu nome, datada de 7 de novembro de 1831, declarando como libertos todos os negros que desembarcassem no Brasil, após aquela data; os Padres Venâncio Henrique de Resende, José Antonio Marinho, Miguel do Sacramento Lopes Gama, Lindolfo José Correia das Neves, Tomás Pompeu de Souza Brasil e vários outros.

A publicação da Lei do Ventre Livre, em 28 de setembro de 1871, causou profundo impacto no seio da Igreja, principalmente entre as ordens Religiosas. Assim, **D. Pedro Maria do Lacerda, Bispo do Rio de Janeiro** lançou uma Carta Pastoral apoiando esta lei.

Entre os **Franciscanos** o movimento emancipacionista começou em 1859, quando decidiram libertar os seus escravos bem comportados com mais de 60 anos e as escravas de 50 anos, que tivessem dado seis filhos aos Conventos. (32) Cinco dias após a publicação da Lei do Ventre Livre, os Franciscanos resolveram emancipar seus escravos da seguinte maneira: "os maiores de 20 anos terão a data da alforria no dia 4 de outubro de 1876, e os menores de vinte anos quando completarem vinte e um anos, podendo, porém, uns e outros remir-se antes com a quantia que o provincial estipular."(33)

**Os Beneditos**, por, sua vez, começaram a libertar os seus escravos em 1866, dentro das seguintes condições: as escravas que tivessem seis filhos de legítimo matrimônio ficavam livres gratuitamente, mesmo que três deles tivessem morrido com mais de um ano de vida ou se tivesse libertado. É importante ressaltar que os frades consideraram como legítimos os filhos nascidos antes do matrimônio, ainda que de pais diferentes.(34)

Um dia após a publicação da Lei Ventre do Livre, isto é, no dia 29 de setembro de 1871, os Beneditos libertaram, "sem indenização de espécie alguma todos os seus escravos, em número de 4.000".(35)

A partir de então, as demais ordens tomaram idênticas deliberações.

Mas, o auge do movimento abolicionista dentro da Igreja ocorreu em 1887. Várias Cartas Pastorais foram lançadas no território nacional, naquele ano. Assim **D. Antonio Luís dos Santos** Arcebispo da Bahia e Primaz do Brasil; **D. Antonio de Alvarenga**, Bispo do Maranhão; **D. Carlos D'Amour** Bispo de

30 - Filho, Aires da Mata Machado - In: "A Estrela Polar", Diamantina, Ano IXXX, nº 18,p.1, C.1, de 4-6-82, cit. por Carvalho, José G. Vidigal de, op.cit.p112

31 - Carvalho, José Geraldo Vidigal de - Op. cit. p. 108

32 - Beozzo, José Oscar - "A Igreja na Crise Final do Império" in: História da Igreja no Brasil, Petrópolis, Ed. Vozes, 1980, p. 275

33 - Idem - Op. cit. p. 275

34 - Beozzo, José Oscar - "A Igreja na Crise Final do Império", In: História da Igreja no Brasil, Petrópolis, Editora Vozes, 1980, p. 275

35 - Idem, Op. Cit. p. 275

Cuiabá e **D. José da Silva Barros** Bispo de Olinda e Recife. Não resta a menor dúvida que os nossos prelados escreveram estas Pastorias atendendo aos apelos do Papa Leão XIII, que desejava ver proclamada a abolição da escravidão no nosso país.

Acontece que, em 14 de janeiro de 1888, o **Papa Leão XIII** recebeu em audiência o Dr. João Artur de Souza Correia, na qualidade de enviado extraordinário do Brasil às festividades do seu jubileu sacerdotal. Na ocasião, o Sumo Pontífice, ao responder à sua saudação afirmou: "desejamos dar ao Brasil um testemunho todo particular de nossa paternal afeição a respeito da emancipação dos escravos."(36)

No dia 10 de fevereiro de 1888, Leão XIII recebeu em audiência o grande abolicionista. A certa altura da conversa, disse Nabuco a Leão XIII; "Eu ia aos Estados Unidos...onde está a maior parte da raça negra da América; mas quando os nossos bispos começaram a falar com deliberação e de comum acordo a propósito do jubileu de Vossa Santidade e a pedir a emancipação dos escravos como o melhor e mais alto modo de solenizar no Brasil, pensei que devia antes de tudo vir a Roma pedir a Vossa Santidade que completasse a obra daqueles prelados, condenando, em nome da Igreja, a escravidão... Sua Santidade respondeu: - "**Ce que vous à coeur l'Eglise aussi la à coeur.**"A escravidão está condenada pela Igreja e já devia há muito tempo ter acabado...Senti-me vivamente tocado pela ação dos Bispos, que aprovo completamente, por terem de acordo com os católicos do Brasil escolhido o meu jubileu sacerdotal para essa grande iniciativa... É preciso agora aproveitar a iniciativa dos Bispos para apresentar a emancipação. Vou falar nesse sentido."

Retomando a palavra, Nabuco disse: - "O que nós quiséramos,...era que Vossa Santidade falasse de modo que a sua voz chegasse ao Brasil antes da abertura do Parlamento, que tem lugar em maio. "**Ce mot le dirai, vous pouvez;** en être sur - respondeu-me o Papa, e, quando o Papa tiver falado, todos os católicos terão que obedecer. "(37)

Em cumprimento à sua palavra, **Leão XIII** escreveu a carta **IN PLURIMIS** dirigida aos Bispos do Brasil, com data de 5 de maio de 1888 Por razões diplomáticas, este documento só chegou ao nosso país após a assinatura da Lei Áurea.

Palestra pronunciada pelo Prof. Itamar de Souza, no Salão Nobre do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, em comemoração ao Centenário da Abolição.

Itamar de Souza é professor do Departamento de Ciências Sociais da UFRN

36 - *Idem*, Op. cit. p. 284

37 - Nabuco, Joaquim - *Minha Formação*, Brasília, Editora Universitária de Brasília, 1963, pp.229-230.



“OS ESCRAVOS DE GANHO E DE ALUGUEL NO MERCADO DE SALVADOR”  
(1800-1822)

M<sup>a</sup> Evilnardes Dantas Petrauskas

Por mais de três séculos, o fenômeno da escravidão caracterizou o sistema econômico-social brasileiro. Neste período colonial, as relações escravistas de produção foram as dominantes na estrutura econômica da formação social brasileira, bem como nas relações de trabalho do sistema produtivo urbano, atendendo em toda plenitude às exigências do processo histórico nacional.

Em tal sistema, as especificidades de trabalho se diferenciam de acordo com as modalidades, como por exemplo: o negro de ganho, o negro de aluguel, o escravo assalariado, o escravo pago pelo produto, e o escravo “capitalista”, que ganhavam um tipo de juros sobre o dinheiro emprestado, preenchendo as mais diversas categorias do mercado de trabalho deste sistema escravista.<sup>1</sup>

Diante da complexidade que as relações de trabalho se apresentam neste sistema, há necessidade de distinguir duas modalidades de escravo urbano, para que possamos nos deter com mais especificidade no objetivo da nossa pesquisa. Uma das modalidades se refere aos escravos de ganho, e a outra, aos de aluguel, que constituem sem dúvida alguma, grande fonte de renda para seus proprietários.

Na realidade não podemos deixar de mencionar o significado de uma relação de trabalho num sistema produtivo, que não constitui apenas a realização de uma atividade exercida pela necessidade básica de trabalhar para garantir sua sobrevivência, mas sim produzir um excedente, um produto que possa ser apropriado por outro ser humano, seja proprietário ou escravocrata.<sup>2</sup>

Na economia baiana, existia trabalho produtivo e excedente, principalmente na produção açucareira; todavia nós questionamos neste artigo sobre os tipos de relações que caracterizaram esse mercado de trabalho na cidade de Salvador. Foram as relações de trabalho escravistas as que predominaram? Qual o tipo de participação dos escravos de ganho e de aluguel neste processo produtivo, a multiplicidade de atividade exercida por esses escravos, sua qualificação profissional, competição, rendimento e relações entre esses escravos e seus proprietários?

Na cidade de Salvador, em sua própria estrutura, encontramos escravos marginalizados legalmente, embora desempenhando várias funções na dinâmica relação

de trabalho de setor urbano. Estas atividades o colocam numa posição de certa independência material, imposta pelas próprias modalidades de seu exercício, tornando-se necessário distinguir duas grandes categorias de escravos urbanos: os escravos de ganho e os de aluguel e os que trabalhavam no mercado de trabalho e que constituem um investimento rentável para seus proprietários

O negro de ganho foi um desdobramento dos negros de aluguel no Rio de Janeiro ou um produto independente na Bahia e no Recife. Assim, esses escravos parecem constituir o grupo escravo materialmente mais privilegiado, haja vista que tem a possibilidade de usufruir de uma parcela de seus ganhos diários. (4)

No Brasil, na época da abertura dos portos, os estrangeiros encontravam dificuldades em se proverem de criados, já que as famílias consideravam vergonhoso vender um escravo doméstico e contratar homens livres. Desta forma, o interesse lucrativo prevaleceu, tomando-se bom negócio vender ou alugar escravos domésticos diante de grande demanda. Todavia, deve-se ressaltar o caráter intrínseco dessas relações de trabalho urbano. (5)

Algumas prestações de serviços exigem do escravo aptidões especiais com determinada qualificação, ou mesmo um esforço físico extenuante, como o de carregadores de cadeira, de material de construção, serventes, etc. São os carregadores que necessitam de qualquer tipo de instrução especial para exercer esta atividade, podendo inclusive ser africano com baixo grau de aculturação e que se diferenciavam dos escravos de ofício artesanal, cujo aprendizado, apesar de relativamente demorado, transformava-os em hábeis carpinteiros, barbeiros, alfaiates, serradores...Escravos que qualificados, de ofícios, ou profissionais, exerciam mais de uma profissão no mercado de trabalho de Salvador.

Nesse mercado de trabalho, uma das formas de sobrevivência utilizada pelo escravo urbano, consiste na ocupação de várias atividades. Acredita-se que muitas vezes era obrigado a exercer outra atividade por causa do interesse do proprietário em obter mais lucro, utilizando sua força produtiva. Entretanto, o próprio escravo estava sempre arranjando um jeito de conseguir uns réis extras, talvez para viver um pouco melhor no dia, ou para poupar e investir em sua liberdade com a compra da carta de alforria.

No período de 1800-1822, encontramos inúmeros escravos exercendo mais de uma atividade no mercado de Salvador. Esta pequena amostra demonstra que os escravos precisam de outra fonte de renda para complementar seus míseros rendimentos na luta pela sobrevivência, como também que os proprietários se utilizavam das diversas aptidões de seus escravos para obterem mais lucro.

Verificamos através dos Inventários examinados, que as escravas além de atenderem ao serviço doméstico, como cozinheiras, copeiras, lavadeiras, engomadeiras, exerciam também o ofício de costureira, bordadeiras, e rendeiras. Em alguns casos atendiam somente a necessidade de seus proprietários, em outros eram alugadas a terceiros para render lucros para seus senhores ou trabalhavam como ganhadeiras, prestando conta de seus rendimentos diariamente, semanalmente ou mensalmente. Por outro lado, os escravos do serviço de trapiche, da roda e os ganhadores trabalhavam como carregadores de cadeiras atendendo, provavelmente, a necessidade de seu proprietário.

Para Maria Inês de Oliveira Cortês, os escravos de ganho exerciam a



função de modo esporádico, tendo como atividade básica o trabalho doméstico ou artesanal, não perfazendo o suficiente para sua manutenção e moravam com seus senhores, sendo integralmente sustentados por eles.(6) Entretanto, algumas informações existentes nos registros dos ganhadores, como nos inventários e nos pedidos de licença da Prefeitura, demonstram que os escravos ganhadores exerciam essa função no mercado de trabalho de Salvador, embora trabalhassem em outra atividade para atender as suas necessidades, os interesses dos proprietários e as conveniências dos proprietários.

A qualificação do escravo, entretanto, consiste no termo mais apropriado, o que mais se aproxima de sua realidade. Sua qualificação é em função das condições do mercado de trabalho, por exemplo: "se este exige mão-de-obra qualificada usam-se as prendas do escravo, se pelo contrário, o mercado de trabalho necessita de mão-de-obra não qualificada, o oficial é transformado em simples trabalhador, porque o que importa é ser rentável para seu dono".(7)

"Quem quizer comprar hum mulato com idade de dezenove anos, hábil para qualquer ofício que se oferece, dirija-se á falar com o Alferes da Legião Manoel Antônio de Faria".(8)

Portanto, torna-se difícil distinguir na prática os escravos de ganho, dos escravos domésticos, ou de aluguel, haja vista que o proprietário se apropria dos seus serviços de acordo com as suas necessidades: o mesmo escravo pode ao mesmo tempo ser doméstico, ganhador ou de aluguel.(9) Sua utilização como força de trabalho dependerá das condições do mercado de trabalho em expansão, das oportunidades existentes para o trabalho qualificado ou não qualificado, o que evidentemente resultava de fatores nacionais ou internacionais da época.

O mercado de trabalho escravo desdobra em dois tipos principais:

- o mercado de compra de escravos, que é frequentado por aqueles que desejam utilizar-se desse trabalho para longos períodos de tempo;
- um mercado de locação de serviços, onde frequentam aqueles que desejam utilizar-se da mão de obra servil para períodos curtos: um dia, uma semana, um mês um ano, dois anos, ou até mais. Normalmente, os contratos de locação de serviços para tempos curtos são verbais, mas quando se estendem em período superiores a um ano, eles são sancionados por escrituras públicas. Nessa escritura pública são estabelecidos: o preço, a duração da locação de serviços prestados, bem como as obrigações mútuas das partes contratantes. Geralmente o locador se obriga a dar ao escravo casa, alimentação, vestiário, médico o botica. Por outro lado, o escravo é obrigado a trabalhar "aos dias certos e a repor os dias em que não trabalhou, por causa da doença". Os contratos de locação a serem pagos pelos donos de escravos, se estes fugissem, fossem presos ou morressem durante o tempo de sua locação. Todavia, os três quartos de contrato que estudamos referiam-se a locação de mão-de-obra qualificada.(10)

Esse tipo de contrato era passado entre o dono do escravo e o locador. Há porém, casos em que o próprio trabalhador alugado assina o contrato com o seu locador. Trata-se geralmente de escravo recém-liberto cujo preço da alforria foi pago por seu dono ou antigo patrão. O adiantamento de dinheiro

criava para o alforriado uma obrigação contratual que o transformava em trabalhador sem salário até o pagamento total da dívida contraída que podia se estender por vários anos. O máximo encontrado foram sete anos.(11)

Como simples ganhadores ou como escravo alugado, o elemento servil é introduzido no mercado de trabalho competitivo, com a mão-de-obra livre. Entretanto, esta competição restringe-se a certas atividades desprezadas por esta população, o que não altera o caráter competitivo do mercado de trabalho na medida em que uma das opções se estabelece entre os próprios escravos. (12)

Isto se aplica especialmente aos escravos de ganho que tabalhavam para fora das casas de seus proprietários, sendo obrigados a trazer-lhes diária ou mensalmente, a percentagem que lhe é devida do produto do seu trabalho. Infelizmente faltam-nos por enquanto, dados mais precisos sobre essa percentagem e a rentabilidade dos escravos ganhadores. (13)

Verifica-se através das informações obtidas nos recibos dos inventários dos proprietários de escravos ganhadores, os rendimentos desses escravos diários e o total dos rendimentos de acordo com os dias de trabalho. A diária de um escravo ganhador variava provavelmente de 160 réis a 240 réis, enquanto o escravo qualificado como pedreiro, oficial de carapina escilava entre 300 réis e 320 réis. Em contrapartida, o escravo passava períodos sem dar lucro ao seu proprietário, sendo sustentado por ele nas fases de doença e gravidez. Os recibos não registravam a percentagem pertecente ao escravo ganhador.

Na realidade, as relações de trabalho entre esses grupos e os escravos de ganho e de aluguel dividem-se em várias modalidades:

Primeiramente, encontramos o escravo que trabalhava sob o regime de remuneração fixa, recebendo do proprietário seu salário. Geralmente, os escravos qualificados exerciam uma arte ou ofício artesanal, como por exemplo: pedreiros, pintores, carpinteiros, serralheiros, etc. (14)

"Na loja de Cabos de Antonio João da Costa, no Caes Dourado se aceitarão escravos, machos a 200 réis, cada hum, e negras a 160 réis por dia, para uma obra que pretende fazer, quem os tiver dirija-se a mesma loja"15

Nestas circunstâncias o lucro era apropriado totalmente pelo proprietário, a não ser que este resolvesse dar-lhe "gratificação" pelos serviços prestados. Esta "gratificação" podia significar uma autêntica remuneração, caso o proprietário resolvesse não assumir a manutenção do escravo, proporcionando-lhe casa, comida, roupa, assistência médica; no caso, cabia ao escravo parte dos seus meios para atender às necessidades básicas. (16)

Em segundo lugar, havia o escravo sem salário fixo, representado pelo ganhador, que exercia diversos tipos de atividades, obrigados a pagar um salário fixo ao seu senhor. Nesse caso o escravo podia ser totalmente ou parcialmente mantido pelo proprietário. (17)

"Vende-se hum negro, e huma negra, ambos ganhadores, quem os quiser comprar, dirija-se a falar com Antônio Silva Porto, no Pilar".(18)

Ao observarmos as duas situações, contamos que o escravo urbano, o ganhador, geralmente prefere ser mantido por si próprio, conseguindo assim



poupar o máximo.

E finalmente, existiam os escravos que deixavam a residência de seus senhores para trabalharem para outro patrão. Eram escravos alugados; estes tinham os seus serviços remunerados anualmente, porém eram normalmente mantidos pelos empregadores, os quais assumiam a responsabilidade de devolvê-los, gozando da perfeita saúde. O produto de seu trabalho era parcialmente apropriado pelo proprietário e por quem alugava seus serviços através de contrato verbal ou escrito.<sup>19</sup>

Essas relações de trabalho entre os diversos grupos sociais e os escravos ganhadores e de aluguel no mercado de trabalho de Salvador, além de serem divididas em várias modalidades, baseavam-se no exercício de várias funções, como:

1. Escravos do Serviço Doméstico: serviço de casa como cozinha, copa, lavagem de roupa, e outros serviços domésticos.

2. Escravos de Ofícios e Artesãos: alfaiate, alambiqueiro, amassador, barbeiro, cabeleireiro, caboqueiro, calafate, canteiro, caldeireiro, carpinteiro, cravador, serviço de cortume, empalhador, estanhador, estaleiro, ferrador, ferreiro, folheiro, fundidor, fabrico de algodão, funileiro, maquinário, lavrador, marceneiro, oleiro, ourives, padeiro, pedreiro, pintor, polidor, pisador de tabaco, sapateiro, serrador, serralheiro, serviço de fundir cobre, de fazer contas de ouro na prensa, tanoeiro e torneiro

3. Escravos Embarcações: canoeiro, marinheiro, barra fora, marinheiro de governo, de carreira costa, do serviço do mar, navio e do saveiro.

4. Escravos utilizados no transporte de carga: baleeiro, carregador de cadeiras, carreiro, ganhador, arreiro.

5. Escravo de Comércio: boticário, do serviço de armazém, de loja, de trapiche, venda de molhados, vendedor, talhador de carne.

6. Escravos do Serviço Doméstico: cozinheiro, doceira, engomadeira, lavadeira, e todos os serviços domésticos ou de casa.

7. Escravas Oficiais e Artesãs: bordadeiras, costureiras, rendeiras, do serviço de fazer contas de outro na prensa e caboqueira.

8. Escravas utilizadas no transporte de cargas: ganhadeiras ou vendedoras de rua.

9. Escravas do Comércio: vendedoras, do serviço de rua (20)

Concluindo, a inserção dos escravos de ganho e de aluguel como força produtiva no mercado de trabalho de Salvador e a detecção de suas relações com os diversos grupos sociais desse setor urbano carecem de melhores informações para serem mais precisas, como por exemplo as despesas com alimentação, moradia, vestuário e a percentagem paga pelo escravo do excedente de seu trabalho ao proprietário.

- 1) REVISTA DE ESTUDOS ECONÔMICOS, SP, Instituto de Pesquisas Econômicas, USP, Vol. 13, Nº 01, 1983, p. 56.
- 2) IBIDEM.
- 3) MATTOSO, Kátia M. de Queirós, Bahia. A Cidade de Salvador e Seu Mercado no Século XIX, SP, HUCITEC Ltdª, p. 165.
- 4) CARNEIRO, Edison, Ladinos e Crioulos, RJ, Editora Civilização Brasileira S/A., 1964, p.8
- 5) VILHENA, Luis dos Santos, A Bahia no Século XVIII, BA, Itapuã, Vol. I, 1969, p.60.
- 6) REIS, João José, Rebelião Escrava no Brasil (A história do levante dos Malês 1835), SP, Ed. Brasiliense, 1986, p. 209.
- 7) MATTOSO, Kátia M. de Queirós, op. cit. p. 286.
- 8) A IDADE D'OURO DO BRASIL, Nº 67, Terça-Feira, 22 de agosto de 1815, p.4
- 9) MATTOSO, Kátia M. de Queirós, op. cit. p. 286.
- 10) MATTOSO, Kátia M. de Queirós, op. cit. p. 286-287
- 11) IBIDEM.
- 12) IBIDEM
- 13)IBIDEM.
- 14) MATTOSO, Kátia M. de Queirós, op. cit. p. 287.
- 15) A IDADE D'OURO DO BRASIL, Nº 81, Terça-Feira, 08 de outubro de 1816, p.4.
- 16) MATTOSO, Kátia M. de Queirós, op. cit. p. 288.
- 17) IBIDEM.
- 18) A IDADE D'OURO DO BRASIL, Nº 12, Sexta-Feira, 09 de fevereiro de 1816, P4.
- 19) MATTOSO, Kátia M. de Queirós, op. cit. p. 289.
- 20) ANDRADE, Maria José de Souza, A Mão-de-Obra Escrava em Salvador de 1811 a 1860 (Um Estudo de História Quantitativa), Salvador, UFBª, 1979, p. 122-125.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A IDADE D'OURO DO BRASIL, a primeira gazeta da Bahia, jornal que circulou no período de 1811 a 1823.

ANDRADE, Maria José de Souza, A Mão-de-Obra Escrava em Salvador de 1811 à 1860

(Um Estudo de História Quantitativa), Salvador, UFB<sup>a</sup>, 1979.

CARNEIRO, Edison, Ladinos e Crioulos, RJ, Editora Civilização Brasileira, 1964.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós, Bahia. A Cidade de Salvador e Seu Mercado no Século XIX, SP, HUCITEC Ltd<sup>a</sup>, 1978.

REVISTA DE ESTUDOS ECONÔMICOS, SP, Instituto de Pesquisas Econômicas, USP, VO1. 13, N° 01, 1983.

REIS, João José, Rebelião Escrava no Brasil. (A História do Levante dos Malês - 1835), SP, Ed. Brasiliense, 1986.

VILHENA, Luis dos Santos, A Bahia no Século XVII, BA, Itapuã, Vol. I, 1969.



## O SIGNIFICADO DA ABOLIÇÃO DO NEGRO NO BRASIL ATUAL

Alberto Pinheiro de Medeiros

A princesa Isabel libertou o negro no Brasil. Foi, contudo, a grande esquecida, nas comemorações dos cem anos da abolição da escravidão no Brasil. Quando se registra o desempenho da princesa, na maioria das vezes, é para criticar. A abolição não tem passado de uma farsa. A escravidão estava, na realidade, extinta bem antes da Lei Áurea. Não teria, assim nenhuma significação histórica. A denúncia mais grave: o negro continuaria escravo, mergulhado na ignorância e na miséria. E surgem as comparações: a vida dos negros nos países racistas, seria bem melhor do que aquela vivida pela população de cor escura no país. Algumas negras procuraram evitar qualquer tipo de comemoração. Preferiram renunciar a situação de miséria em que vivem, hoje, a maioria dos negros brasileiros. E chegam inclusive, a perguntar:

- 'Abolição, de quem?

A questão do negro, assim, ontem e hoje, é vista, quase sempre, sob um ângulo perigoso, repleto de emotividade. Alguns se preocupam em mostrar a história de uma raça rejeitada. Outros, nos seus discursos, exaltam a ação dos abolicionistas brancos. As vezes o negro é apontado como submisso, indolente, incapaz de lutar pela sua liberdade. Há também aqueles que, numa posição oposta, registram todas as lutas dos africanos e seus descendentes, contra os seus senhores brancos. A importância da miscigenação. A religião como forma de resistência. O negro como personagem folclórico.

Fica difícil, portanto de se delinear um quadro que, pelo menos, se aproxime da verdade. Existem, contudo, bons registros. Determinados autores modernos, em áreas distintas do conhecimento humano, apresentam uma visão crítica sobre a problemática do negro.

O presente estudo pretende discutir o significado da abolição e a situação do negro no Brasil contemporâneo, dando ênfase a mobilidade social do negro, com base, sobretudo no testemunho dos especialistas.

Dizem que o povo tem memória curta. A mão que aplaude hoje é a mesma que atira pedra amanhã. A abolição representa, para a geração atual, o ontem longínquo, passado esquecido. Sem nenhuma significação. Uma página da História

que se transformou, apenas, em tema de tarefa escolar.

A maioria dos negros esqueceu o papel desempenhado pela princesa Isabel. Para muitos negros a regente não passou de uma farsante.

Acontece que os homens da época registraram todos os acontecimentos que culminaram no dia 13 de maio de 1888, documentos que ficaram a disposição da História.

Pedro Calmon reconstituiu, com detalhes, as solenidades que marcaram a assinatura do decreto que libertou milhares de brasileiros da escravidão: A abertura das Câmaras, em 3 de maio, foi uma apoteose. Dantas Nabuco e Patrocínio falaram à multidão das janelas do Senado. O Rio em festa. A 4 de maio no palácio em Petrópolis, tiveram a graça de almoçar sob os tetos da família imperial 14 africanos foragidos... Redigiu Ferreira Viana o projeto da "Lei áurea" num artigo único: "É declarada extinta a escravidão no Brasil". Apresentou - o ao Parlamento, no dia 8, o Ministro Rodrigo Silva. O povo invadira as galerias, donde, a bem dizer, não saiu mais, até 13 de maio. A Câmara votou tumultuariamente o projeto, levando de vencida a "junta do coice", isto é, a intrépida resistência da bancada fluminense com Andrade Filgueira à frente. No Senado - sob os mesmos aplausos das galerias, a discussão correu acesa e agitada. Paulino falou por último." (...) / A cerimônia da assinatura, no Paço da Cidade, foi indescritível nos seus tons emocionantes, o povo a vitoriar a "Redentora, oradores deslumbrados, pelas ruas uma onda sonora, de festa de sfeira. Embriaguez de regozijo: a Confederação Abolicionista dirigindo tudo; Patrocínio, de joelhos, a querer beijar os pés da regente, e retórico transfigurado: 'minha alma sobe de joelhos nestes Paços' (...) / "Reparou Nabuco que a princesa era popular" mas as classes fogem dela e a lavoura está republicana". Patrocínio viu nessa metamorfose a represália dos escravocratas. Anotou Rebouças, no Diário, a 28 de setembro "iniciação da Guarda Negra da Redentora". Eram antigos escravos, e outros de sua raça, que juravam dar o sangue pela monarquia" (1).

Não foi, portanto, uma simples festa. E, sim, uma opoteose. Intelectuais e o povo, unidos, por objetivo comum. Nas ruas não se encontrava um número reduzido de pessoas, pagas para aplaudir. Mas, ao contrário, uma multidão atenta, acompanhando tudo, aplaudindo, pressionando, invadindo as galerias. Era o povão apoiando a iniciativa da princesa Isabel. E a alegria era tanto que Pero Calmon fala em "êmbriaguez de regozijo"... Todos os presentes, negros e brancos, tinham consciência da importância daqueles acontecimentos. Esta importância foi sentida, também, por autoridade, fora do país: o papa Leão III distinguiu a princesa Isabel com a "Rosa de Ouro".

A Lei Áurea libertou mais de 700.000 escravos. Não foi, como muitos pensam, uma cifra inexpressiva. Como disse Caio Prado Júnior: "Quase 800.000 escravos, numa população total que não ultrapassava 14 milhões, eram uma ameaça tremenda; ainda mais eles se concentravam em maioria nos agrupamentos numerosos das fazendas e grandes propriedades isoladas no interior e desprovidas de qualquer defesa eficaz" (2).

Havia, ainda, a possibilidade de, num conflito armado, o escravo se unir ao negro liberto, formando, assim, uma força de grande poder, incontrolável. destruindo tudo. Na década de 80, o país viveu um clima pré-revolucionário, registrado, com lucidez, por Caio Prado Júnior: "Amplia-se a agitação popular,



e desta vez é sobretudo entre os escravos que ela desencadeia. O abandono das fazendas se torna diuturno; os abolicionistas, organizados em sociedades e agrupamentos fortemente constituídos e ramificados em tôda parte, estimulam e protegem as fugas. Estava quebrada a disciplina das senzalas, e as mais enérgicas medidas do governo para restabelecê-las se mostravam inócuas" (...) "Nestas condições, o vulto que o movimento tornado incontrolável adquirira, punha o país na iminência da mais completa desordem" (3)

Era a marcha, rápida, para um movimento sangrento. Isto, entretanto, não aconteceu. Existe, certamente, várias causas. Uma delas, talvez, a principal, é que o governo imperial não entrou em conflito com as aspirações populares, ou seja, aprovava o fim da escravidão. E foi justamente o governo, através da princesa Isabel que acabou, definitivamente, com o regime escravista.

O processo revolucionário, contudo, se concretizou. Sem derramamento de sangue. Mas, de qualquer forma a revolução se fez, pois, como diz Décio Freitas, "Desaparecido a forma escravista de propriedade e exploração, deixam de existir as duas classes principais, as dos escravos e senhores" de escravos(4) A importância desta mudança é salientada pelo próprio Décio Freitas: "A substituição de um modo de produção por outro configura uma revolução social. Todos admitem que esta foi a mudança social mais importante ocorrida desde a colonização "

(5) Os efeitos de uma revolução podem ser imediatos e, também, de longo alcance. As consequências imediatas da abolição não foram positivas para a maioria dos negros, sobretudo, em São Paulo. Os negros não foram preparados para assumir sua liberdade. E a razão é muito simples: não foi elaborado um plano de integração do negro na sociedade brasileira. Acontece que caso fosse elaborado um plano de integração do negro na sociedade nacional, os ex-senhores de escravos fariam tudo para impedir sua aprovação no parlamento e, perdendo esta batalha, tentariam burlar o plano. E não seria nenhuma novidade. Emília Viotti da Costa registra as fraudes feita pela classe dominante contra a Lei do Ventre Livre: "Apesar de toda a agitação em torno do projeto, este foi de limitadas consequências, a curto prazo. A maioria dos proprietários preferiu manter os filhos de escravos ao invés de entregá-los ao Estado. Em 1882, o Relatório do Ministério da Agricultura registrava apenas 58 renúncias ao serviço de ingênuos." (...)

"Na matrícula de escravos e no Fundo de Emancipação ocorreram várias irregularidades. Os proprietários custaram a registrar seus escravos. Um decreto de 1872 ampliava o prazo da matrícula dos recém-nascidos. Quando a matrícula foi feita verificou-se que havia lacunas importantes. A lei era burlada também de outras maneiras. Os escravos que possuíam pecúlio não conseguiam fazer valer seus direitos à alforria. Isso ocasionava queixas e dava margem a processos. Fazendeiros deturpavam atestados de batismo para manter no cativeiro crianças nascidas depois da lei. As Juntas de Emancipação custaram a se reunir e trabalhavam irregularmente, o que retardava o seu funcionamento. (...) "Quando as juntas funcionavam, eram frequentemente alvo de pressão dos proprietários que procuravam emancipar escravos doentes ou incapacitados, em lugar de outros mais qualificados de acordo com os requisitos da lei. Esperavam, dessa forma, conseguir indenização por escravos que já se tinham tornado imprestáveis. Para evadir-se da lei, proprietários de escravos também se apressaram em alforriar, com cláusula

de prestação de serviços, escravos que se achavam em condições de serem incluídos preferencialmente nas listas de escravos a serem emancipados pelo Fundo de Emancipação. Por outro lado, os recursos do Fundo eram reduzidos e poucos escravos realmente se beneficiaram dele” (6)

Dentro deste contexto, como elaborar um plano de integração do negro na sociedade brasileira que fosse efetivamente cumprido? Libertar o negro sem indenização, de maneira total e definitiva foi, sem dúvida, uma grande vitória.

Também não se poderia exigir dos ex-proprietários de escravos, racistas e autoritários que, logo após a abolição sobretudo, os da região Centro - Sul do país, que detinham 66% da população escrava abrissem mãos de seus privilégios, e tratassem os negros como se fossem iguais a eles e, ainda, colaborassem para a imediata ascensão do preto na sociedade nacional. Iriam, ao contrário, dificultar ao máximo. Procurando manter a população de cor escura no seu devido lugar: o da inferioridade, no escalão mais baixo da sociedade.

A abolição abalou negros e brancos. Muito mais os negros, naturalmente. A razão é simples: os pretos não foram preparados para assumir a liberdade. Dificultando, assim, a ascensão social dos negros. É preciso lembrar, contudo, que muitos negros conseguiram sua liberdade bem antes da abolição. Durante, portanto, a vigência do regime escravista. Com o passar do tempo, cresce o número de libertos, como demonstra Herbert S. Klein: “No Brasil, a população de cor cresceu a uma taxa ainda mais rápida que na maior parte da América espanhola, embora a distribuição no tempo seguisse a mesma trajetória até o século XIX. Nas estimativas do século XVIII as pessoas de cor livre eram elementos importantes da população em todos os lugares, mas não excediam em número os escravos. Contudo, em contraste com Cuba, a chegada maciça de escravos africanos no século XIX não diminuiu o ritmo de crescimento das pessoas de cor livres. Na verdade, elas cresceram ainda mais rapidamente na primeira metade do século. Assim, em 1850, quando o tráfico de escravo foi finalmente encerrado, a população de cor livre havia já ultrapassado o número total de escravos.” (...)” na época do primeiro censo nacional, em 1872, havia 4,2 milhões de pessoas de cor livres, e 1,5 milhões de escravos. As pessoas de cor livre não apenas ultrapassavam em número os 3,8 milhões de brancos, como representavam 43 por cento da população brasileira, de 10 milhões de habitantes - tudo isto mais de uma década antes da abolição da escravatura.” (7) Com relação aos libertos, é preciso esclarecer que não eram, apenas, velhos, doentes e imprestáveis. A respeito deste problema, disse Herbert S. Klein: “Em virtude da alta participação de crianças e adultos jovens, a média de idade de escravos alforriados, numa amostra de quase sete mil casos em Salvador, entre 1684 e 1745, era de 15 anos” (8)

O regime escravista permitiu, assim, a existência de uma verdadeira hierarquia entre os negros : escravos e libertos, escravos urbanos e os da senzala, etc. Havia, portanto, diversos “status” entre a população escura do país. Quando um negro deixava de ser escravo, ele ascendia socialmente. Um escravo que vivia em um centro urbano se considerava superior ao que trabalhava na senzala. Não se pode, desta maneira, falar como se existisse, somente, um único tipo de escravo.

Havia, naturalmnte, um caminho para que os não brancos conseguissem



melhorar seu "stātus" na sociedade brasileira, como disse Neuza Santos de Souza: A história da ascensão social do negro brasileiro é, assim, a história da submissão ideológica de um estoque racial em presença de outro que se lhe faz hegemônico. É a história de uma identidade renunciada em atenção às circunstâncias de que estipulam o preto de reconhecimento ao negro com base na intensidade de sua negação" (9)

Não se pode criticar a "raça" negra de ter agido desta maneira. Qualquer povo, seja qual fosse sua cor, nas mesmas circunstâncias, haveria de ter um comportamento idêntico. É compreensível, portanto, que ainda hoje muitos negros renunciem sua identidade étnica. Neuza Santos de Souza narra um caso bastante ilustrativo. Uma senhora dizia a sua neta: crioulo... sobretudo, o negro não prestava. Se você vir confusão, saiba que é o negro que está fazendo; se vir um negro correr, é ladrão. Tem que casar com um branco para limpar o útero" (10)

Devido a casos como este é que determinados estudiosos chegam a uma conclusão idêntica à de Florestan Fernandes: "os negros ainda hoje não se libertaram "nem objetivamente da antiga condição de "escravos", de "libertos", de "cria de casa" aceitando sua posição inferior, conformista" (11)

O problema não pode ser tão simples. Mas, ao contrário, é bem mais complexo. Muitos pretos tomam consciência de que estão sendo discriminados e reagem. Às vezes, de maneira violenta. Outros buscam se afirmar profissionalmente sabendo que na luta pela sobrevivência, estão do lado mais fraco, enfrentando preconceitos. E se não conseguem ser milionários, alcançam a classe média. Criando novas possibilidades para seus filhos. Não se pode chamar a isto de conformismo...

Outro aspecto importante: alguns negros se transformaram em nomes nacionais no esporte, na música, na historiografia na administração pública, etc. Pode parecer pouco, quase nada. Mas, na realidade, é um avanço. Uma nova área está, atualmente, se abrindo para as pessoas de cor escura: a política. Na Assembléia Nacional Constituinte, a que elaborou a nova constituição, foram eleitos sete deputados negros.

Não há dúvida de que, de uma maneira mais ampla, a situação da população de cor escura, no país, é lamentável. Acontece, entretanto, que os negros há cem anos, eram escravos e, na sua maioria, se encontravam no degrau mais baixo da sociedade. Comparando, portanto, a situação dos brasileiros de cor negra, hoje, com a situação dos negros no passado, na época colonial ou mesmo na fase imperial, constata-se uma profunda diferença, a favor dos escuros. Houve, portanto, uma evolução. Lenta, porém, contínua. Nesta marcha, com altos e baixos, no começo os obstáculos eram bem maiores. O ódio que muitos ex-senhores de escravos mantinham pelos libertos é um exemplo. Não podiam admitir a ascensão social de seus ex-escravos. Os negros, por outro lado, estavam, na sua maioria, despreparados para de usufruir da liberdade. Ficaram, quase todos, na total dependência de seus ex-patrões.

A situação do negro em São Paulo foi, talvez, a mais crítica.

Disse Florestan Fernandes: "a pauperização do negro e do mulato na cidade de São Paulo possui traços específicos. Ela decorre da degradação que ambos sofreram com a perda do monopólio de certos serviços e sua exclusão concomitante só corrigida incidentalmente (pelas oportunidades de trabalho



fomecidas por formas econômicas pré-capitalistas subsistentes ou por áreas marginais da economia urbana), do sistema emergente de relações de privação, em larga escala, de fontes regulares de ganho e de sustento, quer à adaptação inevitável a ocupações flutuantes, descontinuas e infimamente retribuídas. Uma pobreza que tendia, em bloco, para a miséria, da qual se separava por muros quase imperceptíveis, invariavelmente tênues e instáveis, se existissem de fato. Realisticamente falando, "a miséria rondava a pobreza" do negro e do mulato." (...) "A anomia não produziu, por si mesma, a miséria, nem se manteve por qualquer suposta "propensão do negro para viver na desordem" (...) "Foi graças ao modo pelo qual a pauperização se desenrolou econômica e socialmente que a anomia e a miséria acabaram se combinando, se interinfluenciando e se fortalecendo de forma incessante, arruinando pela base todos os anseios de "vida condigna", confusa ou claramente alimentados pela "população de cor" (12)

Salvador, outro centro urbano importante, apresenta um quadro muito diferente. É Luiza Bairros quem analisa a evolução sócio-econômica da metrópole nordestina: "E 1950, 1.085. 233 trabalhadores negros representavam 71,7% da força de trabalho, sendo maioria em quase todos os ramos de atividade. Por sua vez, os trabalhadores brancos predominavam em quatro ramos da atividade econômica que se caracterizavam pela baixa incorporação de mão-de-obra". (...) "As altas taxas de analfabetismo, 84% entre os pretos e 76% entre os pardos, certamente inibem o acesso dos negros a estes ramos de atividades". (...) "Em 1980 a presença dos negros na força de trabalho mais do que duplica em números absolutos, quando 2.278.758 negros já constituíam 78% do total dos trabalhadores baianos. Neste momento não mais se verifica maioria de brancos em nenhum ramo de atividade" (13)

São Paulo, uma cidade branca, com a presença de muitos imigrantes. Salvador, uma metrópole negra. Cada uma com suas características próprias, frutos de economias diferentes, promovendo realidades sociais diversas. Na primeira, uma ascensão social lenta. Mas, há uma explicação: o negro teve que reconstruir o seu mundo, partindo de uma situação de anomia social, enfrentando a concorrência dos imigrantes brancos. Os obstáculos enfrentados pela população de cor escura eram quase intransponíveis. Eliminando, assim, qualquer possibilidade de uma ascensão rápida. Sómente após 1930, quando cai o índice de imigração é paralelamente, foi acelerado o processo de industrialização, melhora o índice de ascensão do negro. Na segunda, se verifica uma presença marcante da população negra, quer seja através de um bloco carnavalesco do tipo Oludum, quer seja pelo programa "Beleza Black", da TV Itapuã, para alguns, "um dos mais visíveis testemunhos de uma profunda e surpreendente mudança de comportamento perpetrada pelos moradores da capital da Bahia" (14) O referido programa apresenta um concurso de beleza, onde as candidatas, todas negras não usam biquíni, nem maiô, mas sim roupas coloridas, com modelos africanos.

Este, talvez, não seja o melhor caminho, porque separa a mulher negra da mulher branca. A solução ideal é, provavelmente, conscientizar que existe, somente, a mulher brasileira. E combater, com toda energia, levando o caso para a justiça quando uma moça negra seja discriminada em um concurso de beleza ou de outro qualquer tipo. Em qualquer atividade profissional.



O que não se pode negar, contudo, é que este concurso de beleza é uma reação consciente do negro contra a discriminação branca. E isto acontece em Salvador, onde, apenas, 20% da população é branca. E foi ainda em Salvador que se cogitou eleger um prefeito negro: Gilberto Gil. Outro detalhe importante: a Rádio Itaparica FM e outras emissoras de Salvador apresentam uma programação com 60% de músicas afro, conforme reportagem da revista "Isto É", em abril de 1988, nº 591. Outro dado fornecido pela mesma revista: A Universidade Federal da Bahia (UFBA) vem contribuindo indiretamente para superar uma velha desconfiança contra o cambolê, a pedra de toque da preservação e resistência da cultura negra na Bahia. Em seu centro de Estudos Afro-Orientais, a UFBA vem lecionando a 150 alunos as línguas yorubá, wolof - que é falada no Senegal - quicongo" (15)

Um dos acontecimentos mais significativos registrados por aquela revista é que estudiosos negros estão pesquisando a participação do negro na História do Brasil: Maria Beatriz Nascimento, Célia Marinho de Azevedo, Sílvia Lara, etc. Clóvis Moura hoje, é um sociólogo respeitado em todo país, autor de vários livros, como, por exemplo, "Sociologia no Negro Brasileiro".

Nem tudo é miséria na vida do negro. Mas, existe uma verdade que ninguém pode negar: a Ascensão social do negro continuará lenta passando por mil e uma vicissitudes, porém, com melhores perspectivas do que no passado, sobretudo, na época da escravidão. Muitos continuam odiando o negro, porém não impedem que cada vez mais cresça o número de pretos que se destacam no país. O sergipano João Alves é Ministro do Interior.

Em síntese, a situação do negro, no Brasil, hoje, pode ser encarada sob dois aspectos: uma, a mais triste, é que a maioria da população escura continua na pobreza; algumas famílias, na miséria. Este é um desafio para qualquer governo sério que se instale no país. Não só o problema da pobreza, mas, igualmente, o da integração das minorias étnicas na sociedade brasileira. A segunda é que a ascensão social do negro cresce com o passar dos tempos. Lenta, porém contínua. Nos tempos atuais, existem condições para que esta ascensão social seja rápida. Resta saber se estas condições vão tornar possível tal anseio ou caso contrário, tudo não passa de uma esperança...Uma utopia:

O importante é que não se cruzem os braços, porque a erradicação da pobreza no país e a integração das minorias étnicas na sociedade brasileira, são dois fatos que exigem uma luta de todos: governo e povo. É um problema, portanto, que interessa a todos. Acontece, entretanto, que os governos, geralmente, não se interessam em resolver os problemas sociais, sobretudo, a integração das minorias étnicas na sociedade brasileira a integração de todos os brasileiros. A questão do negro, portanto, não pode ser vista, apenas, como a raça rejeitada. Como caso isolado. Mas, inclusive, dentro de um contexto histórico. Para se evitar, assim, a deformação da verdade.

O problema do negro, portanto, se revestê de grande complexidade. Pode-se, no entanto, delinear algumas questões. Uma delas seria a importância histórica da abolição o que implica em dizer, da sua significação no social, político e econômico. Outra é que não se pode lançar culpa do lento processo de ascensão social do negro na princesa Isabel... Mais do que isto, não se pode generalizar, porque a ascensão social do negro, no Brasil, se fez e continua



evoluindo de maneira desigual, dependendo de circunstâncias regionais e locais, como aconteceu em São Paulo e em Salvador. A pobreza da maioria da população negra tem suas raízes e profundas raízes no passado e se agrava, na atualidade, pela crise sócio - econômica que abala o país. O negro vai continuar lutando sozinho, como no passado. Com uma diferença: sem a pressão dos senhores de escravos uma classe que dominava totalmente a sociedade nacional. E mais: as teorias racistas, hoje, estão totalmente desmoralizadas. O preconceito de que o negro não possui inteligência e, portanto, deveria exercer, apenas, funções subalternas. Caiu vertiginosamente, como demonstram estes fatos:

1 - Dra. Meire dos Santos, negra, do Departamento de Fisiologia Animal do Departamento de Ciências Fisiológicas da Faculdade de Medicina da Santa Casa de São Paulo, publica suas pesquisas em revistas da Alemanha e da Suíça.

2 - Cresce o número de intelectuais negros- Décio Freitas, Carlos Moura, Clóvis Moura, Célia Marinho de Azevedo, Sílvia Lara, Jorge Amado, Abdias do Nascimento, etc

3 - Aumenta o número de negros que exercem profissões liberais: professores, médicos, engenheiros, etc.

O número destes intelectuais pretos em relação a população de cor escura é, na realidade, insignificante, porém, com relação aos tempos da escravidão, a diferença é bastante significativa. A situação do negro, hoje continua delicadíssima. Mesmo assim, as chances de uma ascensão mais rápida, na atualidade, para o negro, são bem melhores do que no passado.

## BIBLIOGRAFIA

- 01 - CALMON, Pedro. **História do Brasil**. Rio de Janeiro. José Olympio. Vol V 1961.
- 02 - JÚNIOR, Caio Prado. **História Econômica do Brasil**. São Paulo. Brasiliense. 1967.
- 03 - , op. cit, 181
- 04 - FREITAS, Décio. **O Escravismo Brasileiro**. 2ª edição. Porto Alegre. Mercado Aberto. 1982.
- 05 - op. cit, 140
- 06 - COSTA, Emília Viotti da. **A Abolição**. São Paulo. Global. 1982.
- 07 - KLEIN, Herbert S. **A Escravidão Africana**. São Paulo. Brasiliense. 1987.
- 08 - op. cit, 246.
- 09 - SOUZA, Neuza Santos. **Tornar-se Negro**. Rio de Janeiro. Graal. 1983.
- 10 - op. cit, 36.
- 11 - FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. São Paulo. Ática. 1978.
- 12 - op. cit,
- 13 - Bairros, Luiza. Pecados no “**Paraíso Racial**”: o Negro na Força de Trabalho da Bahia, 1950-1980 in **Escravidão & Invenção da Liberdade** São Paulo. Brasiliense. 1988.
- 14 - MOURÃO, Leonardo & CRAVEIRO, Stella. Inspiração na África. **Isto É**. N° 591. Abril. 1988.
- 15 - op. cit, 38





## CRUZ E SOUZA - O BRANCO E O NEGRO

João Wilson Melo

Os poetas brasileiros do final do século passado, fizeram muito pela abolição da escravatura, ao denunciarem os seus horrores e ao cantarem a magia de uma raça que se distinguia pela cor da pele, principalmente, e por alguns traços característicos do seu físico e da sua mente.

Denunciaram o procedimento dos homens brancos, e, exaltaram a superioridade da conduta negra em toda uma história de luta, trabalho, suor, dor e sofrimento para construir as cidades e uma nação, construir uma economia, alimentando o branco, seu algoz gratuito. Cantaram as ternuras das mães-pretas com seu leite muito alvo, a engordar as crianças brancas, enquanto as suas eram escravizadas, vendidas, separadas dos seu convívio.

Há um poeta que não apenas denunciou e exaltou, mas foi o legítimo defensor em causa própria, pois era negro: o simbolista Cruz e Souza que forma com Alphonsus de Guimarães, os dois maiores cultores do Simbolismo no Brasil. Ele é bem a demonstração do sofrimento do homem de cor naqueles idos anteriores a 1888 e, por outro lado a prova do seu valor como homem de luta e do seu pacifismo, que não é a apregoada docilidade ou subserviência humilhante, mas apenas uma submissão imposta cruelmente por uma força maior, de armas e chicotes na mão; era a atitude diante do impossível, representado então pelas algemas e pelas correntes de ferro. Mas eles eram capazes de heroísmo quando livres ou quando em busca da liberdade.

Cruz e Souza, filho de escravos, “era fundamentalmente bom” e quis provar “a capacidade do negro para o entendimento artístico da palavra escrita, para o sonho branco”, nas expressões de Manuel Bandeira (em Apresentação da Poesia Brasileira). Era, em resumo, cheio daquele “afeto triste” de que ele próprio falava.

Sua origem africana, sua grande nostalgia, sua evocação angustiada e constante da luz, da claridade, da brancura; os sofrimentos da doença e das perseguições racistas, o trabalho em prol da abolição, fizeram dele um atormentado que conseguiu na poesia simbolista uma aspiração salvadora, um meio de ordem para superação da adversidade.

Mereceu estudo do ensaísta Roger Bastide, ao apreciar este, a poesia afro-Brasileira.

Alforriado, justamente com seus pais, pelo amo que estava às vésperas de partir para lutar na guerra do Paraguai, soube usar da relativa liberdade em favor da Liberdade dos irmãos e para cantar suas virtudes e belezas, acima de toda contingência, acima dos que sofriam então e ainda sofreriam por muito tempo.

No soneto "Ódio Sagrado", deseja ser  
 "Humilde, com os humildes generoso,  
 Orgulhoso com os seres sem desejo,  
 Sem bondade, sem Fé e sem lampejo  
 De sol fecundador e carinhoso."

Em "Triunfo Supremo", acha que ser merecedor  
 "É quem entrou por todas as batalhas  
 As mãos e os pés e o flanco ensanguentado,  
 Amortalhado em todas as mortalhas,  
 Quem florestas e mares foi rasgando  
 É entre raios, pedradas e metralhas,  
 Ficou gemendo, mas ficou sonhando."

Em outro soneto, "Caminho da Glória, diz:  
 "Este caminho é cor-de rosa e é de ouro  
 É por aqui que passam meditando  
 Os seres virginais que vêm da Terra,  
 Ensanguentada da tremenda guerra,  
 Embebedados do sinistro vinho..."

Nos seus últimos dias, nos versos de "Assim Seja", finaliza dizendo:  
 "Morro com o teu Dever. Na alta confiança  
 De quem triunfou, e sobre quem descança,  
 Desdenhando de toda a Recompensa!"

O sofrimento que experimentou, fê-lo ver, por vezes, na opinião de Ronald de Carvalho, "à necessidade de se lhe procurar uma base metafísica, um **enorme desconhecido** do qual nada se conseguiria afirmar com segurança, mas que nos deixaria em troca, o prazer de sabermos que ele está acima dos teoremas da ciência experimental". É quando Cruz e Souza lamenta e interroga:

"Ó almas **pressa** mudas e fechadas  
 as prisoes colossais e abandonadas,  
 Da dor no calabouço atroz funéreo!  
 Nesses silêncios solitários, graves,  
 Que chaveiro do Céu possui as chaves  
 Para abrir-vos as portas do Mistério?!"

Só das injustiças reinantes ele mais lutou contra a escravidão, é que esta era, ao tempo, a mais flagrante, que envolvia todos os limites da dominação, da exploração, todo um anti-cristianismo, vivido, praticado e tolerado por tantos que não o podiam nem viver, praticar ou tolerar.

Verberou contra os escravocratas, fossem senhores, nobres, ricos, fidalgos fossem padres ou não. O erro era mais grave ainda nos que tinham o dever devoto da fraternidade. Ele entendia isso e não perdoava.



Combateu na imprensa o preconceito racial de que foi vítima tantas vezes, uma das quais quando preterido de assumir o cargo de promotor público em Laguna, para o qual fora nomeado pelo sociólogo Francisco da Gama Rosa, então presidente da Província de Santa Catarina, impedido de tomar posse por interferência de políticos locais, pelo fato declarado de ser negro.

Com um emprego humilde na Estrada de Ferro Central, casa-se com uma negra que, poucos meses depois, passa a sofrer das faculdades mentais, o que muito atormentou o poeta. Dos quatro filhos do casal, viu a morte de três, da mesma doença, a tuberculose pulmonar.

Acometido também de tuberculose, procura no lugarejo Sítio, em Minas Gerais, o clima que o ajudasse na cura. Lá, no entanto, morre, em 1898, no final do século que paradoxalmente, iluminou. Seu quarto filho vem a falecer depois, igualmente tuberculoso.

O cadáver de Cruz e Souza foi despachado num vagão de trem destinado a transporte de animais, ali jogado sem sequer o acondicionamento de um caixão.

Chegando a notícia dessa ocorrência a José do Patrocínio, com quem trabalhara no jornal "Cidade do Rio", este forneceu o dinheiro necessário para um enterro condigno.

Contava o poeta falecido, 36 aos de idade. Foi aí, certamente, que, seguindo suas palavras no soneto "Em Sonhos", ele passou a ser "o Astro nas esferas solto, mais sóis e mais estrelas fecundando". Essa imagem, esse símbolo, é muito dele até de Alphonsus Guimarães e de todos os simbolistas do mundo.

Cruz e Souza figura como aquele que experimentou os sofrimentos da escravidão, dos preconceitos que o renegaram até a morte e na própria morte, abandonando-o como um animal qualquer.

Ressurgiu como um poeta, demonstrando a capacidade de superar, como homem não vencido pela dor, como intelectual, aprovando a força superior da inteligência. Deixando entre nós, como tantos outros negros, a prova da igualdade básica e intrínseca dos homens, que somente se diversificam pelo cultivo ou não das qualidades positivas e das capacidades incrustadas na alma.

Um século de memória e exaltação do homem e do poeta consagram sua obra, a inteligência e capacidade criadora não somente dele, o Cruz e Souza simbolista, mas de toda a raça que representa e confirma em semelhança junto às outras, ainda que sem a mesma liberdade e as mesmas oportunidades. Ele possuía os dons que a todos elevam, desmascarando as limitações fictícias e impostas por uma realidade falsa.

De alma sensível, deve ter sofrido muito mais que o comum dos escravos acorrentados ou libertados dos castigos físicos. Como poeta, experimentou uma dor de muitas dimensões, com anexos na intensidade e nas repercussões gerais sobre todos os aspectos da vida.

Em seu tempo, quando o elogio lhe era inevitável pela evidência do seu valor, vinha acompanhado de adjetivos degradantes, relativos à cor.

Hoje, nós o vemos destacado na luminosidade que criou, nas coisas alvas e na brancura de neve que, na sua dor e bondade, viu surgir da escuridão das idéias e dos costumes que o vitimaram. Mais que isto, destacado porque lutou a luta maior dos seus dias, e mostrou a ignomínia da vida social da época, dos homens que o jogaram à margem da vida e no chão de um vagão

---

de trem, quando morto.

Se não fosse poeta teria sucumbido à morte que o impuseram; não seria imortal.

## O NEGRO ESCRAVO: DA ETNIA À ABOLIÇÃO E OS REMANESCENTES DE SUA ACULTURAÇÃO NO RIO GRANDE DO NORTE

Tarcísio Medeiros

Oficialmente descoberto o Brasil, em 22 de abril de 1500, para firmar sua posse e manter sua soberania na terra recentemente descoberta, Portugal manda a primeira expedição exploradora com Gaspar de Lemos e Américo Vespúcio, este já a serviço dos portugueses e ambos sabedores do roteiro para a terra de Santa Cruz. A armada que saiu de Lisboa a 10 de maio de 1501 e voltou a 22 de junho de 1502, na posição de 35° e 48' longitude de W Greenwich e 5°, 5' de latitude sul, abicou no litoral do Rio Grande do Norte, na praia de Touros, légua e meia do "Canto de Cima", chantou o marco de pedra de 1,28 de altura, 0,20 de espessura, 0,30 de largura, com 1,05 de contorno, todo de pedra branca, granulada, parecendo calcária dura, certamente de lioz ou mármore português, a pedra ritual dos padrões coloniais da dinastia Manuelina. No primeiro terço, contém a Cruz de Cristo em relevo, abaixo, o escudo de Portugal - cinco escudentes em aspa, com a descrição da viagem feita por Vespúcio em LETTERA para Pietro Siderine: " que a expedição tocara em terra para além da equinocial, 5° de latitude sul".

Estava, assim, descoberto o segundo ponto do litoral do Brasil, e, desta feita, com o legítimo marco de posse português, a fim de evitar possível turbacão por outro país concorrendo nas descobertas de novas terras no Mar Oceano, e para manter o princípio do "uti possidetis", que lhe confirmaria, no futuro, a propriedade do solo.

A data, 16 de agosto de 1501, da aterragem dessa esquadra, naquele local, ainda transpõe os séculos, e até que seus termos sejam revogados, é oficialmente a da descoberta do Rio Grande do Norte por Américo Vespúcio, conforme os termos do Decreto de 27 de agosto de 1890, assinado pelo Governador Joaquim Xavier da Silveira Júnior, como existe no Tomo 1896, pp. 72 a 74, da coleção de Decretos do Governo do Rio Grande do Norte.

Dado o maior interesse econômico das Colônias da África e Índias no decorrer do século XVI, e sem meios humanos para manutenção do seu patrimônio no Brasil, os portugueses abandonaram a região por mais de 50 anos. Nem mesmo as tentativas de colonização pelas doações hereditárias deram resultados



compensadores senão Olinda e São Vicente.

A donataria do Rio Grande do Norte, pertencente ao nobre historiador João de Barros e ao Almirante de Esquadra Aires da Cunha, também fracassou, depois da tentativa para conhecê-la e demarcá-la, o mais, redundou em verdadeira tragédia, com dezenas de mortes.

Por esses motivos, aqui chegaram os franceses.

Segundo a Cartografia do século XVI, de Jacques de Voudecclay, Dispe 1579, o Nordeste brasileiro, sobretudo o Rio Grande do Norte, tem sua costa delineada com a descrição dos locais das tabas dos gentios amigos, com quem mantinham comércio de escambo do pau brasil e vivia já em, miscigenação. Foram eles que primeiro vadearam a barra do Potengi e, à meia légua da embocadura, fundearam suas naus para manterem essas relações com os potiguares, gentios da nação tupi que dominavam a região da margem esquerda do rio, desde Redinha, Jenipabu (Extremoz), Ceará-Mirim até as ribeiras do Açu e Apodi.

Alguns desses Flibusteiros, como Charles de Vaux e Jacques Riffault, naturais de Dispe, numa curva do rio mais ao sul, guardavam suas naus e, por isso, um topônimo gravou o local e fixou o fato incontestável: - diz-se nau de Refoles, ou simplesmente Refoles (de Riffault) até hoje, a parte do Alecrim onde existiu a Escola de Aprendizes de Marinheiros, hoje Base Naval.

Dessa convivência resultou não apenas a troca de mercadoria, a vida em comum mas principalmente como produto de sustentação, o gado vacum, introduzido assim na região. Gado da Normandia, provavelmente antes de 1540, originando o nosso gado crioulo, porque de outro modo não se explica a presença desse animal em tão grande quantidade, quando, no fim do século XVI, foi encontrado pelos portugueses chegados pela primeira vez na região de Jenipabu, e mais tarde constituir ela a capitania, centro abastecedor de gado para o Recife holandês.

Não há, portanto, no alvorecer da primitiva comunidade, formada por europeus e nativos, às margens do Potengi, na decorrência de mais de 50 anos, contatos com elementos da raça negra.

O passo seguinte, para retomada das terras do Potengi aos franceses, é dado pelos portugueses e espanhóis, já com intenção colonizadora.

As Cartas Régias de 1596 e 1597, ao tempo do domínio espanhol sobre Portugal, da chancelaria de Felipe II, determinavam providências de ordem militar e de ordem econômica, que permitissem direitos sobre as novas terras, pela expulsão dos franceses então apossados.

Todos sabem, que para cumprimento dessas ordens, os esforços de Manoel Mascarenhas Homem, Capitão-mor de Pernambuco, Feliciano Coelho, Capitão-mor da Paraíba, Jerônimo de Albuquerque e irmãos, e os Padres Lemos, Gaspar de São João Peres e Frei Bernardino proporcionaram o êxito da expedição, composta de cinco navios e seis caravelões, além de três companhias de infantaria e uma de cavalaria e índios em armas.

O desembarque efetuado no final de dezembro de 1597, à margem direita do Potengi, já na desembocadura para o Atlântico, permite o núcleo de resistência fortificado, cujo traço em Fortaleza, por ter sido iniciada em 6 de janeiro de 1598, recebeu o nome de "Três Reis Magos". A luta contra os potiguares

e franceses, para o interior em direção sul e dos caminhos que demandavam Paraíba e Pernambuco, só termina em março de 1599, graças aos irmãos Albuquerque, mestiços de fácil e habilidoso trato com os nativos, quanto a paz definitiva é firmada solenemente em Filipéia de N.S. das Neves (Paraíba). Com a pacificação, foi possível, em ato solene, delimitar-se o sítio da cidade de Natal, uma légua além do Forte, porque celebrada em 25 de dezembro de 1599, da iniciativa de Jerônimo de Albuquerque, então Comandante da praça e Fortaleza, na presença de Mascarenhas Homem, e responsável pela expedição concluída.

Sem dúvida, foi a partir desse instante que o português-branco fixou-se definitivamente entre nós, e num período de 223 anos de colonização vai miscigenar mais os nativos e menos o elemento negro, último a entrar na Capitania, constituindo com o anterior sangue francês e posterior e pouco sangue holandês, o biotipo do sertanejo norte-riograndense das regiões salineira-norte, Açu-Apodí, Região Serrana, Seridó e Borborema potiguar, onde prevalecem, ainda, os branquicéfalos e dolococéfalos do Entre-Douro e Minho, das Beiras, ou como provam os registros das velhas paróquias de descendentes das Ilhas dos Açores, de Viana do Castelo, vindos de Pernambuco e Paraíba, através da Borborema, ou mesmo da Bahia, do Vale do São Francisco e também pelo Norte através do vale Jaguaribe, somente a partir da segunda metade do século XVII, após o domínio holandês e a guerra dos bárbaros.

Evidentemente, nesse início do século XVII, com o português, chega no Rio Grande do Norte o elemento negro. A presença entre nós tem que ser estudada diretamente com o fenômeno da escravidão, e esta no momento de sua permissibilidade ocorreu em 1600, quando os primeiros escravos negros chegaram a vila de Natal, em decorrência de autorização dada a João Rodrigues Colaço, então Capitão-mor e substituto de Jerônimo de Albuquerque, por ter em seu requerimento de se smarias justificado: "PORQUE TENDO ESCRAVOS DA GUINÉ, ERA A PRIMEIRA PESSOA QUE COMEÇOU A ROÇAR E A FAZER BENFEITORIAS NO RIO GRANDE".

Decorridos 23 anos desse fato, no governo de Bernardo da Matta, o viajante Domingo da Beiga, visitando a Capitania, registrou - "não possuir a mesma além de 300 moradores e alguns escravos, 300 índios frecheiros repartidos em quatro aldeias porque, em verdade, o progresso era lento e pouco interessava aos degredados que por Foral Régio, desde que não tivesse cometido crime de traição, moeda falsa, sodomia, e heresia, podiam vir para as Colônias ajudar no desenvolvimento delas, em condições idênticas, como ocorreria com aquele que veio para cá, na história narrada por Frei Vicente do Salvador, no governo de João Rodrigues Colaço - "Logo em seu princípio veio ter ali, um homem degredado pelo Bispo de Leyria, o qual em sua sentença determinara - vai degredado por três anos para o Brasil, donde tornará rico e honrado". E assim foi que o homem ainda casou com mulher branca em Natal, ganhou a simpatia da família do Capitão-mor de quem tomou-se compadre, e registra a crônica do Frei Vicente, que voltou a Portugal com três mil cruzados de lucro.

Na verdade, é inacreditável tal enriquecimento tirado de uma região incipiente em produtos de sustentação econômica, senão os de roçaria. O progresso então, era lento e se fazia em direção sul, por onde tinha vindo aquela expedição primeira, elo da ligação entre Nossa Senhora das Neves (Paraíba) e Pernambuco. Com o norte já não se dava o mesmo. O desenvolvimento da criação, e arrotea-



mento dos campos, as necessidades da defesa é que iam permitir para esse lado, em procura do Ceará, a atenção e os esforços dos conquistadores.

Durante aqueles tempos, por 34 anos até chegar o domínio holandês, em busca dos vales úmidos para o plantio da cana-de-açúcar, é que os negros, em pequeno contingente, foram empregados em Cunhaú e Ferreiro Torto, primeiros engenhos que acenderam fogos por pouco tempo, vindos todos eles de Pernambuco, centro principal, mercado maior de escravos negros para todo o Nordeste brasileiro, de tal forma que Maurício Goulart, o mais abalizado informante de estatísticas sobre escravos, afirmava que até 1652 haviam entrado em Pernambuco 108 mil escravos negros, o que justificava mais tarde o dizer de Padre Vieira: "Sem negros não há Pernambuco; e sem Angola não há negros".

Com o domínio holandês, caindo Recife em 2 de março de 1630, ante o dilatado da linha de abastecimento, o Atlântico, pelo qual recebiam os novos conquistadores das terras do Nordeste os meios para manutenção, voltaram as vistas para o Rio Grande, ante a premência do tempo e o aspecto estratégico que lhes oferecia a região, não somente necessárias no desbordamento da Paraíba que resistia, como também por constituir rico manancial de gado bovino capaz de resolver o abastecimento de Recife.

Não é preciso relembrar essa conquista batava com a tomada do Forte dos Reis Magos, em 12 de dezembro de 1633, o sacrifício do seu comandante Pero Mendes Gouveia, a transformação do Baluarte em Castelo Kaullen, Natal em Nova Amsterdã, senão foi o início de um domínio, no qual a Capitania recém-nascida, por vinte e um anos só conheceu violência, extorsão, vilipêndio e rapinagem, como atestam as atrocidades de Cunhaú, Ferreiro Torto, Uruaçú, Extremoz, Guarairas... Da Capitania só interessava o fornecimento de reses para o consumo dos soldados de Pernambuco em crescimento, sem o que "os holandeses, como dizia ao tempo Herman Watje (O Domínio Holandês no Brasil), tão miseravelmente tratados com os recursos dos armazéns, ficariam condenados a morrer de fome". Consequência terrível desse tratamento, é que a população do Rio Grande 60% sucumbiram.

Enquanto isso ocorria, Recife, centro do domínio flamengo, requeria mais escravos para exploração da cana-de-açúcar e seu desenvolvimento, ao tempo de Maurício de Nassau. E eles chegaram da África. Para aqui, no Rio Grande do Norte, eles eram de necessários por estarem os dois únicos engenhos existentes, Cunhaú e Ferreiro Torto, de fogos apagados por causa daquelas depredações e mortalidades. Houve, é verdade, uma tentativa de fazer funcionar Cunhaú, porém as guerrilhas de Camarão e Henrique Dias, impediram e acabaram com o resto dos escravos que havia. Como escreveu Frei Manuel de Calado, no seu "Valeroso Lucidemo" "Nos combates de Guaíras, próximo a Cunhaú, até os negros foram exterminados".

Dessa convivência do tempo, é evidente que a mestiçagem com o negro foi nula, enquanto persistiu do branco português com os seus aliados potiguarenses, e dos holandeses com os seus aliados cariris, cujos chefes Gaspar e Antonio Paraupaba, e o único potiguar Pedro Poti, foram os responsáveis pela união de força e sangue entre suas gentes, de tal forma que, no dizer de um cronista holandês, do contato de mulheres brasilienses tanto com os portugueses como também com os holandeses, nascem muitos bastardos, entre os quais não raro se encontram famosos e deliciosos tipos quer de homens, quer de mulheres.



Ou no dizer de Gilberto Freire: "Seriam tais louros, em alguns casos, restos de normandos ou de flamengos do século XVII, de alemães e franceses dos tempos da invasão holandesa.

Em maio de 1654, o domínio português estava restaurado em todas as Capitânicas anteriormente ocupadas pelos holandeses. No Rio Grande, mesmo antes de ter chegado a intimação, eles fugiram, e, sem outros meios de transporte, refluíram para o interior, em companhia dos nativos, seus aliados, esperando melhores oportunidades para retornarem à pátria.

Foi Antônio Vaz Gondim o primeiro Capitão-mor nomeado para a Capitania, em janeiro de 1655, por seis anos. A obra de colonização, tão promissoramente iniciada antes da invasão holandesa, vai recomeçar agora, em condições precárias, de forma que ele teve, com grande esforço, que recolher 150 moradores para tanto. Depois em sendo transcorridos 28 anos, o Capital-mor Manoel Muniz em seu relatório das dificuldades encontradas, de molde a que, "os sesmeiros ou seus prepostos residentes na terra do interior, sem recursos para comprarem negros da Guiné ou Angola premidos pela obrigação de viver, recorriam frequentemente à captura dos indígenas".

Do estado da Capitania, depois da saída dos flamengos, Aires de Casal (Coreografia Brasileira), citado por Euclides da Cunha, dava notícias: "Os negros eram poucos nesta Província, onde os indígenas há largo tempo foram de todo reduzidos, apesar de sua ferocidade, e cujos descendentes, por meio das alianças com os Europeus e Africanos tem aumentado as classes dos brancos e pardos".

Assim, nessa segunda arrancada da colonização portuguesa para o interior do Rio Grande, o negro estava ausente, quando o nativo passou a ser sistematicamente liquidado, na chamada "Guerra dos Bárbaros" que teve início em 1687. Então a colônia em perigo gritou alto pedindo socorro. E eles vieram de todas as partes: Terços de Henrique Dias e Camarão, Terço dos Paulistas comandados por nomes como Matias Cardoso, Domingos Jorge Velho, Jorge Luís Soares, Manoel Álvares de Moraes Navarro, a quem o governo de S. Majestade não fornecia os meios necessários. E quando eles faltavam, os soldados desertavam, o cariri avançava, jarreteando os bois, destruindo tudo, chegando a Ceará-Mirim, Ferreiro Torto, bem próximo de Natal, como, incêndio, apagando aqui, ressurgindo ali, tal qual fogo de monturo. Essa guerra só foi concluída definitivamente no século XVIII, depois de 1720, com o aldeamento dos cablocos em Guajiru (Extremoz), Apodi (Vila do Regente, depois Portalegre), Guarairas (Arez), Gramació (Vila Flor) e Mipibu (São José de Mipibu). Logo mais, com a administração leiga, foram transformadas como as primeiras vilas do Rio Grande que receberam o Pelourinho, símbolo da autoridade municipal.

Pelo visto, os acontecimentos narrados do domínio holandês e da guerra dos bárbaros, deram à Província um atraso de 100 anos em relação às demais do Brasil, não permitindo o seu povoamento e sua exploração, para os quais o elemento humano menos classificado ativo e presente, como testemunha da história, foi o negro. O branco, este sim, além de passar à condição de posseiro da terra na luta contra o primeiro senhor dela, o índio, com ele miscigenou, fazendo pela força do sangue, surgir seus caracteres antropológicos nas populações de então, na forma escrita por historiadores citados e agora corrobora-

rada nesta definição de Gustavo Barroso e Tavares de Lyra: "Talvez esteja mesmo no maior cruzamento então operando entre eles e os índios, a explicação para a diferença de tipo que, não raro se observa entre os sertanejos e os habitantes de litoral norte-riograndense. No meio dos primeiros, vêem-se quase sempre homens aloyrados, fortes, de olhos azuis... e quem viaja pelo interior encontra a miúdo, brincando na porta das casas, criancinhas louras, de inquietos olhos cor de safira. Juntem a esses elementos os variadíssimos branquicéfalos e doliocéfalos, comuns na região portuguesa do Entre-Douro e Minho e nas Beiras, como já foi dito, fontes irradiantes de migração para o Nordeste Brasileiro e, em especial, para o Rio Grande, e esta conclusão dos mestres merece fé e acatamento".

O século XVIII é a época do povoamento efetivo da Capitania norterio-grandense. A paz com os nativos proporcionou que, imigrantes vindos do reino e das ilhas oficiais que tinham deixado o serviço ativo, empregados que deixavam suas funções, praças que tinham pertencido às forças regulares, negociantes e lavradores, sobretudo criadores de gado seduzidos pelas excelentes pastagens existentes no sertão, começaram a entrar na formação da Capitania, elevando a sua cultura e o seu nível moral.

A confluência das duas correntes, a que veio de São Francisco e que subia do litoral, tornou vigoroso o povoamento do interior, sobretudo pelo interesse da pecuária. Habitantes de Pernambuco e Paraíba, constituíram o trono das famílias de todo o Seridó. Pela decorrência do processo de colonização por elementos vindos de outras Capitanias, foi que o negro ingressou ativamente na história do Rio Grande do Norte, no século XVIII, tão somente.

Naquele século informa Ernani da Silva Bruno ("História Brasil-Nordeste")... "a zona pastoril foi se estendendo por terras que não tinham fim... Para o interior do Rio Grande do Norte, atingindo primeiro o Açú e a ribeira do Upanema, e em seguida o Apodi e o Seridó, detendo-se nos contrafortes da Borborema.

Na verdade, em 10 de janeiro de 1700, já os jesuítas instalavam uma Missão no Apodi. Em Jardim de Piranhas, ao demolir-se uma parede da antiga igreja, em 1956, encontrou-se a pedra da fundação, com data de 20 de julho de 1710, atestando a presença efetiva do colono branco na região.

A partir da Carta Régia de 11 de janeiro de 1711, a Capitania deixou de pertencer à Bahia para ficar sujeita à de Pernambuco, o que incentivou a passagem de povos de uma para outra, sem preocupação de limites, senão de mais fácil concessão de sesmarias.

A capitania formada de um só Município, Natal, depois contava com São José de Mipibu, Arez, Vila Flor, Extremoz, Vila do Príncipe, Vila Nova da Princesa e Vila Regente, compreendia as freguesias de Apodi, Goianinha e Pau dos Ferros. A população agora, estava disseminada por toda parte, atingindo as terras e os pontos mais remotos. A criação do gado vacum em larga escala, fez da Capitania, uma região na qual surgiu o ciclo de outro, no conceito de Capistrano de Abreu, "os primeiros ocupantes do sertão passaram a vida apertada; não eram donos os das sesmarias, mas escravos ou propostos. O extermínio do gentio ocorreu em virtude daquelas guerras, epidemias de varíola e crises



climáticas periódicas, de sorte que, no cruzamento entre as três raças que entraram na formação histórica, a raça primitiva (a índia) passou, desde então, a fornecer o menor contingente, especialmente no final desse século (XVIII), na região agrícola, onde foram assimilados, em menor número, os negros e mulatos”.

Assim, no sertão, o coeficiente dos índios e mamelucos foi superior, talvez pela razão apontada por Ferdinand Denis - “Cedo se observou que os pretos eram em geral mui desmazelados para que fossem bons pastores (vaqueiros), de sorte que os grandes rebanhos do sertão são confiados a brancos afeitos ao clima e que podem suportar fadiga, ou, antes a homens de sangue misturado, que descendem da aliança de europeus com indígenas”.

A vida sertaneja em todos os seus aspectos, especialmente o econômico, foi uma consequência lógica da agricultura e da indústria pastoril. A primeira, no que tange à lavoura de mandioca, nas treze freguesias, por ano produzia 56.640 alqueires de farinha. A segunda, muito desenvolvida, que, além de fornecer gado às feiras de Pernambuco e Paraíba, aos criadores de Mossoró e Açú, nas “oficinas” exploravam a indústria da carne seca. Em 1788, quando o Capitão-mor de Pernambuco só permitiu a industrialização da carne seca do Aracati (Ceará), para o Norte, implicitamente favoreceu a produção do “charque” cearense e motivou o litígio com as “oficinas” do Rio Grande do Norte, o qual, devido ao contrato de estanco do sal, redundou em questão de limites entre as duas Capitânicas, conhecida como a “Questão de Grossos”.

A demanda, portanto, de mão-de-obra para essas atividades, permitiu o aproveitamento do negro escravo em maior escala nesse século XVIII, quando ainda a exploração da cana-de-açúcar começava. Apenas o engenho do Sargento-mor, José de Moraes Navarro, Ferreira Torto, adquirido por ele, a cinco léguas de Natal e o de Cunhaú, a casa mais opulenta da Capitania, da numerosa família dos Albuquerque Maranhão, casa cujo Fausto Kaster fez largas referências, tinham seus fogos acesos festejando as “botadas” anuais.

A única estatística do tempo, de relativo crédito, feita na governança de Paulo Cavalcanti de Albuquerque, datada de 31 de dezembro de 1805, porém referente ao século anterior, consignou uma população de homens e mulheres - brancos, 16.900; pardos, 19.058; Pretos (livres e escravos), 8.192 e índios, 5.050, para um total de 49.200 almas viventes no Rio Grande.

A estrutura social do tempo, alicerçou-se com o senhor de engenho (zona canavieira) e o criador de gado (sertão), em situação privilegiada, utilizando em seu benefício o trabalho dos cativos e grande parte dos outros moradores, cuja situação permanecia no quadro semi feudal.

Os recenseamentos demográficos do século XIX demonstram que o negro no Rio Grande do Norte, além de pouca projeção racial, como ficou provado nas assertivas anteriores, comparados os índios ao longo de alguns anos do século em referência, foi o que logrou a menor percentagem pigmentar do país.

Interpretadas as estatísticas demográficas perqueridas ao tempo, a partir do censo do Conselheiros Veloso de Oliveira, transcrita por Pandiá Calógeras, o Rio Grande do Norte, já em 1819, possuía 61.016 pessoas livres e 8.109 escravos, num total de 70.921 almas, sendo a percentagem de escravos negros de 12,8%, o menor índice de miscigenação em todo o Brasil. Em 1835, a



Província possuía 10.240 escravos, dos quais, 6.016 eram negros e 4.224 eram pardos. Livres, - negros 6.246; pardos, 36.109. Elementos na etnia igual a 12.263 negros e 40.330 pardos. Em 1884 numa população de 149.072, foram consignados 23.467 pessoas escravas, certamente incluindo negros e pardos, assim como no censo de 1855 possuía 20.244 escravos e no ano de 1870, 24.236 escravos. Ainda em 1872, às vésperas da abolição, segundo a cor, em nossa Província Imperial, os brancos eram 102.465, percentagem de 43.79% e pretos, 30.031, percentagem ainda de 12,83%.

No século XIX as fontes de sustentação econômica da Província aumentaram substancialmente. A tradicional agricultura versus pecuária vai ser substituída pela indústria açucareira, de modo que é "nela que a Província começa a depositar todas as esperanças", como informa o Presidente da Província de então, sem esquecer o desenvolvimento da produção de cera de carnaúba e do sal, e, paralelamente, "depois da cana, é o algodão o ramo da lavoura de maior importância nos sertões da Província".

Em razão desse desenvolvimento, justifica-se a entrada de maior número de negros para os Engenhos e também para as fazendas, em evidências nas estatísticas mencionadas.

A indústria açucareira na Província do Rio Grande do Norte foi ativada a partir de 1845, em consequência da recessão do mercado mundial do produto das espanholas ilhas da América Central (Cuba e Haiti, São Domingos, Costa Rica, etc) então os maiores produtores de açúcar, em razão dos movimentos políticos de independência nas regiões da América do Norte e Central. Foi por isto que, os nossos dois vales pequenos, o de Ceará-Mirim e o de Capió (São José de Mipibu, Nísia Floresta, Goianinha, Canguaretama), multiplicaram suas fontes de produção, num crescente número de Engenhos e Banguês. Só no Capió haviam 173, e na Província, em 1854 a exportação de açúcar orçava em 80.748 arrobas. Em 1859 subia para 350.000. Nessas circunstâncias, a escravidão aumentava em razão direta da produção. De Pernambuco ou do Maranhão, pelo sul ou pelo norte, ia chegando cada vez mais. Reconhecem todos os historiadores que, nos Engenhos, a vida do negro foi diversa à das fazendas.

Os negros no "eito do canavial, mudando as roças; enterrados no massapé, sofriam de sol a sol, não fugindo à regra geral do tratamento recebido noutras partes do Brasil".

Reconhece Gilberto Freire que estes, dados como pertencentes às senzalas de baixo, precisavam de boa alimentação para suportarem melhor o trabalho e a produção. Os escravos das "senzalas de cima", as domésticas, gozavam de melhor conceito. Foram as mães pretas, embora tivessem também trabalho pesado e ininterrupto, que sofreram os humores das "aiás" moças. Eram, mais do que isso, um verdadeiro apêndice das casas grandes, em função de cujas camas viviam. Dentre eles, saíam os cabras de confiança dos senhores, as confidentes das **sinhas** e as amásias dos **ioiôs**, os feitores para os escravos da roça, os beneficiários das manumissões espontâneas".

A vida social dos vales teve o fausto das jóias, das sedas, das carruagens de luxo, dos filhos do senhor de engenho educados na Europa. Aplicando o que Nilo Pereira escreveu sobre o Ceará-Mirim, pode-se dizer "nesses vales, com o ciclo da cana-de-açúcar, surgiu a aristocracia rural, a família única

dos senhores de engenho, única pelos sentimentos, pela afeição a terra, pela grandeza do trabalho, pelas raízes morais e emocionais". Por isso mesmo essa sociedade formou mais das vezes, valores requeridos e existentes, pretenciosos e prepotentes em suas ações.

Exemplo dessa vivência na comunidade do Rio Grande do Norte somente foi dado pela incomparável memorialista do "Citeiro", Madalena Antunes Pereira. Diz ela: "Em nossa casa chegaram comadres pobres de minha mãe que nunca tiveram escravos, abordando com disfarce o assunto da abolição que a todos empolgava. Contavam coisas incríveis dos "senhores". Imaginavam como iria ficar a Dona Dondon, que queimava os negros com ferro de engomar em brasa, quando lhe testava os vestidos, ou Dona Joaquina, que prendia o lóbulo da orelha da escrava no portal, depois a chamava de certa distância, imperiosamente, tendo a mesma que atender, senão seria pior. E a infeliz ia ao seu encontro, deixando na porta o pedaço da orelha..."

Mas, esses exemplos foram raríssimos. Muito mais em evidência foram os senhores complacentes e de bom coração, como aquele Tenente-Onofre. Recebendo denúncia que um escravo roubava seu açúcar, responde ao denunciante: Se eu não posso trabalhar como eles, então trabalham para mim. Logo o açúcar é deles também; por isso não estão roubando. Doutra feita, é trazido pela polícia à sua presença, um escravo que roubara e matara um boi. Entre os dois trava-se o diálogo: Diz o Tenente Onofre: "Então o senhor matou o meu boi? Matei, sim senhor. Então o senhor comeu o meu boi? Comi sim senhor. Então o senhor matou o meu boi? Matei seu Tenente, mas quero pagar aos poucos, porque sou pobre. E concluiu o Tenente. Pois bem, o senhor matou o meu boi, mas não precisa pagar-me. De outra vez não mate o meu boi, vá matar de outro..." Exemplos semelhantes? Em toda parte em que se viveu essa vida.

Todavia, para o sertão, nas fazendas, as características do negro escravo, foram bem diversas na vida que levaram.

Quando os negros chegaram nesses 88 anos de século para a comunidade norterio-grandense, mandados para o sertão, transformaram-se em vaqueiros, cantadores, aclamadores, compadres dos "ioiôs", irmãos e protetores do "senhor moço", vaquejadores de touros nas corridas festivas, posseiros de sesmarias, meeiros das produções de fazenda e das "apartações" de gado, libertando-se pelo trabalho antes da lei. Jamais foram numerosos pela própria simplicidade do trabalho que executavam em comum com os patrões. O Dr. Juvenal Lamartine, Deputado, Senador e Governador do Estado, cronista autêntico de "Velhos Costumes do meu Sertão", assegura: "Nas fazendas de gado, o número de escravos era pequeno. A maioria dos fazendeiros não os possuía mais de seis, acrescido de alguns filhos de escravos que, nascidos após a "Lei do Ventre Livre", prestavam serviços aos senhores de seus pais até a idade da emancipação.

Pelo quadro estatístico da população do Seridó, em 1824, organizado pelo Padre e Senador Francisco de Brito Guerra, pode-se concluir que era pequena a percentagem dos negros, em relação à população existente, como ainda evidenciava-se uma realidade chocante: nem um índio onde outrora existiram tantos; simplesmente haviam sido liquidados.

Assim, livres-brancos, 2.136; Pardos, 2.301; cativos, 498; Pretos, somente



303 livres, sendo cativos apenas 1.156.

Por fim, de valor sócio-político das duas correntes, ficaram os brasões de nobreza, referindo no tempo e evidenciando cada época. Da aristocracia açucareira, senhores de engenho, dois: Manoel Varela do Nascimento, Barão de Ceará-Mirim e Miguel Ribeiro Dantas, Barão de Mipibu. A figura patriarcal do senhor do sertão e das fazendas, dois também: Felipe Nery de Carvalho e Silva, Barão de Serra Branca e Luiz Gonzaga de Brito Guerra, Barão do Açu.

E a vida do negro, dentro desses parâmetros, continuou até 1888, sendo no decorrer dos anos, auxiliares dos seus senhores, testemunha ativa em vários episódios da história da Província Imperial, como na campanha da Revolução de 1617, nos anseios pela Independência do Brasil em 1822, inclusive participou ativamente da Guerra contra o Paraguai, recebendo pelo seu heroísmo a alforria tão desejada.

Esses aspectos analisados, constituíram causas determinantes da diminuição do índice demográfico da Província, a partir de 1865, alcançando todas as camadas da população.

Por ocasião da guerra do Paraguai, num total de 2.000 homens, perdemos 700 por doenças, 500 em ação e 80<sup>0</sup> voltaram estropeados. Mas, as grandes perdas aconteceram com as secas. O fenômeno climático constatado no período da colonização do século XIX, nos anos de 1877-1879, fazendo abater o povoamento pela morte e migração para as Províncias do Sul, e os escravos vendidos para salvarem seus senhores da insolvência e miséria.

Nesse particular da população negra, a campanha abolicionista teve grande influência para diminuí-la cada vez mais, mesmo antes de 30 de setembro de 1883, quando Mossoró alforriou os seus 50 últimos escravos. Outras cidades seguiram o exemplo, como Natal: a 1<sup>o</sup> de janeiro de 88, quando foi fundada a "Libertadora", existia, conforme o derradeiro boletim de inscrição da Comarca, 30 escravos, e, em chegando a "Lei Áurea", apenas 5. Em toda a Província, a matrícula anterior a 1888, informava a existência de 3.716 escravos, entre negros e pardos, o que fez encerrar os seus trabalhos, a "Libertadora Northerio-grandense", consignando em sua ata: "que quando chegou a lei, eram avaliados apenas, em trezentos e poucos, de modo que o Rio Grande do Norte pode dizer com orgulho: "Em meu território, muito pouco encontrou a fazer a lei que aboliu a escravidão no Império".

À guisa de consequência da "Guerra do Paraguai", o contato dos oficiais brasileiros com os seus colegas platinos, permitiu que as idéias republicanas influíssem poderosamente nos meios militares. Coincidiu com o término da guerra, um manifesto contra a monarquia. Não havendo escravidão na Argentina nem no Uruguai, nossos aliados, a vergonha de sua existência no Brasil, agitou o assunto. Justamente com a propaganda republicana, fortaleceu-se no país a campanha abolicionista, para tanto com a fundação em toda as Províncias do Império da Sociedade Abolicionista, Sociedade Libertadora, como ocorreu no Rio Grande do Norte, sobretudo imitando a que fora fundada em Mossoró, nas quais o elemento mais entusiasta e capaz de rasgos de ousadia era o jovem do tempo.

Ser abolicionista, sobretudo em Natal, era participar dessa irmandade de



jovens, que, motivados pelo clima emocional de então, procuravam a evidência nos comícios públicos para exaltação de dons oratórios, ou de suas veias poéticas à Castro Alves. Ser abolicionista era ser corajoso e, também, participar das sociedades secretas incumbidas de, furtivamente, numa aventura ímpar, raptar negros de seus senhores para a liberdade, e receber, ao passar na rua, a suprema glorificação de herói do dia.

Em 1º de janeiro de 1888, quando foi fundada a "Libertadora", existiam em Natal, conforme o último boletim de inscrição da Comarca, 30 escravos. Quando foi assinada a "Lei Áurea", em 13 de maio do mesmo ano, só restavam 5. Assim, 25 negros desapareceram de Natal, pela ação desses comandos jovens, aliás, diga-se, formados fora e acima dos interesses dos partidos políticos. De suas ações, a tradição guarda histórias saborosas. Uma: João Avelino e Odilon Garcia, ambos fundadores do movimento abolicionista em Natal, especializaram-se em furtar escravos e embarcá-los para o Ceará. Rondavam a casa, pulavam o muro, convenciam os negros de que a liberdade era digna de um atrevimento. Ajudavam a arrumar os molambos e fugiam, carregando trouxas, redes, moleques, guiando a caravana até um ponto escondido onde a barcaça, quase sempre o iate "Jiquiriti", esperava no Potengi. Saindo a embarcação, telegrafavam a João Cordeiro, o grande líder abolicionista cearense - "Seguiram tantos abacaxis". Os negros eram os abacaxis. Noutro dia, pela manhã, o dono ou a dona dos escravos aparecia na Chefatura da Polícia, pondo os matos abaixo, ameaçando estrelas. João Avelino ou Odilon Garcia, com a cara mais inocente deste mundo, eram os primeiros a lastimar a falta de segurança e de garantia no uso da propriedade humana na cidade de Natal. E, já estavam planejando outro furto.

Outra - numa ocasião, o negro cativo recusou-se a ir embora. Era velho e doente. Preferia continuar na senzala, vivendo com o senhor que era bom. João Avelino, ante a demora, áspero, sussurrou no ouvido: "agora, negro, ou foge ou leva uma surra de cipó". E o escravo fugiu.

Depois da abolição da escravatura, ao encerrar-se o século XIX, decisivo para a formação social, política econômica do Rio Grande do Norte, os elementos geradores de sua etnia estavam delineados no aspecto antropológico de sua população, para a qual o negro concorrera com o mínimo de seu sangue. Com a abolição, a falta de reserva substancial preta e, também, de imigrantes brancos de outros países para o Rio Grande do Norte, a miscigenação dos "stooks" existentes, possibilitou um início maior de "pardos", com tendência cada vez maior de diminuição de negros.

No século XX, dados publicados pelo IBGE com referência aos anos de 1900 até 1950, interpretando-se os índices de percentagens, compreende-se que de 1890 a 1940, a população triplicada, a de raça branca estava em maioria sobre as demais com 43,49%; os pardos com 43,08%, um pouco abaixo; dos brancos; os pretos com 13,38% do total, o menor e menos expressivo. Dez anos depois, isto é, em 1950, quando a população total comparada a de 1890 tinha quase quadruplicado, os brancos estavam com a maioria sobre os pardos e pretos de 48,78%; os pardos tinham 41,58% da população, portanto, diminuída em relação aos brancos; e os negros, o índice tão somente chegou a 9,46%.

O negro das três raças, foi o elemento que por último chegou ao Rio Grande do Norte, quando a mestiçagem já começara entre nativos e franceses, portugueses e holandeses, como foi dito.

Transmudado, adaptou-se às condições de meio físico nas piores condições de trabalho que lhe foram impostas. Sobreviveu e proliferou em razão das necessidades de produção e por significar um bem de valor econômico apreciável. Nada trazendo de seu para a nova terra, só ofereceu de si o que recebera em transição dos seus antepassados e a dedicação àqueles que foram seus senhores. Por isto não sofreu exterminação sistemática como ocorreu com o nativo, salvo quando formou quilombo, o que não ocorreu no Estado, dado a que somente foi reclamado nos vales açucareiros e sem expressão nas fazendas, na vida do sertão.

Após a abolição da escravatura, o cidadão livre, excluído o preconceito racial, não mereceu restrições civis iguais às do branco, ao contrário do silvícola, antigo senhor e dono da terra, que ainda hoje, noutras partes do país onde existe, sofre limitações de nacionalidade, em face de expressas determinações legais.

Os negros libertos encontraram, inicialmente, dificuldade para viver. Nos centros urbanos a mão-de-obra assalariada não lhe dava, vez pela falta da habilitação, excesso existente de operários e até pelo preconceito. Para o interior, não havia possibilidade na agricultura, com a terra já ocupada e com os seus irmãos sobrando na vida de vaqueiro. O deslocamento foi, portanto, de engenho em engenho, de fazenda em fazenda, muitos se deixando ficar com seus antigos senhores e sinhás, trabalhando "de meia", de "empreitada", tendo apenas o necessário para o sustento. Construíra, assim, sociedades fechadas, com hábitos de vida, costumes econômicos e princípios religiosos.

Tão somente os remanescentes dessas sociedades constituem os legítimos descendentes de antigos escravos no Rio Grande do Norte. São poucos, geralmente entre 100 a 120 pessoas, dedicando-se à agricultura, criação, pescaria ou cerâmica, e, para alguns grupos, mantém a união pela endogamia.

Assim, no vale do Ceará-Mirim, existem os negros de "Coqueiros", exímios limpadores de cana dos Engenhos, cambiteiros da melhor indústria de cangalhas do Município e fabricantes da famosa farinha de alagadiço. Na foz do Rio Punaú, Município de Touros, entre o Rio do Fogo e Pititinga, em plena praia, existe os "zumbis", outro agrupamento idêntico ao de Coqueiros, vivendo de pescaria e da pequena agricultura. O topônimo é negro, raríssimo, aliás.

No vale do Capió, compreendendo a região dos Engenhos de São José, Goianinha e Canguaretama, no Município de Tibau do Sul, existem povoados de Munim Catolé, Greta, Manimbu e Subaúma, de gente de cor fortemente escura. Gente descendente de antepassados longínquos, que serviam na Casa Grande de Cunhaú, Engenho que acendeu fogo e moeu cana desde o alvorecer do século XVII, e depois se fixaram nas imediações, conservando na maneira da exploração da terra, do trabalho e organização familiar, todas as características do "clã".

O caso de Sibaúma, que no tupi significa concha preta, de população toda negra, não constituiu um "quilombo como desejou uma reportagem sensacionalista de "Realidade", edição de abril - 1969, nº37, considerando o pequeno



grupamento como reduto de pretos fugidos. Os negros que ocuparam o local chegaram no começo do século (1900), quando já não existia escravatura no Brasil (1888), ocupando os Leandros as terras então de propriedade do professor Teódulo Câmara. E se já não existia escravatura, não podia e nem pode haver quilombo, uma vez que, na definição clássica de Beaurepai Rohan, "quilombo" é habitação clandestina nas matas e desertos, que servia de refúgio a escravos fugitivos.

Negros fixados no sertão, últimos sobreviventes do braço escravo, do ciclo de couro, das fazendas, estão em número diminuto localizados na zona fisiográfica do Seridó, como Caicó, Jardim do Seridó (os pretos de Bom Sucesso), Parelhas (os pretos de Boa Vista) Acari (em Barra, família dos Higiños) e Currais Novos (os negros do Riacho). Todos estão com idênticas formas de vida, mas integrados na comunidade e participando do processo econômico.

Foi nessa região do Seridó que os negros introduziram as "Confrarias Religiosas", com oragos diversos, como, São Benedito, Santa Efigênia, São Gonçalo, sendo mais comum a "Confraria de Nossa Senhora do Rosário".

O professor Veríssimo de Melo, grande pesquisador, acha que as Irmandades ou Confrarias religiosas constituíram, no passado, o fulcro de uma das mais importantes posições de resistência e defesa dos negros contra a escravidão no Brasil.

Sabe-se das várias formas de reação contra-aculturativas dos negros. Algumas violentas, ruidosas, como as rebeliões dos negros muçulmanos na Bahia, os quilombos, como Palmares, os crimes. E outras silenciosas, mais de cunho psicológico como a banzo, os suicídios, as fugas ou refúgios nas regiões. As Irmandades ou Confrarias religiosas podem ser consideradas sob o segundo aspecto, pois de outra forma não se pode entender o interesse dos negros por uma religião, a católica, totalmente estranha às suas crenças primitivas.

O estudo dessas Irmandades ou Confrarias, revela que o ingresso dos negros nelas, era muito mais uma posição, do que uma conversão, bem como esclarece a origem de várias instituições próprias dos pretos cativos, como a solenidade da coroação de reis e rainhas, autos e festejos populares, como os congos, caboclinhos, reisados, maracatus, etc., Pois todos esses elementos estavam diretamente vinculados a essas instituições. Destaque-se, ainda, nessas ocasiões, as festas barulhentas e coloridas, o sincretismo altamente inteligente dos negros. À sombra da devoção católica, os negros confraternizavam, adoravam seus ídolos, promoviam festas públicas e se quotizavam para alforriar os companheiros mais credenciados, tudo sob as vistas cegas dos senhores, que na região apontada, ao contrário de outras partes do Nordeste e do Brasil, até colaboravam, delas participando, inclusive no cargo de tesoureiro, o qual, geralmente, tinha que ter um homem branco de respeito, como ainda hoje ocorre.

Cronologicamente, o culto à Nossa Senhora do Rosário teve no Rio Grande do Norte, a sua fase inicial, quando os negros escravos construíram em Natal a igreja de Nossa Senhora do Rosário, concluíram em 1714, também considerada, a Igreja dos Justicados.

Confraria ou Irmandade como sociedade religiosa, com estatuto regulando a finalidade, o funcionamento, sem constituir o santo orago ou padroeiro do lugar, a mais antiga do Estado à a da cidade de Caicó, que teve



a sua primeira mesa constituída em 11 de junho de 1771. Em 9 de fevereiro de 1772, recebeu a Irmandade, em Portugal, o selo da Real Mesa da Consciência e da Ordem, e, no dia 7 de março do mesmo ano, a aprovação real.

Outra de idêntico motivo foi a de Jardim do Seridó, porém aprovada pela Lei nº 951, de 16 de abril de 1885, já no segundo Império.

Essas irmandades que, pelas razões explicadas, proliferaram mais pelo interior (sertão) do que no litoral (engenhos), foram dedicadas a outros santos de predileção dos escravos negros. Exceções existiram, como os cultos dedicados nas praias de Touros e Muriú, próximas à zona açucareira do Ceará-Mirim, com Capelas aos Padroeiros São Benedito e igreja dedicada a São Gonçalo do Amarante, no Município de São Gonçalo, próximo a Natal, de belo estilo barroco do século XVIII, santo português branco e nobre, que, foi, em priscas eras, patrono das namoradas, santo casamenteiro, até ser desbancado por Santo Antônio de Pádua seu patricio.

São raros os negros com raízes tradicionais no Rio Grande do Norte, descendentes em linha reta de antigos escravos. Hoje em dia, os existentes são importados por motivos vários.

Luís da Câmara Cascudo, em História do Rio Grande do Norte, ao voltar de uma viagem ao interior do Estado, em 1934, disse: "O irmão negro estava desaparecendo", e apontava para o fato de que o "último africano puro que chegou a Natal, tinha sido Paulo Africano, pescador, dançador de zambê e tocador de puita, que dizia ter desembarcado em Serinhaém (Pernambuco). Faleceu em Natal, a 23 de abril de 1905. E concluiu: "A raça, nos "stocks" maiores, dissipou-se com facilidade nos amores ávidos dos senhores brancos de predileção negra pelas cabrochas, alvarentas, mulatas, e, sempre que possível, alguma branca. Para evidenciar a intensidade de miscigenação, basta que nos vales açucareiros de São José de Mipibu, Canguaretama, Ceará-Mirim, onde a população melanodérmica é apenas visível, há hoje em dia preponderância de crioulos, mestiços alvarentos, de índice 24 da escala de Brocá, cabelos finos e olhos claros. Para o sertão, o negro não teve a honra de pesar na coloração".

De resto, se a fixação do negro no território norte-riograndense tivesse sido uma constante denunciadora do povoamento, por certo a toponímia refletiria cada passo. É ainda Cascudo, em "Nomes da Terra", que deixa bem patente essa faceta: "Os tupis e cariris, e não os negros, foram a legião auxiliar dos brancos situando fazendas, espavorindo feras, plantando moirões, tangendo a gadaria"...

Municípios, cidades, vilas, povoados, caminhos, veredas, engenhos, rios, lagoas, serras... tudo denuncia mais ainda a sinonímia nativa ou portuguesa, da primeira presença indígena na região ou dos primeiros sesmeiros e dos nomes vultos da terra. Apelidos de "mal-assombradas", de fatos ocorridos, da história sagrada, de animais, vegetais, minerais, nomes de tudo. Nomes africanos, apenas Zumbi, Massangana, Cumbe, Catunda, Cabumbo... E só.

De manifestação cultural, o folclore recolhido por Câmara Cascudo e Mário de Andrade, presente e repetido nos festejos juninos e natalinos, legítimo, autêntico da herança branca portuguesa, são: o Bumba meu Boi, o Fadango, a Chegança, o Pastoril, os Caboclinhos, o Mamulengo (João Redondo), a vagueja-

da, o jogo das argolinhas. São autos brasileiros de assunto africano, apenas e tão somente: Os Congos e o Bambelô, este em comum com os nativos.

De mito, nem o **quibugo** aparece para assustar a meninada. Na lúdica infantil restou a espingarda de talo de bananeira, enquanto o "curumin" brincava com a peteca ou bola de folha de milho.

De superstição no Estado, ainda marca sua presença a "estória" da mãe d'água, curupira, caipora, saci-pererê, sumé, rudá e o membira dos índios. De descendência negra conservamos as lendas do lubisomem, das rezas para fechamento do corpo contra tiros e de ponta de faca, ou para tirar "raímo" ou mau olhado, curar no rastro. Na culinária norteriograndense, o negro influenciou apenas naquilo que no cativo pareceu-lhe substancial ao seu gosto. Mesmo assim, os produtos foram importados ou trazidos pelos colonizadores da África, como: inhame de Beni e Congo, a bananeira, o azeite-de-dendê, o coco, que é natural da Índia e estava na Bahia, aproximadamente, a partir de 1586; a galinha de Angola (Guiné), a pimenta malaqueta de Cana e Daomé; da Nigéria, o quiabo, a vinagreira, o gengibre, a açafoa, o gergilim da Guiné, o arroz ou arroz de sorgo: os feijões branco, preto, vermelho, grandes e pequenos. Das cítricas, o limão-rosa, o limão, limão-cravo, a tangerina.

Nas regiões do Brasil onde predomina na mestiçagem o negro, predomina também como comida típica, o cardápio ou a cozinha afro-brasileira, como por exemplo na Bahia. Na falta desse cardápio, ou mesmo indígena (embora sensível nesse particular no sertão), em uso noutros Estados brasileiros, é uma característica norteriograndense, em cujos restaurantes não se oferecerá vatapá, caruru ou acarajé, nem tampouco um "churrasco", verdadeiro, nem um "pato no tucupi". Haverá isto, sim, comida típica de carne-de-sol ou carne-seca com farofa, canjição, peixada com pirão ou feijão verde com manteiga do sertão; sarapatel, mão de vaca ou buchada; caranguejada ou siris ovados. Em tempo de inverno e de fartura, poderá haver o preparo de um peba verdadeiro, mocó, jacu, avoete seco, preparado de paçoca. Quem pedir, poderá ser atendido com munguzá, cuscuz, pamonha, coalhada, farinha de milho adoçada com rapadura, queijo de coalho ou manteiga. O refresco, ponche ou sorvete são autênticos, quando fabricados com frutas silvestres da região, como: abacaxi, abiú, araçá, araticum, cajá, cajarana, camboim, caju, mangaba, goiaba, graviola, guajiru, ingá, jaboticaba, juá, massaranduba, manga, maracujá, murici, oiti, pitanga, umbu, etc.

De 1950 para cá, o IBGE não mais publicou os índices correspondentes a classificação pela cor, em seus recenseamentos, para se ter uma idéia da mudança do percentual. Mas é possível, com referência apenas a cidade do Natal, que tenha havido um acréscimo do elemento negro na população de 1945 em diante, consequência da 2ª Guerra Mundial, pela afluência de milhares de militares vindos do sul, e, posteriormente, pelo rápido desenvolvimento dos meios de comunicação nos centros de maior densidade demográfica preta no país, como também a criação de indústrias patrocinadas pela SUDENE. Cita-se ainda, a maior exploração de minérios e prospecção de petróleo na plataforma continental e em território do Estado. Foi essa população flutuante, a responsável pela introdução na capital, do culto afro-brasileiro do Candoblé, Umbanda, Iemanjá, Xangô e outras coisas sem autenticidade, alienígenas, sem nenhuma raiz histórica, minoria de imitadores que pouco só consegue mistificar



os incautos. Aliás, neste particular, mestre Cascudo atesta o fato dando-lhe fé. "Das crendices e superstições das que tiveram nos canaviais, ficou o canjerê, feitiço, a causa-feita, mas desconhecemos o padê, xangô, águas de Iemanjá, que surgiram após a década de 1950, produtos de importação "made in" Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco.

Assim, por tudo que aqui foi relatado, na verdade, a contribuição da raça negra para a formação histórica da etnia, no Rio Grande do Norte, foi mínima. Pouco deixou de seus caracteres antropológicos, não representou como escravo, elemento de importância, na economia regional, e não legou manifestação cultural de valor, como se constata nos grupos remanescentes mencionados. Se, em face das circunstâncias especiais de tempo e espaço, o negro foi escravo entre nós, o foi em pacífica convivência, tendo tratamento humano e restritas limitações de vida. Libertado antes da lei, cuja efeméride da abolição da escravatura comemoramos 100 anos, participa das mesmas oportunidades dos demais em sociedade, em todos os aspectos da vida e pela vida, como irmão, sem preconceitos, sem segregação. Pelo menos, entre nós, no Rio Grande do Norte.

OS TRABALHADORES DO SERTÃO DO SERIDÓ (RN)  
NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

MARIA REGINA M. FURTADO MATTOS  
Professora Assistente do Departamento  
de Antropologia da Universidade Federal  
do Paraná

RESUMO

Este artigo procura abordar alguns dos fatores que frearam o desenvolvimento sócio-econômico de Vila do Príncipe, atual município de Caicó (RN). A distribuição das propriedades rurais no sertão do Seridó, na fase do seu povoamento, propiciaram que o monopólio da terra se fixasse nas mãos dos grandes latifundiários pecuaristas. Tal estrutura fundiária, que naquele momento se delineava no quadro natural, foi consolidada com a Lei de Terras (1850) impedindo a formação de uma "economia camponesa" independente. A presença da mão-de-obra escrava nas relações de produção, moldou formas de trabalho livre específicas que até hoje são muito comuns na região. Em todo o Nordeste, do período imperial, essa estrutura sócio-econômica e a política protecionista adotada pelo governo central para com as regiões do sul do país propiciaram um desenvolvimento regional dependente além de agravarem os efeitos rigorosos das secas que atingem o sertão periodicamente, acentuando ainda mais o quadro de extrema pobreza em que vive a população deste município até os dias de hoje.

\* Este artigo foi baseado no Cap. II da Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade Federal Fluminense(1985).



A grande maioria dos estudos que se tem realizado até o presente momento sobre o sertão do Seridó, está voltada para uma análise da economia local. Neles, a atual condição de vida precária do sertanejo está intimamente associada à fragilidade da sua agropecuária que tem como pilares da sua baixa produtividade, os fatores climáticos (a seca) e os geográficos (a adversidade do quadro natural).

Estudar o sertão nordestino durante a segunda metade do século XIX e não abordar o fenômeno das secas é deixar de levar em conta um dos elementos que contribuem para a pobreza da região (1). No entanto, esse fenômeno climático é sim, ao contrário, agravado pelos fatores econômicos (falta de capitais e mão-de-obra), político-econômicos (dependência do mercado externo e dificuldades do desenvolvimento de mercado interno), políticos (transferência de mão-de-obra fiscal privilegiando outras regiões do Império) e sociais (a escravidão e a forma pela qual se passou do trabalho escravo ao trabalho livre) são suficientes para explicar a pobreza da região, sem necessidade de recorrer à seca.

Ainda hoje o Rio Grande do Norte é, no NE, um dos Estados mais pobres. A pobreza dessa região é flagrante e constantemente atribuída às condições físicas adversas. Naturalmente, as dificuldades que o meio físico traz às atividades humanas são inegáveis com: solos pobres, uma rede hidrográfica precária e a seca. Mas, a despeito destes fatores, foram detectadas áreas agricultáveis. Mesmo em pequeno número elas existiram. Por outro lado, o homem não encontrou obstáculos, no relevo para a penetração e a ocupação do território o que denota, de certa forma, uma área economicamente viável.

A segunda metade de século XIX foi um período de transição e transformações nas estruturas coloniais. Naquele momento, as relações sociais que caracterizavam a sociedade do Seridó e que estiveram solidamente estruturadas, desde o início da colonização sobre relações escravistas, começaram a se modificar.

O trabalho escravo, que definia as relações sociais de produção, em grande parte do período, entrou em franca desagregação a partir do início da década de 70. As formas de trabalho livre que ficaram registradas nos diversos documentos, não só conviviam com a escravidão, como carregavam vários traços do passado colonial: dependência colonial, cidadania restrita e deformada, recurso a formas de coerção extra-econômica, etc... A transição caracterizou-se por relações sociais não mais fundamentalmente escravistas, mas que ainda estavam longe de poderem ser definidas como capitalistas. A forma pela qual se deu a transição do trabalho compulsório ao livre e o ritmo desta transição determinou uma tendência à estagnação das relações sociais.

(1) - Especialmente sobre as secas periódicas ler: Guerra Phelipe e Theófilo - Secas Contra as Secas, 3ª ed. Senado Federal, Col. Mossoroense, Vol. XXIX, ESAM, 1890.

## O MUNICÍPIO NO SERTÃO

De acordo com o IBGE, a Região Nordeste ocupa uma área de 1.548.672 km<sup>2</sup>, correspondente a 18% de todo o território nacional. O Estado do Rio Grande do Norte com área de 53.015 km<sup>2</sup> ou 3,4% da região nordestina possui a maior parte dos seus limites dentro da área sertaneja ou do chamado "Polígono das Secas". Nossa região de interesse situa-se na Zona do Seridó (2), área com 9.332 km<sup>2</sup> localizada no alto sertão nordestino e na parte meridional do Estado. Em 1831, foi aprovado o decreto que demarcava os limites da Vila Nova do Príncipe criando também os limites da região sertaneja do Seridó entre os Estados nordestinos do Rio Grande do Norte e Paraíba que até hoje são mantidos.

A Vila do Príncipe, atual município de Caicó, com 2.842 Km<sup>2</sup> está compreendida dentro desses limites, sendo que a sua área de atuação política-econômica no século XIX estendia-se por quase todo o território sertanejo dividindo esta influência apenas com a Comarca de Acari, criada em 24 de setembro de 1835.

Portanto, quando nos referimos à Vila do Príncipe, estaremos considerando esta área de atuação do município, na época estudada.

## A OCUPAÇÃO E A DISTRIBUIÇÃO DE TERRAS

A pecuária no século XVII representava para o Império e províncias nordestinas um setor da economia colonial, de caráter subsidiário em relação à economia açucareira que era desenvolvida no litoral.

A ocupação do sertão nordestino teve como fator determinante a procura de pastagens naturais favoráveis à criação extensiva de animais guiados pelos cursos dos rios, que os levavam província adentro. A antiga Vila do Príncipe, não fugiu a esta regra. Mas o interior da capitania só veio ter a sua ocupação efetiva pelo colonizador por volta de 1696, quando foi fundado o Arraial de Nossa Senhora dos Prazeres do Açú. O processo de povoamento foi lento.

Só em 1868 a Vila tornou-se município, sendo finalmente elevada a cidade de Caicó em 1890.

Depois de instalado um arraial, um "sítio" exigia mão-de-obra barata e sem muita especialização. Além do mais a pecuária não cessitava de investimentos vultosos, apenas de animais, de bons pastos e de um "sítio de terras", onde o criador e seus trabalhadores pudessem ali morar e manter uma lavoura para a sua subsistência.

A fronteira aberta do sertão nordestino permitiu a livre expansão da pecuária, que, com a mobilidade, avançou província adentro e se fixava nas terras disponíveis e "vazias". Essa posse "mansa" e "pacífica" da terra, constituiu a base das pequenas propriedades rurais, dando assim continuidade à estrutura colonial de ocupação da terra. Por outro lado, a ocupação de imensas extensões das melhores terras distribuídas entre poucos grandes proprietários já se fazia presente através da concessão de datas de sesmarias (3). Esta acentuada

(2) in, **Boletim Técnico n° 22**- SUDENE/DRN, Rio de Janeiro - 1973, pág. 12

(3) Ler, Medeiros, Olavo - Velhas Famílias do Seridó, Brasília, Sen. Federal, 1981, p.3.



distorção fundiária caracterizou todo o sistema colonial de ocupação do solo, onde coexistiam latifúndios improdutivos com minifúndios que não eram capazes de prover o mínimo de subsistência. As famílias dos pequenos proprietários foram forçadas a recorrer, às ocupações "accessórias" para garantir a sua sobrevivência.

Tal quadro sócio-econômico propiciava que as estruturas produtivas do sistema escravista se mantivessem por muito tempo. O ano de 1850 foi de fundamental importância par os destinos fundiários do Império. Com a proibição do tráfico negroiro imposto pelos ingleses, surge um problema para as estruturas produtivas. Por outro lado, é implantada a Lei de Terras, inviabilizando outro meio de se apossar da terra a não ser pela compra. No Nordeste, a legislação exerceu profunda influência nas relações de trabalho do sistema escravista, que, neste momento entra em crise. As formas de trabalho livre, parcialmente assalariadas já existentes, serão consolidadas da mesma maneira que a lei reforçará a estrutura colonial de ocupação do solo, mudando apenas a noção de propriedade, uma vez que, através dela a terra passou a ser mercadoria, o que veio intensificar o monopólio da terra já existente.

Na Vila do Príncipe, o acesso estável à terra não existia, ao contrário, a partir da Lei da Terra e das formas assumidas nas relações de trabalho livre (permitidas, fundamentalmente pelo monopólio da terra), a transição ao capitalismo tendeu a fazer de saparecer o pequeno proprietário. A grande maioria da população trabalhadora rural agregou-se como moradora nas grandes fazendas, sem qualquer estabilidade.

Segundo os inventários **post-mortem** o número de pequenos proprietários com terras no valor de até 100\$00 rs aumentou de 15 inventariados na década de 50 para 18 nos anos 80. Desta maneira, a lei consagrou o monopólio, mantendo os pequenos proprietários de glebas "apossadas" (neste período irregularmente) na condição de permanente dependência para com a burguesia pecuarista que cada vez mais se formava no cenário político-social, de onde ditavam as diretrizes da economia local.

## OS HOMENS E O TRABALHO

O censo de 1872 registrou para o Seridó uma população total de 3.954 habitantes. Em área de 9.332 km<sup>2</sup> teremos com índice de densidade populacional 3,4 hab/km<sup>2</sup> o que representa uma população rarefeita em relação à extensão territorial, o que era muito comum na região sertaneja. Em Porto da Folha, sertão sergipano por exemplo, este índice era de 1,8 hab/km<sup>2</sup>. (4)

A ausência de um dos grandes fatores de desenvolvimento agrícola-a pressão demográfica, torna tais áreas caracterizadas por uma sociedade com baixo nível técnico de produção, sem incentivos para a intensificação do uso do solo, fato que agravava a incipiente economia agrária e o estaque quando das relações sociais. (5)

(4) Teixeira Silva, F.C - **Camponeses e Criadores na Formação Social da Miséria - Porto da Folha Sertão de São Francisco (1820-1920)** (tese mimeog) U.F.F. 1981 Niterói - pag. 121/122

(5) Boserup, Ester - **Las condiciones del desarrollo em la agricultura la economia del cambio agrario bajo la pression demografica** - Madrid, Tecnos, 1967.

A elevada percentagem da população economicamente inativa (PEI) 5.378 pessoas ou 54,6% do total, nos leva a crer que a mendicância no município foi muito grande o que teria contribuído para frear o desenvolvimento econômico local. O baixo nível de desenvolvimento cria setores imaginários que passam a interessar as classes que comandam o processo econômico.

“se a produção marginal do trabalhador é menor que a diferença entre o consumo do trabalhador ativo e o consumo do trabalhador inativo, há interesse dos proprietários em manter parte da população inativa, e da própria pesca em não trabalhar”. (6)

Considerando a população economicamente ativa (PEA) do ponto de vista do trabalho rural, fica notório que o município vivia, basicamente do trabalho do campo, onde foram registrados 27,2% deste grupo de trabalhadores. Já a PEA da zona urbana representa apenas 18,2% onde trabalham manufactureiros, comerciantes, caixeiros, guarda-livros, profissionais liberais, funcionários públicos, etc...

No entanto, isto não significou um isolamento entre a cidade e o campo, havendo um relativo comércio entre ambos.

Ainda de acordo com o censo de 1872, a utilização da mão-de-obra escrava no trabalho foi integral, ou seja, 742 cativos (10 %) estavam vinculados ativamente na economia local. Tal participação se deu tanto no trabalho doméstico (escravas costureiras, tecelãs, cozinheiras, etc...), como nos cuidados com a lavoura. É interessante notar que dos 155 escravos que trabalhavam nas lavouras, 75 cativos (18,7%) foram registrados como criadores e jornaleiros.

### A MÃO-DE-OBRA ESCRAVA

A força de trabalho escravo na Vila do Príncipe não foi em número absolutos muitos significativa em relação a outras regiões brasileiras. Dos 308 inventariados no município, durante o período de 1850/1890, a posse do escravo foi registrada em 152 processos em 49,4%. Poucos proprietário de terras possuíam muitos escravos. Apenas 5 com mais de 15 escravos cada um, ou seja, 35% do total. O maior plantel por proprietário pertenceu a Izabel Maria da Conceição (1860) que possuía 31 escravos. Mas, estes escravos, a partir do levantamento de sua faixa etária (entre 15 e 45 anos) demonstraram estar aptos para o trabalho. Entre os escravos sadios existentes nesta fonte, encontramos 248 cativos, ou 73% do seu total. As escravas se destacaram nos serviços domésticos, como cozinheiras e costureiras. Domar cavalos, construir cercas para proteger plantações, abrir cacimbas para abastecer de água o rebanho, preparar o solo para o plantio, serviços de pedreiros, eram alguns dos ofícios exercidos pelos homens. Além dos lavradores, criadores e artistas, encontramos entre as ocupações mais comuns, os escravos de ganho, conhecidos também como jornaleiros.

Considerando a condição de escravo em área de pecuária, as reservas de alguns cativos do Seridó eram valiosas. Por exemplo:

(6) Vilar, Piere - **Crescimento Y desarrollo**, ed. Ariel, Barcelona, 1976, pág. 64.



Domingos Teixeira da Fonseca devia 40\$000 rs a escrava Sebastiana, 50\$000 rs a Gaudêncio, e a Rosário 140\$000 rs, todos escravos de José Joaquim; Guilhermina de Medeiros devia ainda à escrava do Coronel Ezequiel Fernandes 10\$000 rs (7).

Que atividades desenvolvidas pelos escravos permitiam economizar pecúlios tão elevados? Diferentes bens estavam envolvidos nos inventários. Por exemplo:

Josefa da Conceição devia ao escravo Vicente a quantia de 13\$5000 rs proveniente de gêneros alimentícios; Ana Suzana devia a sua escrava Felismina 2\$000 rs, a Clara 5\$000 rs por serviços prestados; Manoel Franco devia ao escravo Romualdo 200\$000 rs por serviços com o rebanho; o padre Gil Brás devia à escrava Brasilina por três bois 120\$000 rs, ao Juvenal por mais três bois 140\$000 rs e ao Joaquim por um boi 40\$000 rs.

As cartas de alforrias registradas nos Livros Cartoriais conderam liberdade a 275 pessoas.

A forra Angélica de 40 anos, pagou sua liberdade com 4 vacas com crias; Gabriel (13 anos) teve a sua liberdade avaliada em 13 cabeças de gado; Rosária conquistou a condição de liberta, assumindo uma dívida do senhor de 40\$000 rs por letra assinada e mais uma égua e uma poldra. Rosária teve sua liberdade por 380\$000 rs em moeda e três bois avaliadas em 50\$000 rs. (9)

Tais registros comprovam que o escravo estava no fim do século XIX engajado na produção de alimentos e no trato com a pecuária de maneira muito específica. Não podemos afirmar que a produção de sua lavoura fosse capaz de abastecer o mercado local ou mesmo que eles participassem desse comércio. Mas a concessão de uma parcela de terra para cultivar a seu próprio alimento, e, algumas vezes poder comercializar o seu próprio excedente, é inquestionável. Por outro lado, o acesso a posse de cabeças de gado (a maior riqueza da região), nos sugere uma relação escravo/senhor muito flexível em região sertaneja escravista, contrariando a historiografia tradicional. O inventário da liberta Mariana (1877) nos permite avançar um pouco mais nesta discussão. A posse legal do bem, no caso 11 cabeças de gado, com a prerrogativa de legar a seus três herdeiros, nos reporta a uma firme posição do direito adquirido por uma ex-escrava em sociedade estrutural no escravismo colonial. O trabalho realizado pelo escravo no sertão do Seridó não fugiu ao realizado nas demais regiões brasileiras. Também no sertão da Província do Rio Grande do Norte se fazia presente uma forma de protocampesinato (10).

Apesar de caracterizar um protocampesinato escravo, esta produção do seu lote de terra, mesmo em quantidade que permitisse negociá-la, correspondia a um complemento de suas necessidades, uma vez que o ativo continuava

(7) Inventários **post-mortem** 1<sup>o</sup> Cartório de Caicó, 1862/1865

(8) *Ibidem* - anos 1863/1874/1875.

(9) *Cartas de Liberdade* - Livro de Notas n<sup>o</sup> 52 e 53. Sobre atividades remuneradas dos escravos ler: Mattoso, Kátia M.Q. - **Ser Escravo no Brasil**. São Paulo, ed. Brasiliense, 1982, pg. 141, e Malheiro, Perdigão - **A Escravidão no Brasil, ensaio histórico-jurídico-social** Petrópolis, Ed. Vozes, 1976, Vol.I, pg. 63

(10) Sobre protocampesinato escravo - Cardoso, Ciro - **Agricultura, Escravidão e Capitalismo**. Petrópolis, Vozes, 1979, pg. 133/135.

a depender do sustento do senhor, mesmo porque, esta prática foi usada pelos senhores, como forma de minimizar seus gastos com a mão-de-obra e, como mecanismo de controle. Se o protecampesinato foi uma conquista do escravo dentro do sistema escravista, para o senhor, foi uma maneira de reforçar o próprio sistema, barateando os custos da manutenção desta força de trabalho e da própria produção.

O preço de escravo na Vila do Príncipe, mostrou-se através dos inventários mais elevado no período de 1858/1870, de que em outras regiões do nordeste. Ali ele valia 1.600\$00 rs, já em Campina Grande, 1.500\$000 o valor máximo, em Recife, 1.400\$000 rs (11).

No entanto, o valor médio dos cativos nos inventários (preço de avaliação) e nas escrituras de compra e venda de escravos (preço de mercado), reflete melhor o valor desta mão-de-obra no sertão. Em fins da década de 50, o valor médio nas escrituras atinge 1.160\$000 rs: já nos inventários, ele ficou em torno de 1.06\$000 rs. Nas décadas posteriores estes valores começaram a cair face às crises econômicas e sociais que atingiram a região. A grande incidência de alforrias concedidas na faixa etária mais apta para o trabalho, de 6 a 45 anos, 35,6% explica as prementes necessidades econômicas do senhor e uso deste recurso, como meio de recuperar parte do dinheiro investido em sua compra, tendo em vista as constantes crises econômicas e sociais porque passou a região.

No sertão, o tráfico interprovincial de escravos, mesmo em pequeno número, as manumissões, o grande número de mortes ocorridas entre os cativos, devido às precárias condições de vida e a frugal dieta alimentar que estavam sujeitos, aliado aos "grandes negócios" em que estavam envolvidos nos períodos críticos de crise financeira de seus senhores, foram alguns dos fatores determinantes para o paulatino declínio da mão-de-obra compulsória na região.

Mesmo que em pequeno número, a força de trabalho escravo no município do Príncipe estava engajada na produção de alimentos. Por outro lado, a presença e participação atuante do escravo na economia local reforçava o sistema escravista ali existente. A crise que este sistema atravessou, em todo Império nos anos 50 com a suspensão do tráfico de escravos na região nordestina, na década de 70, atingiu seu ponto máximo com o fornecimento de braços escravos para as lavouras cafeeiras do sul, uma vez que era cada vez mais difícil manter e pagar por esta mão-de-obra. Tal contexto incentivou a utilização mais efetiva de formas de trabalho livre que até hoje subsistem no Seridó.

## A MÃO-DE-OBRA LIVRE

Nas propriedades rurais do sertão, o trabalho executado pela mão-de-obra cativa era associada àquele desenvolvido pelo elemento branco livre e não proprietário de terras que, juntos formavam um grupo de trabalhadores que firmavam com o proprietário, acordos de trabalho, na maioria das vezes, verbais.

(11) Viana, Marly A. - **A Estrutura de Distribuição de Terras no Município de Campina Grande - 1840/1905**. Campina Grande, 1985 (tese mimeog) e Calliza, D. Sores. **O Declínio da Escravidão na Paraíba - 1850-1888** Ed. Universitária,



As relações que existiam no sertão nordestino e, especialmente no Seridó, não podem em nenhum momento serem consideradas do tipo capitalista. O trabalho familiar e o direito de cultivar uma pequena parcela de terra para assegurar sua subsistência, de caracterizam este tipo de relação. Também não vamos encontrar no Seridó, o colonato descrito para a região cafeeira do sudeste do país.

“se o trabalhador produz diretamente ao menos uma parte dos seus meios de vida, destrói o caráter da sua remuneração porque entrega ao capitalista, diretamente, em forma de material diversos, o seu trabalho excedente. Neste caso, o trabalhador pode ser livre, mas não formalmente igual, o que impede a classificação dessa relação como capitalista” (12).

Este quadro, no meio rural nordestino, ainda hoje subsiste em certas regiões e pode ser explicado:

“...pela necessidade de serem mantidos baixos os salários dos trabalhadores urbanos, a fim de permitir a acumulação na indústria, além, disso, é preciso que se mantenham baixos os preços dos produtos alimentícios, o que faz desviar a produção destes bens dos empreendimentos capitalistas para aqueles baseados nas relações não capitalistas (...) onde uma vasta gama de famílias sem nenhuma propriedade, ou possuindo pequenas extensões, são obrigadas a utilizá-las exaustivamente para garantir o mínimo necessário à sobrevivência” (13).

A presença da mão-de-obra escrava no sertão, forjava as relações de trabalho e mantinha as diferenças sociais existentes entre o proprietário de escravos, o homem livre pobre não possuidor de escravos e o próprio escravo.

Com a redução da população escrava e a crise que o sistema escravista atravessou a partir dos anos 70, principalmente nas províncias nordestinas, com o fornecimento de mão-de-obra para as lavouras cafeeiras do sul, um novo ordenamento social tornou-se necessário para que o controle econômico pudesse ser mantido pela burguesia já estabelecida. Nesta fase mais aguda de transição cresceu muito o número de trabalhadores pobres sem terras, principalmente agregados que chegou a 28% do total contido nos inventários.

Com a lei de 1850, quando a terra foi transformada em mercadoria, a posse de novas pequenas propriedades como alternativa de trabalho, por estes homens pobres tornou-se impossível. Restava-lhes, então colocar-se na dependência dos grandes proprietários, que permitiam, sem segurança alguma, trabalhar em suas terras. As formas de trabalho parcialmente assalariadas já existentes, se consolidaram e foram tomando conta do mercado de trabalho, criando os mais diferentes tipos de subordinação de mão-de-obra.

Os inventariados que demonstraram em seus processos, seja nas relações de bens, seja nas passivas ou ativas ou até mesmo nas contas de tutoria, algum vínculo com o trabalhador livre pobre, pertenciam aos mais diferentes níveis de fortuna da região. O acesso à mão-de-obra livre estava ao alcance inclusive

(12) Marx, K. - *El Capital* p. 448 e seg in Martins, José S. - *O Cativo da Terra 2* Ed. São Paulo, Ciências Humanas, 1981, pág. 19 NT 21.

(13) Rodrigues Lima, J.P. - *OCupação e Renda de Famílias Rurais: Um estudo de caso de pobreza*. Caicó, RN - Recife 1977, p. 13 (tese mimeog).

dos mais pobres, cujo monte final dos bens somou no máximo 500\$000 rs. Desta maneira, o baixo salário em espécie que esta mão-de-obra provavelmente recebia, aumentava consideravelmente o seu grau de dependência para com o empregador e refletia a ausência de um mercado de trabalho.

### A UNIDADE FAMILIAR

Com a carência de mão-de-obra e a ausência de um mercado de trabalho, os pequenos proprietários de terras utilizavam o trabalho familiar como forma de produzir algum bem para o seu próprio sustento e da sua família. Muitos deles, com a perda da mão-de-obra escrava e com a quantidade reduzida de terras, tinham menos possibilidades de acolher moradores em suas propriedades, ressentindo-se da falta de mão-de-obra livre, pela qual não podiam pagar. A falta de um excedente considerável em sua produção agrícola, limitava a sua vinculação com o mercado interno, freando uma possível acumulação que este comércio proporcionaria. O grande número de pequenos proprietários, encontrava-se na hierarquia social, como intermediário entre os trabalhadores sem terra e os maiores proprietários. Seu número aumentou constante no período, não só com o fracionamento das propriedades, como pelo empobrecimento natural ocasionado pela venda de parte da propriedade por necessidade financeira ou por permanecerem numa economia de subsistência, como fornecedores de alimentos para os grandes proprietários. Este fracionamento da propriedade, quando da abertura de um processo de inventário, propiciava o surgimento de novos proprietários emoradores e/ou agregados em terras de parentes.

Muitas vezes, o chefe da família se empregava de jornaleiro em terras vizinhas ou mesmo como meeiro, mas a renda obtida destes "ajustes" era logo transformada em renda monetária:

"só se apura algum dinheiro em gado e em algodão (...) no fim do ano vende-se um garrotinho e compra-se umas roupas". (14).

No trabalho familiar nem mesmo as crianças eram poupadas quando a necessidade do serviço se impunha, por exemplo: trato com pequenos animais, limpeza de terrenos, colheitas. Tais atividades não implicavam em pagamento ou mesmo em acréscimo no "ajuste" previamente realizado com os pais, que favorecia consideravelmente a utilização desta mão-de-obra infantil.

### O MEEIRO

O ponto básico para se considerar uma economia camponesa, o acesso estável à terra, no Seridó, não existiu para grande parte dos trabalhadores rurais (15). As relações de produção que ali se estabeleceram foram as mais diversas e flexíveis, variando de acordo com as exigências da situação, com as necessidades do empregado a cumprir.

Com peculiaridade muito próprias, a

"meia na grande maioria das fazendas do Seridó, difere da parceria praticada em outras regiões do país. Ali o proprietário fornece gratuitamente a moradia,

(14) Depoimento concedido em 1982 in, Ernesto B.F. et alii - **Sistema do Pequeno Agricultor do Seridó Norte-riograndense; a Terra o Homem e o Uso**. Brasília Senado Federal, 1983. Col.Mossoroense, Vol. CCL XXVI, p. 69.

(15) Sobre o acesso estável à terra, ler, Cardoso, Ciro F.S. - Op. Cit. p. 52/53.



a terra destocada e cercada (e quando não estes trabalhos são empreitados com o próprio morador), bois de capinadeira (e alguns a própria capinadeira) e semente do algodão e o financiamento, parcelados e sem juros, da safra. O morador tem ainda o direito de criar um animal de carga e uma vaca. Cabe a ele, parceiro agricultor, a meia do algodão, entregue ao proprietário pelo preço de mercado e, a safra integral das culturas consorciadas (feijão, milho, fava) que são obrigados a fazer com os cuidados de espaçamento necessários a não prejudicar o algodão" (16).

A meia também ocorria nos negócios envolvendo o gado. Nas difíceis ocasiões de seca, os fazendeiros dividiam seus gados em pequenas porções de 4, 6, 8, 10 e até 20 reses. Entregavam-nas às pessoas encarregadas de tratá-las de "meia", isto é, sob a condição de, passada a seca, dividirem o número de sobreviventes em duas partes iguais. Outro tipo de acordo firmado entre o trabalhador livre e o liberto com o proprietário era a "terça". Nela a divisão final da produção era feita de maneira que o dono da terra ou da produção recebesse um terço do bruto e o trabalhador ficasse com dois terços.

"Um casal de escravos "achacados e com moléstias" do Capitão José Vieira foi por ele alforriado em 1868 mediante o pagamento de 800\$000 rs que seriam retirados da sua terça" (17).

O meeiro instalava-se na propriedade com a sua família utilizando-se do trabalho familiar. Estas formas de trabalho livres se mesclavam, sugerindo em alguns casos uma forma de relação de trabalho com nuances do tipo agregado.

### O AGREGADO

Este trabalhador livre algumas vezes alforriado, tinha como única propriedade a sua força de trabalho e a sua moradia. No momento em que a força produtiva escrava escasseava, para o proprietário rural era interessante a figura do agregado uma vez que a posse de grande número de agregados substituiu o **status** social de possuir muitos escravos. Para os agregados e/ou moradores, apesar das suas relações serem caracterizadas por um alto grau de dependência (por ser a única opção de trabalho), era diferente da relação escravista, pela importância sócio-econômica que foram adquirindo.

As mulheres agregadas, geralmente escravas, e mesmo libertas, trabalhavam como tecelãs e em outros serviços domésticos. Muitas delas, inclusive, escondiam a sua real situação junto ao dono da propriedade, a de concubina. Também foi grande o número de crianças agregadas, tanto nas famílias bem situadas na condição de afilhados, como entre as famílias menos favorecidas, absorvidas como mão-de-obra. Ser afilhado do senhor ou mesmo da sua mulher, representava um privilégio social e, na maioria das vezes, o apadrinhamento nada mais era do que uma forma de manter e assegurar força de trabalho barata para qualquer tipo de serviço, além de deixar transparecer a hierarquia social local e a mentalidade escravista arraigada.

(16) Lamartine, O. - Sertões do Seridó, Brasília, Senado Federal, 1980, p. 33.

(17) Inventário post-mortem, 1868.

## O RENDEIRO E O LOCATÁRIO

Foram muito poucas as escrituras de arrendamento registradas nos livros de notas do cartório local, apenas onze. Na região, o arrendamento recaía, em geral, em sítios inteiros ou em grandes partes de terras com pelo menos um ano de prazo. A opção de acordo de trabalho com caráter formal e não mais verbal ficou sistematizada após a grande seca de 77/79, não só devido aos fatores adversos de ordem climática, que impediam o pagamento do ajuste, como também por oferecer maior segurança ao rendeiro no acesso ao trabalho.

Já o locatário, era o trabalhador que recebia apenas uma parte da terra, geralmente não beneficiada, para "uso e habitação", mediante um pagamento previamente estipulado em escritura lavrada. Nestes documentos ficavam assentados o prazo de locação (em geral dois anos), o seu valor e a forma de pagamento (na maioria das vezes anual). As terras de criar e plantar eram as mais disputadas. Este trabalhador empregava-se como jornaleiro para o seu locador ou qualquer outro proprietário com o objetivo de suplementar seus rendimentos para garantir a sua locação nos períodos críticos de produção.

## O JORNALEIRO

Forma de trabalho individual muito comum na região, usada como complemento de renda e até mesmo como emprego corrente. Elemento livre ou alforriado, no censo de 1872, ele aparece como "pessoa assalariada", ao lado dos criadores e ambos, somaram em toda a Província, 16.456 pessoas. Muitas vezes ele aparece nas prestações de pequenos serviços e outras com jornadas de trabalho mais longas, como o reparo de um "açude arrombado do riacho Baixa-Verde, realizado pelo pardo Antonio Luiz".

O contrato do jornaleiro era verbal e envolvia qualquer tipo de serviço, seja na pecuária ou lavoura. O prazo era estipulado pelo senhor, caracterizando uma forma de coerção à mão-de-obra, na medida em que limitava o ganho, pelo serviço prestado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O município sertanejo de Vila do Príncipe apesar de ter tido uma economia considerada subsidiária àquela desenvolvida nas áreas agro-exportadoras, não se manteve à margem das transformações sócio-econômicas que atingiram todo o Império na segunda metade do século passado. Muito pelo contrário, ele inclusive, participou dessas mudanças. Apenas ali, elas tiveram características peculiares que atingiram não o nível de vida do trabalhador, mas sim o modo de produção, o que de certa maneira constituiu um avanço no sentido histórico, apesar de ter contribuído para a formação e cristalização de um ordenamento social que tem como suporte a miséria.



1. Augusto, José - Seridó ed. Sen. Fed., Brasília, 1980.
2. Archetti, E. et alii - **Agrarian Structure and Peasant Autonomy** Oslo, Inter Peace Just, s/d, (coun mimeog).
3. Boserup, Ester - **Evolution Agrarie et Pression Demographique** Paris, Flamario, 1970.
4. Cardoso, Ciro F.S - **Agricultura Escravidão e Capitalismo** Petrópolis, Ed. Vozes, 1976.
5. CASCUDO, Luiz da Câmara - **História do Rio Grande do Norte** ed. Imprensa Federal 1953.
6. Dantas, Garibaldi J. - **Geografia e Economia do Rio Grande do Norte** Mossoró, Col Mossoroense n° 78, 1979.
7. Guerra, Phelipe e Theóphilo - **Secas contra as Secas** 3ª ed. Sen. Fed. Col. Mossoroense, Vol. XXIX, 1980.
8. Linhares, Mª Yeda e Silva, F.C.T. - **História da Agricultura Brasileira - Combates e controvérsias**. S. Paulo, Ed. Brasiliense, 1981.
9. Mattoso, Kátia - **Testamentos de Escravos Libertos na Bahia no Século XIX - uma fonte para o estudo de mentalidades** - Bahia, publ UFBA, n° 85, 1979.
10. Medeiros, Olavo - **Velhas Famílias do Seridó** - Ed. Sen. Fed. Brasília, 1980.
11. Villar, Pierre - **Crecimiento y Desarrollo** Ed, Ariel, Barcelona, 1976.
12. Schwartz, Stuart B. - **Resistance and Accommodation** - In: Eighteenth Century Brazil; The Slave's View ou Slavery in Hispanic American **Historical Review** Vol. 57, n° 1, 1977.

“SEGUNDO WANDERLEY, O POETA NORTERIOGRANDENSE DOS ESCRAVOS”

CLAÚDIO AUGUSTO PINTO GALVÃO

Quando o jovem Manoel Segundo Wanderley chegou a Bahia em 1880, para estudar Medicina, a cidade do Salvador vivia o clima de efervescência patriótica produzido pela perspectiva de dois fatos históricos que estavam prestes a se desencadear: a abolição da escravidão e a proclamação da República.

A antiga capital da colônia, que vivera durante a passagem da Corte Portuguesa por ali, um breve período de seu antigo prestígio, ao tornar-se sede de governo português, apresentava o ambiente ideal para as manifestações de talento e de espírito. Suas centenárias ruas e sobrados, sua vida social, artística e literária e até mesmo a sua topografia, lembravam a capital de além-mar. Um fato, entretanto, diferenciava bastante Salvador de Lisboa: a presença maciça do elemento escravo, uma constante na capital bahiana que, ainda àquela época, apesar da vigência da Lei Eusébio de Queiroz, de 1850, punia o tráfico negroiro.

Entre os fortes elementos que enriqueciam a atmosfera bahiana, permanecia a vibração do talento do poeta Castro Alves que, no ano da chegada do iniciante poeta potiguar havia apenas decorridos dez anos de seu falecimento.

Tudo em Salvador lembrava a presença do genial poeta dos escravos. Em suas ruas ecoavam as vibrantes invectivas contra a abolição com que o moço bahiano, que partira aos 24 anos, marcara sua presença em imorredoura passagem.

Segundo Wanderley chegava a Salvador com 20 anos incompletos. Seguiu os mesmos caminhos outrora percorridos por seu pai, Luís Carlos Lins Wanderley, que cursava medicina na mesma faculdade. Fora o primeiro northeriograndense a se formar em Medicina em 1857, e, igualmente poeta.

Recém saído do curso de Humanidades do velho Atheneu, o jovem poeta deixara sua pequena cidade

“Onde sonhei meu primeiro sonho,

Onde compuz o meu primeiro canto”. (1)

para receber os benfazejos ares bahianos.

“Adeus! No dorso azul das salsas vagas

Triste, me parto em busca de outras plagas”. (2)

A Bahia, além de lhe traçar os definitivos rumos artísticos, dar-lhe-ia ainda



a complementação de suas buscas afetivas. Casar-se-ia em 1866, três dias após sua formatura, com Raimunda Amália da Mota Bittencourt, que ocuparia em definitivo, o lugar de sua ideal "Celina". Retornaria a Natal, apenas em 1889, a chamado do pai, trazendo a esposa e filha, à primeira dos sete que lhe nascera.

Foram pois, nove anos de contacto com a bahianidade, de recebimento das influências intelectuais que ali pairavam, muito especialmente no agitado ambiente da Faculdade de Medicina, em meio aos movimentos estudantis, onde Segundo Wanderley marcou a sua presença poética.

Por influência de Castro Alves, abraçou o "condoreirismo", a terceira geração do romantismo brasileiro, e, do mesmo mestre bahiano, sentiu a indicação dos caminhos da forma e da temática, que não eram outros, senão a forma e a temática do próprio estilo, tão populares ainda, àquele momento.

Muito se comentou no princípio do século, sobre a influência de Castro Alves na poesia de Segundo Wanderley, como se consistisse em demérito ao discípulo, guardar as marcas de mestre. O próprio Castro Alves jamais ocultou sua vinculação a Victor Hugo, Lord Byron e outros luminares de romantismo internacional. Várias vezes citados em seus poemas, o Lord inglês apontou ao condor bahiano a grande senda da liberdade e do amor à vida.

E o mestre francês dos "Les Châtiments", que outros caminhos lhe apontou? E aqueles mestres, quantas outras influências anteriores receberam?

A nível local, Segundo Wanderley absorveu e amalgamou aqueles elementos, pintando-os com as cores pessoais de sua linguagem e não escondeu, jamais, a admiração que dedicava ao poeta dos escravos.

"... Surge um vulto colossal;  
É Castro Alves, o gênio  
Que da terra no procênio  
É quase um século, é um rei" (3)

Entusiasmado e vibrante de solidariedade humana, fruto de uma rígida formação moral e religiosa, Segundo Wanderley já levava plasmados em sua sensibilidade os elementos que o fazia apto para receber e amplificar a mensagem abolicionista que fermentava em todo o Brasil e, na Bahia tivera em Castro Alves, audacioso vulcão, assim sentido pelo poeta natalense:

"Traz na frente augusta, imensa,  
Como dogma, como crença,  
Uma idéia - Abolição  
Seu verbo - é mais que espada  
Seu braço forte é a enxada  
Do túmulo da escravidão" (11)

Infelizmente para o Rio Grande do Norte, Segundo Wanderley viveu o momento abolicionista brasileiro em Salvador, e lá foram escritos e declamados os seus vibrantes poemas sobre o tema. Se aqui estivesse, certamente teríamos tido a sua entusiasmada participação nos nossos jornais abolicionistas, como o fez, ao voltar à Natal, e uma vez apenas na "Gazeta de Natal", nº 120, de 13 de maio de 1899, primeiro aniversário da Lei Áurea. Teria celebrado, certamente, com o Boletim da "Libertadora Northeriograndense", que publicaria nove número de janeiro a dezembro de 188 e, teria participado da fundação e atividade da Sociedde Libertadora Northeriograndense, criada e liderada pelo

seu colega médico e professor do Atheneu, Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, e presidida pelo seu amigo, o Padre João Maria Cavalcanti de Brito.

A primeira publicação de seus versos saiu em 1883, sob o título de "Estrelas Cadentes". Em 1887 editava-se "Miragens e Prismas". Pertencem ambos, ao período de Salvador. Seus outros livros "Revoltas Poéticas" (1896), "Gôndolas" (1903) e "Poesias" (edições póstumas de 1910, 1928, 1956), são da fase em que já estava em Natal.

Por ordem de publicação, o poema "Escravidão" é o primeiro em que Segundo Wanderley ataca diretamente o assunto. Dedicado ao Grêmio Literário Bahiano, foi recitado, certamente, pelo próprio autor, "por ocasião de colocar-se o busto de José Bonifácio no salão do Grêmio Literário". Como se cedesse a palavra ao Patriarca da Independência, Segundo Wanderley anuncia:

"É Bonifácio quem fala...  
O que se chama senzala,  
A escravidão o que é:" (4)

O vocabulário do estudante de Medicina se evidencia em vários momentos:

"É este cancro terrível  
Que causa dores estranhas  
É rói as magras entranhas  
À desgraçada nação"  
É este aborto disforme  
Que a ambição concebera"

●●●●●●●●●●

"Esta avalanche de sangue"

●●●●●●●●●●

"É este escarro sangrento"

●●●●●●●●●●

"O gérmen mais corruptor"

Termina o poema com uma feroz invectiva contra a classe social dominante:

"Porque pior que o escravo  
É este monstro ignaro  
Que o mundo chama...senhor!"

e com uma afirmação realista:

"Não é nos braços escravos  
que se levanta o país."

Em "A Voz da Justiça", investe em vibrantes redondilhas

"Rompam-se as ímpias cadeias  
Dos pulsos da escravidão" (5)

Mais uma vez, a consciência das divisões sociais se faz presente:

"Sim, neste império de bravos  
Não podem morrer escravos



Não pode viver senhor.”

e mais adiante,

“Risque-se o nome de mártir

Risque-se o nome de algoz!”

O poema “Independência ou Morte” é dedicado “à patriótica redação da “Gazeta da Tarde”, e foi recitado no festival abolicionista, a 14 de julho de 1887, um ano antes da Lei Áurea e em pleno ardor da campanha abolicionista na Bahia. Depois de longa preparação, o poeta lança o seu pleito:

“Venho pedir que se desterre o monstro

Que a pura seiva do porvir consome

Quer ele tenha de senzala a forma,

Quer ele tenha da Bastilha o nome” (6)

Sua posição política é, mais uma vez, afirmada

“Que tanto amo esta palavra - Povo

Como detesto esta palavra - Rei”

clamando vigorosamente:

“Contra o castigo que se chama - trônco

Contra o sicário que se diz - senhor.”

Nove anos antes de Segundo Wanderley chegar à Bahia, o governo imperial sancionava a chamada “Lei do Ventre Livre”, sob a liderança de José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco. Em “À Memória do Visconde do Rio Branco”, e poeta potiguar homenageia mais um passo dado em direção à abolição, na pessoa do seu maior batalhador.

“E Rio Branco - o Redentor moderno,

O patriarca legendário - agosto,” (7)

“Sim esta lei é resgate justo” e, mais adiante, “Sim, esta lei imaculada e pura”. Conforme a visão do poeta, a “Lei do Ventre Livre”

“Fez de Paranhos - brasileiro Cristo

- Salvando o ventre da mulher escrava”

No poema “Eco da Liberdade”, Segundo Wanderley parte “Das Margens do Ipiranga” até encontrar a imagem que vai dominar a composição: “Era a deusa Independência”. É ela que “fala” em cada estrofe. Os assuntos patrióticos se sucedem até chegar à escravidão. Assim fala a “deusa Independência”:

“Quebro as cadeias infames (8)

Da nefanda escravidão”

E, mais adiante,

“De cada escravo ressurja

Novo Espártaco, de pé,”

●●●●●●●●●●

“Escravo! quem diz escravo

Diz tirania, opressão;

O servilismo é um torpedo

Na senda da ilustração;”

Para concluir, conclama, enfático:

“Marchai que é nas lutas nobres

Que o homem se immortaliza,  
Tendo sempre por divisa  
Deus, Ciência, Liberdade”.

No décimo aniversário do falecimento de Castro Alves, a 28 de setembro de 1881, Segundo Wanderley, já segundanista de Medicina, e com um ano e meses apenas de permanência em Salvador, saúda a memória do poeta dos escravos, com os arroubos típicos de seu estilo e, que haviam, também, marcado a lira castralvina. Numa cascata de figuras, comparações, símbolos e outros recursos típicos da escola romântica condoreira, o entusiasmo do jovem natalense de 21 anos, define a figura do grande bahiano:

“Se ele não foi poeta,  
Elas não foi profeta,  
Deixa o Cristo de ser Deus.” (9)

A immortalidade, a sublime conquista daqueles que, como Castro Alves, atingiram a sensibilidade de um povo era, já àquela época, pressentida por Segundo Wanderley.

“Morreu? não morre o século  
Quando o seu curso findou;  
Deixa no seio da História  
Os gênios que ele gerou;  
Castro Alves vive ainda  
Como aurora bela, infinda,  
Da imensidade no véus;  
Fantasma, no espaço erra,  
Mandando estrofes à terra,  
Molhando a pena nos céus”

Em vários momentos, refere-se à inspiração abolicionista de Castro Alves:

“Quebrando o tremendo elo  
Da escravidão - com o martelo  
Da luz, da fé, da razão”

●●●●●●●●

“Sempre valente e de pé,  
Com pena de ouro despedaça  
Do servilismo a polé;”

E conclui, com audaciosa figura, ao aceitar a morte física do poeta

“Talvez Deus receiasse  
Que ele, em versos transformasse  
As maravilhas do céu...”

Ao que parece, seu último poema em que persegue o ideal abolicionista, é o “Imortabilis Dies”, que foi “recitado na sessão solene da Sociedade Libertadora Bahiana”, na noite de 24 de maio, para comemorar o aniversário da emancipação do município do Ceará”.

“Vinte e quatro de maio! é mais que um simples dia, É mais que um ideal, é mais que uma utopia,” (10)



"O Ceará é livre, é livre o pensamento  
É livre a idéia, a crença, é livre o sentimento,  
Arvorou-se a polé pra lei da escravidão".

Observando-se a continuidade da obra de Segundo Wanderley, constata-se duas lacunas entre os escritos do poeta norterriograndense dos escravos: não há nenhum poema em homenagem à libertação dos escravos sexagenários, estabelecida pela Lei Saraiva Cotegipe, de 1885, quando ainda estava na Bahia.

Mais estranheza ainda, causa a ausência de um canto de louvor ao 13 de maio de 1888. A Princesa Isabel e a vitória final contra a escravidão que, como era de se esperar, deveriam receber as maiores louvações do poeta, não tiveram dele uma só palavra de aplauso. Certamente um motivo muito relevante lhe havia obstaculado a inspiração. Não será fácil saber-se hoje, oitenta anos passados de seu falecimento, que razões o levaram ao silêncio.

Seria possível presumir-se que o poeta, engajado na luta, participante das batalhas, silenciava à visão da vitória e recolhia humildemente a sua lira - a sua arma - ao sentir cumprida a sua missão?

Poder-se-ia comparar-se-lhe ao modesto soldado que, participante de todas as batalhas, retornava ao lar finda a guerra, sem participar dos festejos da vitória final?

A situação se torna, ainda mais intrigante, quando foi possível encontrar uma poesia em homenagem ao 1º aniversário da Lei Áurea, publicada no jornal "A Gazeta do Natal", edição nº 120, de 13 de maio de 1899. Considerando que a referida poesia não foi incluída em nenhuma das edições de "Poesias", transcreve-se aqui o seu texto integral, conforme está publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (11).

Quando um povo qualquer, heróico se levanta  
Para banir um crime, um erro corrigir,  
Acende mais um sol no templo do progresso,  
Sobe mais um degrau no templo do porvir.  
Neste dia imortal de transição sublime  
Transborda a consciência, exulta o coração,  
Transforma-se a senzala em luminosa tenda,  
O tronco faz-se altar, o escravo cidadão.

Para firmar, porém, esta conquista ingente,  
E aniquilar para sempre o servilismo vil  
É preciso banir a negra ignorância,  
Dar ao liberto a luz e a instrução civil.

O Parlamento fez a lei anti-escravista,  
A princesa apagou o tétrico borrão,  
Compete agora a vós, oh! mocidade atleta,  
Fazer do verme um ser, do órfão vosso irmão.

Dia agosto e feliz, oh! data de esperanças,  
Que de uma vez mataste a hidra social;

Tu és mais que fanal do céu americano,  
És a glória do século, um bem universal!

A natureza inteira enfeita-se de galas,  
Singra a lua ridente a tela cor de anil,  
Saúda a humanidade em delirante aplauso  
A mais bela epopéia da história do Brasil.

Vale a pena chamar-se a atenção para o conteúdo da terceira estrofe, onde se evidencia o problema do escravo recém liberto, sem condições de exercer plenamente a cidadania, pelo estado de ignorância involuntária em que se encontrava. Este poema pelo testemunho que o fato já era de conhecimento geral na época, pelo menos para o poeta.

Uma busca na obra dos mais famosos poetas potiguares revela a sua ausência aos movimentos político-sociais do momento. O tema escravidão e a campanha abolicionista, não lhes motivou a inspiração. Foi, pois, Segundo Wanderley o único dos nossos poetas a adotar uma posição clara e definida por aquele tema.

Na realidade, apenas Lourival Açucena, além de Segundo Wanderley, estava em atividade no século passado. O nosso mais antigo poeta tinha 61 anos em 1888. No seu livro póstumo, "Versos", publicado em 1927, não se encontra nenhuma alusão à escravidão. Há de se considerar que a pequena quantidade de versos ali reunida por Luiz da Câmara Cascudo está, certamente, muito aquém da provável produção de um poeta que viveu 80 anos. Uma sua sobrinha (12) revelou ao autor destas notas, que, a maior parte dos versos de Lourival Açucena que ficaram guardados com seus familiares se extraviaram antes que se iniciasse a pesquisa que resultou no seu único livro.

Os biógrafos do velho poeta não revelam nenhuma participação sua em qualquer movimento social. Pelo que se sabe de sua vida, não era por aqueles assuntos que se interessava o lírico, satírico e boêmio Lourival Açucena... (13)

Depois de Lourival Açucena, é Segundo Wanderley o único poeta que viveu um período maior de sua vida no século XIX. Os outros poetas não poderiam por razões óbvias, participar da campanha abolicionista. Por ordem de idade, aparece depois dele o nome de Henrique Castriciano que, à data da Lei Áurea, tinha apenas 14 anos de idade, seguido de sua irmã, Auta de Souza que estava com 12 anos. Em seguida, vem, Francisco Palma, com 13 anos; Ferreira Itajubá, com 12 anos; Antônio Soares de Araujo, com 9 anos; Sebastião Fernandes, com 8 anos; Gothardo Neto, com 7 anos. Ponciano Barbosa nasceu no ano seguinte, 1889. Abner de Brito é de 1890, Carolina Wanderley, de 1891, Palmira Wanderley, de 1894, Othoniel Meneses, de 1895. Francisco Meneses de Melo, irmão de Othoniel, embora poeta, não publicou nenhum livro. Nascido em 1891, é o único vivo daquela geração mais nova, ao escrever este trabalho.

Neste breve estudo, foram citados apenas os poetas mais populares. Em uma busca nos exemplares do jornal literário "Oásis", dos anos 1895-1899, foi possível resgatar os poemas "1º de Maio" e "abolição", publicados em 1897, ambos de autoria de Sebastião Fernandes. O poema de "13 de Maio", revela forte influência de Segundo Wanderley, pela linha condoreira que adota. São,



entretanto, posteriores ao movimento abolicionista.

Pelo que ficou relatado, e, até que se prove o contrário, Segundo Wanderley foi o único poeta norterio-grandense a ter participação ativa no movimento abolicionista. Este fato não foi destacado por seus biógrafos (14) nem aventado pelos que escreveram sobre ele no centenário de seu nascimento, comemorado em 1960 e que tiveram os seus escritos publicados pela revista da Academia Nortero-grandense de Letras, numa edição inteiramente dedicada à sua memória.

A deduzir-se de seus biógrafos e das informações de seus familiares, Segundo Wanderley foi um homem de formação moral rígida e católico praticante, portador de elevado senso de caridade. Aliou essas qualidades à grande sensibilidade que o fez poeta. Não poderia, pois, deixar de sentir o problema da escravidão, e, solidarizando-se com seus irmãos negros, engajou-se na meritória luta pela sua emancipação.

Não é possível calcular-se, depois de tanto tempo decorrido, qual teria sido o efeito de seus versos, quando por ele declamados nas entusiásticas reuniões abolicionistas da velha Bahia. Qualquer que tenham sido os benefícios de sua atitude, seus versos são o testemunho claro de sua posição corajosa, liberal, democrática e, principalmente, humanamente cristã.

Uma palavra em sua homenagem, ao finalizar, poderia ser recolhida de seu próprio poema, "A Voz da Justiça":

"GLÓRIA A QUEM FECHA A SENZALA".

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 01 - "Recordações". In: "Poesias", Segundo Wanderley, Typographia de "A República", Natal, 1910, pg. 32. Todas as poesias de Segundo Wanderley aqui referidas, pertencem à edição de 1910.
- 02 - "Adeus", op. cit. pg. 72
- 03 - "Castro Alves", op. cit. pg. 82
- 04 - "Escravidão", op. cit. pg. 20
- 05 - "A Voz da Justiça" op. cit. pg. 28
- 06 - "Independência ou Morte" op. cit. pg. 46
- 07 - "A Memória do Visconde do Rio Branco", op. cit. pg. 50
- 08 - "Eco da Liberdade", op. cit. pg. 57
- 09 - "Castro Alves", op. cit. pg. 82
- 10 - "Imortabilis Dies", op. cit. pg. 58
- 11 - Revista do Instituto Histórico e Geográfico do RN. Vol. VI, nº 02
- 12 - Entrevista da Sra Narcisa Cândida Ferreira ao autor deste trabalho em 16/04/80
- 13 - Cascudo, Luis da Câmara. Biografia como prefácio de "Versos", 1ª ed. Typographia d'A Imprensa; 2ª ed. Ed. Universitária, UFRN, 1987.
  - Castriçiano, Henrique. "Lourival Açucena e seu Tempo", série de nove artigos publicados em "A República" nos meses de julho a agosto de 1907. Os mesmos artigos foram publicados na Revista da Academia Norteriograndense de Letras, ano IV, nº 04. 1956.
  - Castriçiano, Henrique. "O Centenário do Nosso Primeiro Poeta". Revista do Instituto Histórico e Geográfico do RN, Vol. XXIII - XXXIV, 1927.
  - Melo, Veríssimo de. "Patronos e Acadêmicos", Pongetti, 1972, Vol. I.
  - Trindade, Virgílio. "Lourival Açucena". Revista da Academia Norteriograndense de letras, nº 02, 1954.
  - Trindade, Virgílio. "Lourival Açucena", Revista Norteriograndense de Letras, nº 05, 1959.
- 14 - Cascudo, Luís da Câmara. "Lembrando Segundo Wanderley". Introdução à edição de 1956 de "Poesias",
  - Neto Gothardo. "Um Grande Sonhador". Prefácio às edições de "Poesias"
  - Paiva, Cônego Jorge O'Grady. "Apreciação Literária da Poesia de Segundo Wanderley". Rio de Janeiro, 1970. Revista da Academia Norteriograndense de Letras, nº 12, 1976.
  - Wanderley, Ezequiel. "Poetas do RN", pg. 57/59. Imprensa Industrial, Recife, 1922



## O VALOR HISTÓRICO DOS TESTAMENTOS E INVENTÁRIOS

Petrônio José de Aguiar

Documento de relevante valor para o historiador, são os Testamentos e Inventários que estão registrados nos Livros Cartoriais. Tais documentos, nos dão uma mostra da sociedade brasileira, tanto rural como urbana, nos séculos passados. Os costumes, as formas de tratamento, a linguagem e a sua evolução, a cultura, tudo enfim, compõe o universo de um Testamento ou Inventário.

Através desses documentos tomamos conhecimento de objetos e utensílios, comuns no passado, e que hoje, somente em alguns Museus, temos oportunidades de conhecer.

O vestuário, a força da religião no seio da sociedade, a eterna preocupação com a "salvação da alma" etc. são elementos presentes nesses documentos.

Os Testamentos e Inventários são também fontes imprescindíveis ao conhecimento das relações que se estabeleciam entre parentes, amigos, trabalhadores livres e escravos de uma determinada propriedade, fosse ela, pequena, média ou grande.

O Testemunho do Tenente Coronel Manoel Alvares Correa, que estamos publicando, corrobora de forma inequívoca o que estamos afirmando. Nele podemos avaliar a questão do relacionamento pai, filho e parentes, além de notícias de imagens sacras com "resplendor de ouro", que foram patrimônio comum da maioria das pessoas no passado. Infelizmente, essas imagens desapareceram da nossa região, como também outros objetos de valor que foram relacionados em documentos semelhantes.

Para o historiador que analisa tais documentos, é o retorno a uma sociedade complexa em suas relações sociais, contraditória em suas relações econômicas, porém rica de conteúdo cultural e histórico. É uma forma de resgatar elementos esquecidos, dá vida à pessoas que já partiram, reconstituir seus passos, conhecer seus sonhos e frustrações.

Publicando tais documentos, estaremos certamente, contribuindo para o melhor conhecimento do nosso passado, pela importância das informações ali contidas. A própria questão da escravidão, tema tão em voga, está ali presente sem

máscaras ou disfarce. Publicar documentos, na maioria das vezes, esquecidos em velhos Arquivos de Cartórios, deve ser também, uma tarefa de qualquer historiador, que tem nos documentos, o elemento fundamental do seu trabalho, do seu estudo, do seu dia a dia.

REGISTRO DE TESTAMENTO COM QUE FALLECEU O TENENTE  
CORONEL MANOEL ALVARES CORREA, MORADOR QUE FOI  
NO SITIO DO ARAÇÁ DESTA FREGUESIA.

Em nome da Santissima Trindade, Padre, Filho, Espirito Santo, três Pessoas distintas, e hum só Deos Verdadeiro. Saibão quantos este instrumento virem, como no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos, e dous aos vinte do mes de Agosto deste anno neste sitio do Araça, Thermo da Cidade do Natal do Rio Grande do Norte, Comarca da Paraíba, eu Manoel Alvares Correa estando em meo perfeito juizo e entendimento que Nosso Senhor me deo, inferno, porem de pé, e desejando por minha alma no caminho da Salvação por não saber o que Nosso Senhor de mim quer fazer, e quando será servido levar-me para si, faço este testamento na forma seguinte. Primeiro encomendo minha alma a Santissima Trindade, que a creou, e rogo ao Eterno Padre, que pela morte de seo Unigenito Filho a queira receber e a Virgem Maria Senhora Nossa, ao Anjo de minha Guarda, aos Santo de meo nome e ao de minha especial devoção, a Senhora do Socorro, a todos os Santos da Corte do Ceo, seja meo intercessor quando a minha alma deste mundo partir para que va gozar da bem aventurança para que foi creada; por que como verdadeiro christão juro feito viver, e morrer na Santa Fe Catholica e crer tudo o que tem, e crê a santa Madre Igreja Romana, em cuja FÉ espero Salvar a minha alma pellos merecimentos da Paixão e morte de meo Senhor Jesus Christo. Declaro que sou desta cidade do Natal do Rio Grande do Norte, filho legitimo de Rodrigo Alvares Correa e de Dona Bernarda de Araujo Correa, e fui casado com Dona Angelita Maria Teixeira, e que deste matrimonio tive hum filho de nome Manoel Alvares Correa, que se casou com Dona Joana Xavier de Souza, e tiverão hum filho legitimo, que falecidos pai, e dito filho e portanto não tenho herdeiro nenhum necessario ascendentes, ou descendentes, por todos serem falecidos nem ao menos algum irmão porque fui filho unico, e nesta falta instituo por minhas universais herdeiras dos remanicentes de toda a minha fazenda depois de pagas as minhas dividas, e satisfeitos os meus legados, cumpridas as minhas determinações testamentarias de ultima vontade atirada a vintena de meos testamenteiros, as minhas sobrinhas orphãs Filhas legitimas de meo primo Antonio Rodrigues Santhiago, morador que foi em São Gonçallo, Bernardina de Abreo Soares, Vicencia Joaquina de Jesus, e caso morra alguma destas herdeiras instituidas antes de mim, a que viva ficar sera herdeira dos remanecentes da dita minha fazenda, e existindo vivas, huma, e outra, serão os sobreditos remanicentes da minha fazenda repartidos com igualdade por ellas duas. Peço, e rogo ao Coronel de Melicias Joaquim José do Rego Barros, a meos primos o Capitão Theodosio Freire de Amorim, e o Capitão Salvador de Araujo da Silveira, que por serviço de Deos, e esmolla queirão ser meos testamenteiros, procuradores, solicitadores, feitores, e administradores, para tomarem conta de toda a minha



fazenda havida e por haver para a determinarem depois e venderem como melhor lhes parecerem para se cumprirem todas as minhas determinaçoens neste declaradas, e o que fiserem aprovo, e hei por bem feito, firme e valioso e lhes concedo para darem conta deste testamento tres annos contados do dia da abertura delle. Declaro que quero ser sepultado na Capella de Nossa Senhora da Conceição do Engenho Jundiahi da pedra para sima, em caixão coberto de preto sem galão, nem a menor pompa encomendado o meo corpo pello meo Reverendo Parocho unicamente, ou outro qualquer Sacerdote de sua licença involto em habito de Frade de Sam Francisco, sendo que eu o tenha em minha casa, e na falta em panno branco. Mandar-se-ha diser por minha alma uma Missa de corpo presente, e hum oitavario pella esmolla de quatrocentos reis cada Missa. Entregar-se-ha ao meo Reverendo Parocho des mil reis para me fazer o officio chamado Parochial. Mandar-se-ha diser mais meia Capella de Missas a Nossa Senhora do Socorro por minha alma, e mais outra meia Capella de Missas a Nossa Senhor da Conceição. Tãobem por minha alma mandar-se-a diser mais huna Capella de Missas, por alma de meo pai, e de May, e meia capella por alma de minha mulher, e outra meia Capella em tenção de todos aquelles, com quem tratei negocios, e inadvertidamente lhe ficasse a dever alguma coisa. Declaro que mandei diser por Frei José de Sam João, Religioso Franciscano huna capella de Missas pella esmolla de trezentos e vinte, e se elle não mandar a certidão em minha vida, logo que mandar depois do meo falecimento os meos testamenteiros lhe paguem desaceis mil reis importe das ditas Missas. Deixo a minha escrava criolla viuva de nome Maria forra, e liberta como se forra nascesse da barriga de sua May pello amor de Deos, e pellos bons serviços que me tem feito. Tãobem deixo forro, e liberto o meo escravo mulato de nome João de idade de ceis annos, filho da minha escrava criolla Narcisa pello amor de Deos e por o haver criado, e depois de meo falecimento poderá gostar de sua liberdade, como se forro nascesse do ventre de sua May. Tãobem forro, e deixo em liberdade meo escravo cabra Cypriano pello amor de Deos, e por me haver acompanhado, e servido com muita lialdade, e como se forro nascesse. Declaro, que o meo escravo mulato Bonnifacio o deixo cortado, para que dando por si cecenta mil reis os meos testamenteiros lhe passará carta de alforria e liberdade. Tãobem deixo cortado a minha escrava Dasilia mulher de meo escravo cabra Manoel José em cincoenta mil reis, para que os dando se lhe passe carta de alforria, e liberdade. Da mesma sorte deixo cortado o Cabra Manoel José, marido da dita criolla Dasilia, para que dando oitenta reis, se lhe passe a sua carta de alforria e liberdade. Declaro que o meo escravo Cabra Francisco dando depois do meo falecimento cem mil reis por si os meos testamenteiros o forem, e não dando esta quantia entrará em monta para ser avaliado, inventariado, e partido como os mais escravos que captivos deixo sem condição. Deixo por legado de minha livre vontade sem constrangimento de pessoa alguma a minha afilhada Dona Antônia Maria do Rego Barros filha ligitima do meo compadre Coronel de Milicias Joaquim José do Rego Barros hum criolinho de nome Manoel de idade de ceis annos filho do meo falecido escravo Luis, e a cabrinha de nome Paula de idade de cinco annos, filha do meo escravo cabra Manoel José e meia legoa de terra no Sitio Pedra Branca na Ribeira do Putigi com casas, e curraes, pegando do Rio Putigi para o Sul com a largura de meia legoa, e meia legoa de comprido, pegando do marco do Sitio da Sombra do Rio arrasta



athe onde der meia legoa, que ha de constestar com terras do Capitão Jeronimo Teixeira, Senhor, e vendedor que foi do dito Sitio Pedra Branca, e tãobem deixo a dita minha afilhada huma caixa de pão amarello com feixadura, e chaves. Deixo por legado a minha sobrinha mais velha de nome Dona Antônia, filha do meo primo Capitão Salvador Araujo da Silveira cem reis. Deixe tãobem ao dito meo primo Capitão Salvador de Araujo da Silveira o meo oratorio com tres imagens a Senhora da Conceição com cerca de oiro, e Sam José com resplendor tãobem de oiro, e Santo Antonio sem resplendor algum. Tãobem deixo a filha mais velha de meo primo Theodosio Freire de Amorim de nome Ana da Silveira huma cabrinha, chamada Joana, de idade de hum anno, filha do meo cabra Manoel José. Tãobem deixo ao dito meo primo Capitão Theodosio Freire de Amorim huma quinta de bois, e o meo carro. Deixo por legado a Nicacia, mulher do meo afilhado Francisco Martins Praça cincoenta mil reis. Deixo por legado a menina Luísa criada em casa de Dona Anna Antonia moradora no Jundiahi trinta mil reis. Deixo hum cavallo, e as minhas esporas de prata, a fivella de liga de calção de oiro a meo afilhado Dionizio, filho do meo primo Manoel de Araujo Correa. Deixo por legado a meo sobrinho e compadre Francisco de Melo e Vasconcellos o cavallo de estribaria, a minha farda, culote e calção de fustão branco, banda e golla, chapeo com galão, e huma camisa fina. Deixo por legado a meo sobrinho Antonio Rodrigues Santiago hum cavallo e huma camisa fina, e a outro irmão João de Araujo Correa deixo hum cavallo, e huã vaca com cria. Deixo a minha afilhada Dona Rosa, filha do meo compadre Manoel Rodrigues Pimentel huma vaca com cria. Deixo por legado a minha afilhada Joaquina, filha do meo compadre Manoel da Afonseca, huma vaca e huma garrota. Deixo a minha afilhada Francisca filha de minha comadre Rosa, mulher que he hoje de Mathias Pinto huma vaca, e huma garrota. deixo por legado a Manoel José Biserra ingeitado de David da Roxa hum cavallo cellado, e enfreiado com a cella, e freio de campo. Deixo por legdo a Ludovico Fernandes de Macedo huma vaca, e duas garrotas. Declaro, que os bens que possuo são os escravos alem dos ja alegados, libertos, cortados, e contemplados assim os seguintes; o cabra Hilario, o preto Antonio, o cabra Cassiano, a criolla Narcisa, e a cabrinha Maria. Declaro que possuo de prata, fora a que deixo por legado, ceis colheres vasadas, e cinco garfos, e huma espada e de oiro huns butoins de punho de lixa, humas armas de budrie, e huma fivella de piscocinho. Declaro, que possuo de cobre hum taixo pequeno, hum espriguceiro, mesa, e mais moveis de casa, que hão de ficar por assento. Possuo huns aviamentos de faser farinha, e hum caixão grande de despeijo, e dois vellos, huma sella de cuxim de viludo encarnado com aprestos de berne bordado, carrelhada, hum jogo de pistola, e huma espingarda. Declaro, que tenho no Sitio Pedra Preta tres legoas de terra na Ribeira do Sertão de Putigi, que ando em negocio para o vender se o não fiser em minha vida, irá para o monte como tãobem, possuo mais no Sitio Pedra Branca, já contemplado outra meia legoa de terra de fundo, e comprimento da parte do Norte, pegando a largura da beira do Rio Putigi, e o comprimento do trevessão do marco do Sitio Sombra do rio arriba the onde contemplar, digo completar a meia legoa na conformidade já declarada na meia legoa, que deixo por legado a minha afilhada Dona Antonia Maria do Rego Barros. Esta Meia Legoa de terra da parte do Norte tenho junto com Thimotheo de tal, morador em Ginipabú verder-lhe a senão completar este negocio



em minha vida, entre para o monte a dita terra. Declaro que fiquei devendo a meo filho o Tenente Manoel Alvares Correa quando se emancipou humas cabeças de gado, que importarão em noventa e tres mil e quinhentos, e lhe paguei em dinheiro oitenta e hum mil e ceiscentos, ficando a restar-lhe onse mil e novecentos que lhe os não paguei, por lhe haver dado um muleque para lhe cortar capim para o seo cavallo, e humas casas e cancella no Sitio Alagadiço Grande que tudo a viuva mulher do dito meo filho se axa possuindo, e deo a inventario como fasenda do monte por elle deixado. Declaro, que o gado vaccum e cavallar, que possui he o testado, e deixo por legado.

Declaro, que tudo quanto devo se acha por assento, como tâobem o que se me deve, tudo se pagarão sem duvida alguma, como tâobem se cobrar... o que se me deve na verdade he o que constar dos meos assentos. Tendo declarado as determinações de minha ultima.vontade. Peço e rogo segunda ves aos dittos meos testamenteiros queirão por esmolla cumprir bem e inteiramente as minhas determinaçoes, para o que lhes concedo todos os poderes, que em direito me são concedidos, fazerem citar, por açoens em Juiso, jurarem sobre minha alma qualquer licito juramento, que seja, de mandarem, aggravar, e apellar das que forem contra, faser acomodaçoens, e determirem dos meos bens como se eu próprio fosse: e aquelles que elles venderem tanto moveis, como de rais para pagamento do meo inteirro, sufragios, e legados se lhes levará em conta na feitura do himventario pello preço por que forem vendidos. Para o que peço ás Justiças de Sua Altesa Real queirão aprovar, e com virem todas as minhas determinaçoes neste testamento declardos qual o mandei escrever por Antonio Freire de Amorim, e me assinei depois de lido por o achar conforme com o que dictei. Sitio Araça vinte e hum de Agosto de mil oitocentos e dous/Manoel Alvares Correa como testemunha que este escrevi/Antonio Freire Amorim//Aprovação//Saibão quantos este instrumento de approvaçõem virem, que sendo no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil, oito centos e des aos vinte sette dias do mes de Agosto do ditto anno no Sitio Araça termo da Cidade do Natal Capitania do Rio Grande e Comarca da Paraiba do Norte em casas do Tenente Coronel Manoel Alvares Correa onde eu Tabalião vim e que ante mim appareceo presente o sobredito Tenente Coronel doente, porem de pé em seo perfeito juiso segundo o meo parecer pelas respostas, que deo a proposito, e com acerto ás perguntas, que lhe fis, e com versação, que com elle tive, e segundo o parecer das testemunhas a diante nomeadas, e assinadas, em presença, das quaes de suas mãos as minhas me forão dadas tres folhas de papel escritas em ceis laudas, e nove regras, que fiscalisavam, digo, finalisva donde principia esta approvaçõem, disendo me era o seo solenne Testamento, e ultima vontade, que o mandara escrever por Antonio Freire de Amorim, que depois de escrito o mandara ler, e o achara, segundo helo-havia dictado, do qual nada tinha que emmendar, nem diminuir, e por elle revogava outro qualquer Testamento, ou codicillo antes feito, e que o ha por bem, firme, e valioso, e pede, e roga as Justiças de Sua Altesa Real e cumpra, o guardem e faça inteiramente cumprir, e guardar como nelle se contem, e declara, requerendo-me lhe-o approvasse, o qual pello achar limpo sem vicio algum, emenda, entre linha, rotura, ou coisa, que duvida faça o approvo, e hei por approvado, de que fis este auto, em que assinão o testador com as testemunhas presentes, João Pedro Damasceno, Manoel da Silva Biserra, e o Alferes Antonio José

Luis da Fonseca, que dixerão ser o próprio o testador ditto Tenente Coronel Manoel Alvares Correa, eu José Theotone de Oliveirá, Tabalião, que o escrevi, e asinei em público, e raso. Em testemunho de verdade, o Tabalião José Theotoneo de Oliveira// Estava o sinal publico do dito Tabalião José Theotoneo de Oliveira = Manoel Alvares Correa = Antonio José Luis da Fonseca = Antonio Martins Praça = Ludovico Fernandes de Macêdo = João Pedro Damasceno = Manoel da Silva Biserra = Abertura// Aos descito do mes de Maio de mil oitocentos e dose ás des horas da noite faleceo de vida presente o testador o Tenente Coronel Manoel Alvares Correa, e as mesmas horas abri este, de que para constar, fis este termo, que assinei era o Supra no mesmo Sitio do Araça = José Francisco dos Santos, Administrador dos Sacramentos = Não aceito este testamento. Sitio do Araça desanove de Maio de mil oitocentos, e dose// Joaquim José do Regô Barros// Como segundo nomeado testamenteiro pello testador aceito com o pretexto da aventena = Araça desanove de Maio de mil oitocentos e dose = Theotoneo Freire de Amorim = E não se continha mais em ditto testamento, approvação, abertura, denunciação, e aceitação, pois bem, e fielmente registrei do proprio. Cidade do Natal, 10 de Junho de 1812.

O Padre Simão Judas Tadeo. Escrivão de Vara.





## ÍNDICE

	Pág
1 – Apresentação - Alberto Pinheiro de Medeiros	
2 – A Diferença Entre Branco e Preto no Brasil-Anita M° de Q. Monteiro.....	7
3 – A Igreja e a Escravidão no Brasil- Itamar de Souza.....	11
4 – “Os Escravos de Ganho e de Aluguel no Mercado de Salvador” Maria Evilnarde S Dantas Petruskas.....	23
5 – O Significado da Abolição e a Situação do Negro no Brasil atual Alberto Pinheiro de Medeiros.....	31
6 – Cruz e Souza- O Branco e o Negro- João Wilson Mendes Melo.....	41
7 – O Negro Escravo : da Etnia à Abolição e os Remanescentes de sua Aculturação no Rio Grande do Norte - Tarcísio Medeiros.....	45
8 – Os trabalhadores do Sertão do Seridó (RN) na Segunda Metade do Século XIX- Maria Regina M. Furtado Mattos.....	61
9 – “Segundo Wanderley, o poeta Norte-Rio-Grandense dos Escravos” Cláudio Augusto Pinto Galvão.....	73
10 – O Valor Histórico dos Testemunhos e Inventários - Petrônio José de Aguiar.....	82

HISTÓRIA UFRN – Órgão do Departamento de História da UFRN, publicada em co-edição com a FUNPEC

Diretor : Alberto Pinheiro de Medeiros

Secretária : Erenir de Oliveira Santiago/Maria Ferdinanda Silveira S. Cruz

Sede : Departamento de História, do Centro de Ciências Humanas Letras e Artes

Capa: Luiz Flávio de Medeiros

Colaboradores : professores e alunos do curso de História

Obs : a direção não se responsabiliza pelo conteúdo dos artigos assinados.



INDEX

1. Introduction ..... 1

2. The History of the Church ..... 10

3. The Doctrine of the Church ..... 25

4. The Ministry of the Church ..... 45

5. The Sacraments of the Church ..... 65

6. The Church and the World ..... 85

7. The Church and the Future ..... 105

8. The Church and the People ..... 125

9. The Church and the State ..... 145

10. The Church and the Nations ..... 165

11. The Church and the Universe ..... 185

12. The Church and the Cosmos ..... 205

13. The Church and the Earth ..... 225

14. The Church and the Sea ..... 245

15. The Church and the Air ..... 265

16. The Church and the Fire ..... 285

17. The Church and the Earthquake ..... 305

18. The Church and the Flood ..... 325

19. The Church and the Storm ..... 345

20. The Church and the Sun ..... 365

21. The Church and the Moon ..... 385

22. The Church and the Stars ..... 405

23. The Church and the Planets ..... 425

24. The Church and the Galaxies ..... 445

25. The Church and the Universe ..... 465





UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

REITOR: Daladier Pessoa da Cunha Lima

PRO-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO  
Dr. Clóvis Gonçalves dos Santos

DIR. DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES  
Ana Maria Concentino Ramos

VICE DIR. DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES  
Roberto Lima de Souza

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
Alberto Pinheiro de Medeiros

VICE CHEFE DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
Marlene da Silva Mariz

C50

Reg: 5882/00

nº2/1988